

SIMPÓSIO 08

HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

COORDENAÇÃO:

Professor Paulo Osório
Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal
paulosorio@hotmail.com

PARA UMA PERIODIZAÇÃO DOS VERBOS “HAVER” E “TER” NO PORTUGUÊS ARCAICO

Paulo OSÓRIO¹ - UBI

RESUMO: Ao longo da história do português, a dinâmica sintáctica dos verbos “haver” e “ter” permite-nos traçar alguns contornos periodológicos que, em muito, contribuirão, em sentido mais lato, para uma periodização do português. Assim, ao longo de um *corpus* representativo, tentaremos analisar o comportamento sintáctico-semântico deste binómio, baseando-nos num enquadramento teórico-metodológico que radica na Sociolinguística Variacionista, na Sociolinguística Histórica, recorrendo-se, igualmente, a uma análise estatístico-quantitativa, pelo recurso à análise de variâncias.

PALAVRAS-CHAVE: Periodização; Sociolinguística Histórica; Português Arcaico; Binómio “haver” e “ter”.

Para introduzir

Com base em dados seguros, estão definidos com rigor, os contornos periodológicos do termo a quo do português medieval². No entanto, um longo caminho terá de ser percorrido na fixação do termo ad quem de alguns fenómenos linguísticos deste período. Só trabalhos que se dediquem à análise de fenómenos linguísticos concretos poderão contribuir para os anseios que anteriormente evocámos. Por isso, seleccionámos, para este estudo, um fenómeno de natureza sintáctico-semântica a fim de podermos definir com rigor as vicissitudes linguísticas do português arcaico médio. Ao considerar-se, actualmente, que este período se situa entre meados do século XIV e primeiras décadas do século XVI, a verdade é que nem sempre tem havido unanimidade na consideração desta divisão da língua. Lembramos o esforço que tem sido empreendido neste âmbito, até ao momento, visível nomeadamente nas propostas de periodização linguística levadas a cabo por Carolina Michaëlis de Vasconcelos³, José Leite de

¹ Professor Associado com Agregação (Linguística) na Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras, Departamento de Letras, Pólo I, 6200-001, Covilhã, Portugal. Investigador no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Mail: paulosorio@hotmail.com.

² Cf. ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, Para uma caracterização do período arcaico do português. In: D.E.L.T.A., vol. 10, nº especial, 1994. Na p. 251, a Autora refere-se precisamente à necessidade de estudos na tentativa de se estabelecer com rigor o termo ad quem do português arcaico, referindo, ainda, a existência de diferentes propostas no estabelecimento cronológico deste termo.

³ Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Lições de filologia portuguesa. Segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das Lições práticas de português arcaico. Lisboa (Dinalivro), s.d., pp. 17-22. Segundo as abonações da Filóloga, a história do português apresenta duas fases: a arcaica e a moderna. No período arcaico (que se inicia no reinado de D. Sancho I e que se prolonga até 1500 ou ainda mais alguns anos subsequentes), considera dois períodos - o período trovadoresco (até 1350) e o período da prosa histórica ou nacional. A fase moderna da língua coincidirá com o Renascimento e os decorrentes movimentos humanistas.

Vasconcelos⁴, Serafim da Silva Neto⁵ e Evanildo Bechara⁶, Ivo Castro⁷, Clarinda de Azevedo Maia, Rosa Virgínia Mattos e Silva⁸, entre outros⁹. Pela análise que empreendemos, podemos, desde já, afirmar que a nível sintáctico, a língua adquire uma desenvoltura com traços de modernidade em meados do século XV, pelo que contestaremos ao longo deste estudo o termo ad quem que actualmente tem sido apontado como marca balizadora do português arcaico médio. Assim sendo, em nossa opinião e apoiados na análise sintáctica encetada, o termo ad quem do português arcaico médio verifica-se antes da data que tem sido avançada por alguns historiadores da língua. Alguns linguistas têm apontado meados do século XVI como marco balizador deste período linguístico baseados, quiçá, em informações diversas (nomeadamente obtidas através dos gramáticos), mas não baseados em análise de fenómenos linguísticos particulares.

O período de que nos ocupámos ao longo do presente texto carece ainda de um cuidado assaz peculiar, pois constitui uma fase de charneira entre o português arcaico e o português moderno. Quanto à constituição das fontes documentais do corpus, recorremos ao *Corpus Informatizado do Português Medieval* do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (www.cipm.fcsh.unl.pt):

Quadro 1 - Fontes documentais do corpus: editor da fonte, título do texto e número de palavras

EDITOR	TEXTO ³	Nº DE PALAVRAS ⁴
BROCARD, M. Teresa	<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i>	136021
CINTRA, Luís Filipe Lindley	<i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i>	426027
FERREIRA, J. A .	<i>Alphonse X. Primeyra Partida</i>	170300
GARVÃO, M. H.	<i>Fors de Garvão⁵</i>	1159
LOPES, David	<i>Chronica dos Reis de Bisnaga</i>	43854
MAIA, Clarinda de Azevedo	<i>História do Galego-português</i>	Séc. XIV: 33617; séc. XV: 29964; séc. XVI: 3086
NETO, J. A . S.	<i>Castelo Perigoso</i>	28355
PIEL, Joseph M. (ed. crítica)	<i>Leal Conselheiro</i>	105762
PIEL, Joseph M. (ed. crítica)	<i>Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela</i>	38784
RODRIGUES, Maria Celeste Matias	<i>Dos Costumes de Santarém</i>	30923

4 Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, Lições de filologia portuguesa. Quarta edição enriquecida com notas do Autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1966, pp. 14-19. À semelhança de Carolina Michaëlis de Vasconcelos também propõe uma divisão bietápica da história da língua: fase arcaica e fase moderna do português.

5 Cf. SERAFIM DA SILVA NETO, História da língua portuguesa. Segunda edição aumentada. Apresentação do Professor Celso Cunha. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, pp. 397-425.

6 EVANILDO BECHARA, As fases da língua portuguesa escrita. In: Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, vol. III, Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1991, pp. 68-76. O Autor considera quatro fases na divisão do português: fase arcaica (do século XIII ao final do século XIV), fase arcaica média (do século XV à primeira metade do século XVI), fase moderna (da segunda metade do século XVI ao final do século XVII) e fase hodierna (do século XVIII ao século XX). O Autor, a propósito da denominação da quarta fase, refere: «A denominação hodierna não significa, de modo algum, que de novos fatos linguísticos não se estão esboçando hoje para a constituição e caracterização do português atual ou moderníssimo. Entretanto, ainda todos nós nos achamos muito próximos dessas novidades para poder contemplá-las com segurança. Eis uma tarefa para o futuro historiador da língua portuguesa». Cf. IDEM, ibidem, p. 75. De referir que Evanildo Bechara ao fazer esta proposta de periodização analisa fenómenos linguísticos particulares.

7 Cf. IVO CASTRO (com a colaboração de Rita MARQUILHAS e J. Léon ACOSTA), História da língua portuguesa. Lisboa (Universidade Aberta), 1991. Veja-se, com particular cuidado, as pp. 243 e ss..

8 ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, O português arcaico. Fonologia, Bahia (Editora Contexto), 1991, pp. 15-27.

9 Sobre as várias propostas sugeridas no âmbito do estabelecimento de uma cronologia da língua, vide DIETER MESSNER, Portugiesisch: Periodisierung. Périodisation. In: Lexikon der Romanistischen Linguistik, vol. VI, 2 (Gallego, Português). Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1994, pp. 618-623.

Alguma revisão da Literatura: “Ter” e “Haver” em estruturas de posse

Há alguma bibliografia linguística acerca do comportamento sintáctico-semântico do binómio *ter/haver* em estruturas de posse. O primeiro estudo acerca desta configuração linguística, publicado em 1930, embora elaborado para o espanhol, é digno de menção e deve-se a Eva Seifert¹⁰. O período cronológico estudado pela Autora vai do século X ao século XX e permitiu-lhe concluir que *haver* foi sendo progressivamente substituído por *ter*, muito embora, inicialmente *ter* tenha sido utilizado para sentidos que deveriam ser expressos por *haver*. No entanto, desde o início que estes dois verbos tiveram em comum o traço semântico de posse. Todavia, e segundo as abonações da mesma Autora, a substituição paulatina de *haver* por *ter* deveu-se sobretudo porque se tratava de dois verbos «desprovidos de sentido próprio, funcionando como cópula expresiva de uma idea vaga de acción o posesión»¹¹. Segundo Jean-Claude Chevalier, *haver* era «l'expression d'une propriété por herencia, tener d'une posesión en feudo»¹². No final do português arcaico médio, *ter* já se tinha imposto sobre *haver*¹³, não obstante José de Azevedo Ferreira afirmar que «c'est au XV siècle, en même temps que le verbe *haber* est progressivement éliminé, que surgissent, pour la première fois, comme complément de *tener*, quelques notions abstraites»¹⁴.

A documentação exarada permitiu-nos recuar este período cronológico avançado por José de Azevedo Ferreira. Acerca da problemática em análise, à qual também não foi indiferente Said Ali¹⁵, são bastante pertinentes os trabalhos de Amadeu Torres, Maria Lúcia Sampaio¹⁶ e muito esclarecedores os comentários de Rosa Virgínia Mattos e Silva¹⁷. Rosa Virgínia refere que *ser* e *estar* de certa forma também concorrem na história de *ter* e *haver*. Ao considerar *haver* e *ter* em estruturas de posse, Rosa Virgínia considera estruturas de posse «nos termos descritivos propostos por B. Pottier (1978), em que podem ser definidas como uma relação de dependência entre o predicado e seu sujeito»¹⁸ e face ao complemento destes verbos, ou seja, no que respeita ao objecto possuído, esboça a seguinte tipologia: estruturas de posse AM (bens adquiríveis materiais); estruturas de posse AI (bens ou qualidades adquiríveis imateriais); estruturas de posse QI (qualidade inerente, não transferível, do possuidor). A Linguista também julga pertinente, quando se pretende abordar a evolução sintáctico-semântica destes dois verbos, o estudo de *ter* e *haver* seguidos de participio passado; perífrases com *haver* e *ter* + *de/a* + infinitivo e *haver* existencial. No entanto, definimos como objecto de estudo neste artigo, apenas o caminho sintáctico-semântico de *ter* e *haver* em estruturas de posse.

Os contributos da Sociolinguística Histórica para o estudo da Mudança Linguística

Sendo o objecto de estudo da Linguística Histórica a abordagem do fenómeno da mudança linguística, apercebemo-nos que estamos em presença de algo muito complexo, uma vez que as motivações inerentes à mudança linguística e à variação nos textos medievais são de ordem diversa. Por um lado, deparamo-nos com motivações de nível estrutural, sistemático e interno, por outro com motivações externas pertencentes ao contexto extralinguístico, nomeadamente no que respeita aos domínios social, geográfico, político, cultural, entre outros, e que apesar

10 Cf. EVA SEIFERT, Haber e Tener como expresión de la posesión en español. In: Revista de Filología Española, tomo XVII, cuadernos 3 y 4, Madrid, 1930, pp. 233-389.

11 Cf. EVA SEIFERT, ob. cit., p. 384.

12 Vide JEAN-CLAUDE CHEVALIER, De l'opposition «aven» - «tenem». In: Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale, nº2, 1977, pp. 6-7.

13 No entanto, no séc. XIII (português arcaico - 1ª fase), *haver* predominava em estruturas de posse sobre *ter*.

14 Vide JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, Les verbes haber-tener et l'emploi de l'anaphorique y dans le «Libro de los Gatos». In: Boletim de Filologia, tomo XXVI (1980/81), Lisboa, 1981, p. 247.

15 Cf. M. SAID ALI, Dificuldades da língua portuguesa. Estudos e observações. 5ª edição com um prefácio do Prof. Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro (Livreria Acadêmica), 1957. Vide, particularmente, as pp. 119-120.

16 MARIA LÚCIA PINHEIRO SAMPAIO, Estudo diacrónico dos verbos TER e HAVER, duas formas em concorrência. São Paulo (Faculdade de Letras e Filosofia de Assis), 1978.

17 Entre outros, destacam-se ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, Variação e mudança no português arcaico: ter ou haver em estruturas de posse. In: Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha. São Paulo (Ed. Nova Fronteira), 1995, pp. 299-311; Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista. In: Estudos linguísticos e literários, nº19, 1997, pp. 253-286; O português arcaico. Morfologia e sintaxe, atrás cit.; Caminhos de mudanças sintáctico-semânticas no português arcaico. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 20, 1991, pp. 59-74; Para uma caracterização do período arcaico do português, obra atrás citada, pp. 247-276.

18 Cf. ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, Variação e mudança no português arcaico: ter ou haver em estruturas de posse. In: Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha, obra atrás citada, p. 301.

de estarem ao nível do domínio externo da língua, em muito concorrem para a mudança e variação linguísticas.

A Sociolinguística quando aplicada à Linguística Histórica (Sociolinguística Histórica) dá grande valor aos factores externos¹⁹.

Poder-se-á dizer que a Sociolinguística Variacionista, que remonta à década de 60, nasce sobretudo a partir dos pressupostos defendidos por William Labov, conduzindo a uma nova forma de concepção do próprio objecto da Linguística: «The aims of this paper are to put forward certain proposals concerning the empirical foundations of theory of change. We have presented some empirical findings which such a theory must account for, and conclusions drawn from these findings as to the minimal complexity of linguistic structure involved; we are very much concerned with the methods for relating the theory of change to empirical evidence in ways that will lead to intersubjective agreement»²⁰. Acresce que a estatística/quantificação²¹ associada à metodologia sociolinguística trará certamente bons resultados. A aplicação dessa quantificação a um *corpus* diversificado (tanto a nível temporal como tipológico) será precioso para o linguista histórico. Através do recurso à Sociolinguística Histórica, entre outras metodologias (como é o caso da própria Sociolinguística quantitativa²²), pretendemos reconstruir sintacticamente o português arcaico médio, que se atinge pelo relacionamento de factores provenientes da história interna da língua e da história externa, uma vez que há um conjunto de aspectos estruturais e socioculturais que as mudanças linguísticas podem implicar. Neste sentido, Rafael Lapesa afirma: «Me he esforzado (...) en presentar la indisoluble interpenetración de la historia externa de la lengua com su historia interna, com sus cambios de formas y estructuras, encuadrando la creación y evolución lingüísticas en el marco de la historia general, que muchas veces descubre la causa que las genera o el sentido que las encamina»²³.

Problemas de método: amostragem

Seleccionámos algumas variáveis extralinguísticas²³ (ano, local e tipologia textual) da amostra (que é constituída pelas fontes documentais) e através da aplicação do protocolo informático do SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), tentaremos observar a representatividade dessa mesma amostragem, aspecto fulcral para orientarmos a análise numa perspectiva sociolinguística. Deste modo, com estes protocolos metodológicos, para além de conseguirmos obter a representatividade do *corpus*, conseguiremos, ainda, fazer uma análise descritiva do mesmo, bem como uma análise de variâncias.

SPSS e representatividade do *corpus*: um instrumento útil para uma análise sociolinguística

19 «O interesse e a importância da teoria sociolinguística para a investigação teórica e metodológica da mutação linguística em geral residem, precisamente, não só nos contributos que a sua metodologia poderá fornecer para lançar um pouco de luz no processo da mudança e explicar o presente, mas também na importância da aplicação, a épocas passadas da língua, das descobertas feitas no âmbito da análise das mudanças em curso, no sentido de minorar a insuficiência dos documentos do passado». Cf. MARIA JOSÉ CARVALHO, Sociolinguística histórica: estatuto, metodologia e problemas. In: Revista Portuguesa de Filologia, vol. XXII, Coimbra (Faculdade de Letras), 1998, p. 196.

20 Cf. URIEL WEINREICH; WILLIAM LABOV e MARVIN HERZOG, Empirical Foundations for a Theory of Language. In: W. P. LEHMANN e Y. MALKIEL (eds.), Directions for Historical Linguistics. Austin & Texas (University of Texas Press), 1968, p. 187.

21 «(...) la pensée quantitative n'est en aucune manière la contre-partie de la pensée qualitative, mais bien plutôt son corollaire indispensable». Cf. HANS GOEBL, Quelques réflexions sur la scriptologie. In: Actes du Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, tomo III, Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1991, p. 709.

22 «A sociolinguística quantitativa compreende a língua como um sistema heterogêneo e variável no tempo e no espaço, passível de ser descrito, analisado e sistematizado e sua atenção está voltada para a investigação da heterogeneidade lingüística, correlacionando aspectos dos sistemas lingüísticos e aspectos dos sistemas sociais, considerando a teoria da variação lingüística desenvolvida por William Labov, iniciador desse modelo teórico metodológico. Atuando entre a língua e a sociedade, a sociolinguística focaliza os empregos concretos da língua, enfatiza a heterogeneidade dialetal, tomando como objeto de estudo a variação e a mudança lingüística, princípio universal, inerente às línguas». Cf. MARIA DA CONCEIÇÃO HÉLIO SILVA, A variação na posição dos clíticos em relação ao verbo em redações escolares: uma abordagem sociolinguística. In: Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Vol. II, Braga (Associação Portuguesa de Linguística), 2000, p.482.

23 Classificamos estas variáveis de sociolinguísticas, uma vez que nos permitem ajuizar de algumas variações linguísticas, nomeadamente ao nível da diatopia e da tipologia textual. Outras variáveis sociolinguísticas como o sexo, a idade, etc., são extremamente difíceis de se revelarem em textos medievais.

Quanto à variável "sexo", todos os textos da época são produzidos por notários e escribas masculinos (alguns notários: Pedro Martins, Gomez Aras, Afonso Mouro, Pedro Afonso; alguns escribas: Johan Paris, Johan Eanes, Johan Fernandes, Rodrigo Afonso).

Após a classificação dos textos, procedemos à elaboração do seguinte quadro²⁴:

Quadro 2: Caracterização de variáveis extralinguísticas das fontes documentais do *corpus*: ano, local e tipo de texto

Texto	Ano	Local	TIPOLOGIA TEXTUAL
HGP008	1300	Sobrado	Texto não-literário: documento privado (arrendamento)
HGP009	1329	Sobrado	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP010	1333	Santiago de Compostela	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP011	1334	Sobrado	Texto não-literário: documento privado (perdão)
HGP012	1344	Santiago de Compostela	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP013	1351	Santiago de Compostela	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP014	1367	Monfero	Texto não-literário: documento privado (empresamento)
HGP015	1385	Anca	Texto não-literário: documento privado (arrendamento)
HGP016	1399	Monfero	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP030	1302	Lugo	Texto não-literário: documento privado (apreciação)
HGP031	1306	Lugo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP032	1307	Lugo	Texto não-literário: documento privado (escambo)
HGP033	1308	Lugo	Texto não-literário: documento privado (empresamento)
HGP034	1310	Lorenzana	Texto não-literário: documento privado (escambo)
HGP035	1310	Lorenzana	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP036	1316	Monforte	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP037	1335	Chantada	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP060	1302	Montederramo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP061	1302	Allariz	Texto não-literário: documento privado (testamento)
HGP062	1307	Montederramo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP063	1312	Montederramo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP064	1313	Montederramo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP065	1314	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP066	1315	Lamas	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP067	1322	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP068	1333	Caldelas	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP069	1334	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP070	1339	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP071	1348	Camba	Texto não-literário: documento privado (testamento)
HGP072	1348	Camba	Texto não-literário: documento privado (testamento)
HGP073	1360	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP074	1367	Ramirás	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP075	1372	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP076	1396	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP118	1301	Salvaterra	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP119	1301	San Martiño	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP120	1302	Tebra	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP121	1302	Tebra	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP122	1302	Tebra	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP123	1305	Lanzada	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP124	1316	Pontevedra	Texto não-literário: documento privado (acordo de partilha de herança)
HGP125	1317	Pontevedra	Texto não-literário: documento privado (autorização)
HGP126	1317	Pontevedra	Texto não-literário: documento privado (venda)

24 No quadro, para além da indicação da amostra, encontra-se a indicação das três variáveis extralinguísticas e a classificação de cada texto segundo as mesmas.

HGP127	1318	Pontevedra	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP128	1320	Pontevedra	Texto não-literário: documento privado (penhora)
HGP129	1322	Lanzada	Texto não-literário: documento privado (arrendamento)
HGP130	1325	Santa María de Dozón	Texto não-literário: documento privado (testamento)
HGP131	1333	Deza	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP142	1309	Miragaia	Texto não-literário: documento privado (testamento)
HGP143	1313	Maia	Texto não-literário: documento privado (empromentado)
HGP144	1313	Maia	Texto não-literário: documento privado (empromentado)
HGP145	1315	Maia	Texto não-literário: documento privado (ordenação)
HGP146	1345	Maia	Texto não-literário: documento privado (procuração)
HGP153	1303	Braga	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP154	1317	Terra de Faria	Texto não-literário: documento privado (escambo)
HGP155	1327	Prado	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP156	1331	Braga	Texto não-literário: documento privado (reclamação)
HGP157	1331	Braga	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP158	1334	Braga	Texto não-literário: documento privado (empromentado)
HGP159	1334	Braga	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP160	1335	Guimarães	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP161	1345	Cabeceiras de Basto	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP162	1348	Cabeceiras de Basto	Texto não-literário: documento privado (procuração)
HGP017	1434	Barracido	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP038	1404	Monforte	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP039	1405	Lugo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP040	1407	Gonce	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP041	1410	Viveiro	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP042	1414	Lugo	Texto não-literário: documento privado (testamento)
HGP043	1442	Lorenzana	Texto não-literário: documento privado (escambo)
HGP044	1450	Viveiro	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP045	1453	Lorenzana	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP046	1459	Lorenzana	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP047	1474	Chantada	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP048	1475	Villaster	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP049	1475	Villaster	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP050	1497	Morgade	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP077	1424	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP078	1426	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP079	1433	Oseira	Texto não-literário: documento privado (arrendamento)
HGP080	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (tombo)
HGP081	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (demarcação)
HGP082	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (demarcação)
HGP083	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (demarcação)
HGP084	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (demarcação)
HGP085	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP086	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP087	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP088	1473	Oseira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP089	1499	Peroja	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP132	1403	Nogueira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP133	1407	Armenteira	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP134	1419	Abelleira	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP135	1432	Sobroso	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP147	1448	Maia	Texto não-literário: documento privado (aforamento)

HGP148	1454	Maia	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP149	1472	Vairão	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP150	1484	Maia	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP163	1401	Cerdal	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP164	1401	Cerdal	Texto não-literário: documento privado (doação)
HGP165	1404	Monção	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP166	1407	Valença	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP167	1411	Valença	Texto não-literário: documento privado (sentença)
HGP168	1416	Valença	Texto não-literário: documento privado (venda)
HGP090	1500	Ribadavia	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP51	1502	Lugo	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP136	1506	Pontevedra	Texto não-literário: documento privado (aforamento)
HGP18	1516	Padrín	Texto não-literário: documento privado (venda)
FG6B	Séc. XIV		Texto não-literário: documento régio (foro)
FG7	Séc. XIV		Texto não-literário: documento régio (foro)
CS1	1340-60	Vila Nova de Alvito	Texto não-literário: documento régio (foro)
CS2	1331-47	Borba	Texto não-literário: documento régio (foro)
CS3	1350	Santarém	Texto não-literário: documento régio (foro)
Pr.P	1350		Texto não-literário (jurídico)
ZPM	Séc. XV		Texto literário (cronística)
CGE	Séc. XV ⁶	Lisboa	Texto literário (historiografia)
CP	Séc. XV	Alcobaça	Texto literário (ascético-místico ⁷)
LC	1437-38	Lisboa	Texto literário (moralístico)
LEBC	1437-38	Lisboa	Texto literário (técnico)
CRB	Séc. XVI		Texto literário (cronística)

Com vista à aplicação do programa SPSS para uma descrição do *corpus*, tivemos de atribuir a cada variável extralinguística um código.

O material linguístico

Tratadas estas informações, obtivemos a seguinte descrição diagramática do *corpus* e o cálculo da frequência (e respectiva percentagem) de cada variável extralinguística no *corpus*:

Tabela 1 - Distribuição percentual da variável ano nas fontes documentais do corpus

ANO	FREQUÊNCIA	%
1300	1	0,8
1301	2	1,7
1302	6	5
1303	1	0,8
1305	1	0,8
1306	1	0,8
1308	1	0,8
1309	1	0,8
1310	2	1,7
1312	1	0,8
1313	3	2,5
1314	1	0,8
1315	2	1,7
1316	2	1,7
1317	3	2,5

1318	1	0,8
1320	1	0,8
1322	2	1,7
1325	1	0,8
1327	1	0,8
1329	1	0,8
1331	2	1,7
1333	3	2,5
1334	4	3,3
1335	2	1,7
1339	1	0,8
1344	1	0,8
1345	2	1,7
1331-1347	1	0,8
1348	3	2,5
1340-1360	1	0,8
1350	2	1,7
1351	1	0,8
1360	1	0,8
1367	2	1,7
1372	1	0,8
1385	1	0,8
1396	1	0,8
1397	2	1,7
1399	1	0,8
Séc. XIV	2	1,7
1401	2	1,7
1403	1	0,8
1404	2	1,7
1405	1	0,8
1407	3	2,5
1410	1	0,8
1411	1	0,8
1414	1	0,8
1416	1	0,8
1419	1	0,8
1424	1	0,8
1426	1	0,8
1432	1	0,8
1433	1	0,8
1434	1	0,8
1437-1438	2	1,7
1442	1	0,8
1448	1	0,8
1450	1	0,8
1453	1	0,8
1454	1	0,8
1459	1	0,8
1472	1	0,8
1473	9	7,5
1474	1	0,8
1475	2	1,7
1484	1	0,8
1497	1	0,8
1499	1	0,8
Séc. XV	3	2,5
1500	1	0,8
1502	1	0,8

1506	1	0,8
1516	1	0,8
Séc. XVI	1	0,8

Tabela 2 - Distribuição percentual da variável *local* nas fontes documentais do *corpus*

LOCAL	FREQUÊNCIA	%
Sobrado	3	2,5
Santiago de Compostela	3	2,5
Monfero	2	1,7
Anca	1	0,8
Lugo	7	5,8
Lorenzana	5	4,2
Monforte	2	1,7
Chantada	2	1,7
Montederramo	4	3,3
Allariz	1	0,8
Oseira	19	15,8
Lamas	1	0,8
Caldelas	1	0,8
Camba	2	1,7
Ramirás	1	0,8
Salvatierra	1	0,8
San Martiño	1	0,8
Tebra	3	2,5
Lanzada	2	1,7
Pontevedra	6	5
Santa Maria de Dozón	1	0,8
Deza	1	0,8
Miragaia	1	0,8
Maia	7	5,8
Braga	5	4,2
Terra de Faria	1	0,8
Prado	1	0,8
Guimarães	1	0,8
Cabeceiras de Basto	2	1,7
Barracido	1	0,8
Gonce	1	0,8
Viveiro	2	1,7
Villaster	2	1,7
Morgade	1	0,8
Peroja	1	0,8
Nogueira	1	0,8
Armenteira	1	0,8
Abelleira	1	0,8
Sobroso	1	0,8
Vairão	1	0,8
Cerdal	2	1,7
Monção	1	0,8
Valença	3	2,5
Ribadavia	1	0,8
Padrín	1	0,8
Vila Nova de Alvito	1	0,8
Borba	1	0,8

Santarém	1	0,8
Lisboa	3	2,5
Alcobaça	1	0,8
Local desconhecido	5	4,2

Tabela 3 - Distribuição percentual da variável *tipologia* textual nas fontes documentais do *corpus*

TIPOLOGIA TEXTUAL	FREQUÊNCIA	%
Texto não-literário: documento privado (arrendamento)	4	3,3
Texto não-literário: documento privado (venda)	14	11,7
Texto não-literário: documento privado (perdão)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (doação)	13	10,8
Texto não-literário: documento privado (emprometimento)	5	4,2
Texto não-literário: documento privado (apreciação)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (aforamento)	47	39,2
Texto não-literário: documento privado (escambo)	4	3,3
Texto não-literário: documento privado (testamento)	6	5
Texto não-literário: documento privado (partilha/herança)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (autorização)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (penhora)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (ordenação)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (procuração)	2	1,7
Texto não-literário: documento privado (reclamação)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (tombo)	1	0,8
Texto não-literário: documento privado (demarcação)	4	3,3
Texto não-literário: documento privado (sentença)	1	0,8
Texto não-literário: documento régio (foro)	5	4,2
Texto não-literário (jurídico)	1	0,8
Texto literário (cronística)	2	1,7
Texto literário (historiografia)	1	0,8
Texto literário (ascético-místico)	1	0,8
Texto literário (moralístico)	1	0,8
Texto literário (técnico)	1	0,8

Do cruzamento das variáveis extralinguísticas, depois de aplicado o SPSS, obtivemos a seguinte base de resultados no âmbito da estatística descritiva:

Tabela 4 - A descrição do cruzamento das variáveis local/tipologia textual

LOCAL	Nº	Mean ⁹	Std. Deviation ¹⁰	Std. Error ¹¹
Texto não-literário: documento privado (arrendamento)	4	8,75	8,0	4,0078
Texto não-literário: documento privado (venda)	14	21,14	14,7	3,9459
Texto não-literário: documento privado (perdão)	1	1,00		
Texto não-literário: documento privado (doação)	13	20,69	12,2	3,3994
Texto não-literário: documento privado (emprometimento)	5	16,20	11,1	4,9940
Texto não-literário: documento privado (apreciação)	1	5,00		
Texto não-literário: documento privado (aforamento)	47	19,04	12,6	1,8456
Texto não-literário: documento privado (escambo)	4	10,75	10,1	5,0888
Texto não-literário: documento privado (testamento)	6	14,50	6,7	2,7417

Texto não-literário: documento privado (partilha/herança)	1	20,00		
Texto não-literário: documento privado (autorização)	1	20,00		
Texto não-literário: documento privado (penhora)	1	20,00		
Texto não-literário: documento privado (ordenação)	1	24,00		
Texto não-literário: documento privado (procuração)	2	26,50	3,5	2,5000
Texto não-literário: documento privado (reclamação)	1	25,00		
Texto não-literário: documento privado (tombo)	1	11,00		
Texto não-literário: documento privado (demarcação)	4	11,00		
Texto não-literário: documento privado (sentença)	1	43,00		
Texto não-literário: documento régio (foro)	5	48,60	2,3	1,0296
Texto não-literário (jurídico)	1	51,00		
Texto literário (cronística)	2	51,00		
Texto literário (historiografia)	1	49,00		
Texto literário (ascético-místico)	1	50,00		
Texto literário (moralístico)	1	49,00		
Texto literário (técnico)	1	49,00		
Total	120	21,37	14,8	1,3557

Tabela 5 - O intervalo de confiança do cruzamento das variáveis local/tipologia textual

LOCAL	95% confidence interval for mean - Lower bound	95% confidence interval for mean - Upper bound	MINIMUM	Maximum
Texto não-literário: documento privado (arrendamento)	- 4,0046	21,5046	1,00	19,00
Texto não-literário: documento privado (venda)	12,6183	29,6674	1,00	45,00
Texto não-literário: documento privado (perdão)			1,00	1,00
Texto não-literário: documento privado (doação)	13,2856	28,0991	2,00	41,00
Texto não-literário: documento privado (emprometimento)	2,3344	30,0656	3,00	25,00
Texto não-literário: documento privado (apreciação)			5,00	5,00
Texto não-literário: documento privado (aforamento)	15,3276	22,7575	5,00	44,00
Texto não-literário: documento privado (escambo)	- 5,4448	26,9448	5,00	26,00
Texto não-literário: documento privado (testamento)	7,4524	21,5476	5,00	23,00
Texto não-literário: documento privado (partilha/herança)			20,00	20,00
Texto não-literário: documento privado (autorização)			20,00	20,00
Texto não-literário: documento privado (penhora)			20,00	20,00
Texto não-literário: documento privado (ordenação)			24,00	24,00
Texto não-literário: documento privado (procuração)	- 5,2655	58,2655	24,00	29,00
Texto não-literário: documento privado (reclamação)			25,00	25,00
Texto não-literário: documento privado (tombo)			11,00	11,00
Texto não-literário: documento privado (demarcação)	11,0000	11,0000	11,00	11,00

Texto não-literário: documento privado (sentença)			43,00	43,00
Texto não-literário: documento régio (foro)	45,7415	51,4585	46,00	51,00
Texto não-literário (jurídico)			51,00	51,00
Texto literário (cronística)	51,0000	51,0000	51,00	51,00
Texto literário (historiografia)			49,00	49,00
Texto literário (ascético-místico)			50,00	50,00
Texto literário (moralístico)			49,00	49,00
Texto literário (técnico)			49,00	49,00
Total	18,6905	24,0595	1,00	51,00

Tabela 6 - A ANOVA das variáveis local/tipologia textual

	Sum of squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between groups	12984,227	24	541,009	3,875	,000
Within groups	13261,898	95	139,599		
Total	26246,125	119			

Tabela 7 - A descrição do cruzamento das variáveis tipologia textual/ local

TIPOLOGIA TEXTUAL	N	MEAN	STD. DEVIATION	Std. Error
Sobrado	3	2,00	1,0	,5774
Santiago de Compostela	3	2,66	1,1	,6667
Monfero	2	4,50	,7	,5000
Anca	1	1,00		
Lugo	7	7,00	1,2	,4880
Lorenzana	5	6,40	2,5	1,1225
Monforte	2	7,00		
Chantada	2	7,00		
Montederramo	4	7,00		
Allariz	1	9,00		
Oseira	19	9,26	4,8	1,1078
Lamas	1	4,00		
Caldelas	1	4,00		
Camba	2	9,00		
Ramirás	1	7,00		
Salvaterra	1	7,00		
San Martiño	1	2,00		
Tebra	3	4,00		
Lanzada	2	1,50	,7	,5000
Pontevedra	6	7,66	4,0	1,6465
Santa Maria de Dozón	1	9,00		
Deza	1	2,00		
Miragaia	1	9,00		
Maia	7	8,28	3,6	1,3924
Braga	5	6,600	5,0	2,2494
Terra de Faria	1	8,00		
Prado	1	2,00		
Guimarães	1	4,00		
Cabeceiras de Basto	2	8,00	8,4	6,0000
Barracido	1	4,00		
Gonce	1	7,00		

Viveiro	2	7,00		
Villaster	2	7,00		
Morgade	1	7,00		
Peroja	1	7,00		
Nogueira	1	7,00		
Armenteira	1	7,00		
Abelleira	1	2,00		
Sobroso	1	7,00		
Vairão	1	7,00		
Cerdal	2	4,00		
Monção	1	7,00		
Valença	3	9,00	8,1	4,7258
Ribadavia	1	7,00		
Padrín	1	2,00		
Vila Nova de Alvito	1	19,00		
Borba	1	19,00		
Santarém	1	19,00		
Lisboa	3	23,66	1,5	,8819
Alcobaça	1	23,00		
Local desconhecido	5	20,00	1,0	,4472
Total	120	8,12	5,6	,5124

Tabela 8 - O intervalo de confiança do cruzamento das variáveis tipologia textual/local

TIPOLOGIA TEXTUAL	95% confidence interval for mean - Lower bound	95% confidence interval for mean - upper bound	MINIMUM	Maximum
Sobrado	-,4841	4,4841	1,00	3,00
Santiago de Compostela	-,2018	5,5351	2,00	4,00
Monfero	- 1,8531	10,8531	4,00	5,00
Anca			1,00	1,00
Lugo	5,8060	8,1940	5,00	9,00
Lorenzana	3,2834	9,5166	2,00	8,00
Monforte	7,0000	7,0000	7,00	7,00
Chantada	7,0000	7,0000	7,00	7,00
Montederramo	7,0000	7,0000	7,00	7,00
Allariz			9,00	9,00
Oseira	6,9358	11,5905	1,00	17,00
Lamas			4,00	4,00
Caldelas			4,00	4,00
Camba	9,0000	9,0000	9,00	9,00
Ramirás			7,00	7,00
Salvaterra			7,00	7,00
San Martiño			2,00	2,00
Tebra	4,0000	4,0000	4,00	4,00
Lanzada	- 4,8531	7,8531	1,00	2,00
Pontevedra	3,4341	11,8992	2,00	12,00
Santa Maria de Dozón			9,00	9,00
Deza			2,00	2,00
Miragaia			9,00	9,00
Maia	4,8786	11,6928	5,00	14,00
Braga	,3545	12,8455	2,00	15,00
Terra de Faria			8,00	8,00
Prado			2,00	2,00
Guimarães			4,00	4,00
Cabeceiras de Basto	- 68,2372	84,2372	2,00	14,00
Barracido			4,00	4,00

Gonce			7,00	7,00
Viveiro	7,0000	7,0000	7,00	7,00
Villaster	7,0000	7,0000	7,00	7,00
Morgade			7,00	7,00
Peroja			7,00	7,00
Nogueira			7,00	7,00
Armenteira			7,00	7,00
Abelleira			2,00	2,00
Sobroso			7,00	7,00
Vairão			7,00	7,00
Cerdal	4,0000	4,0000	4,00	4,00
Monção			7,00	7,00
Valença	- 11,3335	29,3335	2,00	18,00
Ribadavia			7,00	7,00
Padrín			2,00	2,00
Vila Nova de Alvito			19,00	19,00
Borba			19,00	19,00
Santarém			19,00	19,00
Lisboa	19,8721	27,4612	22,00	25,00
Alcobaça			23,00	23,00
Local desconhecido	18,7583	21,2417	19,00	21,00
Total	7,1104	9,1396	1,00	25,00

Tabela 9 - A ANOVA das variáveis tipologia textual/local

	Sum of squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Between groups	2809,946	50	56,199	4,129	,000
Within groups	939,179	69	13,611		
Total	3749,125	119			

Assim:

➤ recorreremos ao cruzamento de variáveis, através de testes paramétricos e da análise de variâncias (ANOVA); testámos diferenças entre duas variáveis, comparando as variâncias respeitantes às variáveis que considerámos independentes²⁵ (*Local* e *Tipologia textual*) e procedemos ao confronto da variância total; rejeitamos a **hipótese nula** que afirma que todas as médias referentes ao “Local” e à “Tipologia textual” são iguais; a relação entre essas variabilidades para a relação Local/Tipologia textual é de 3,875 e de 4,129 para a relação Tipologia textual/Local; o nível de significância é de ,000 nas duas relações (Local/Tipologia textual e Tipologia textual/Local), pelo que em 0 vezes em 1000, quando a **hipótese nula** é verdadeira, podemos ter um rácio igual ou superior ao obtido. Por isso, dissemos acima que rejeitávamos a **hipótese nula**; tal facto permitir-nos-á afirmar a variabilidade existente entre estas duas variáveis independentes, todavia concluindo que existem diferenças entre os vários grupos; os textos diferem de local para local e estatisticamente essa diferença é significativa, bem como são significativas as diferenças entre os vários tipos de textos relativamente ao local onde foram redigidos; apesar da variável *ano* ser dependente, intui-se que abrange um período cronológico amplo.

25 Considerámos o ano como variável dependente.

Contributos para uma descrição linguística dos valores de “ter” e “haver”

Os autores que se têm debruçado sobre os caminhos sintáctico-semânticos destes dois verbos têm sido unânimes em considerar que ao longo do português arcaico “haver” teve uma posição hegemónica em relação a “ter”. Os estudiosos, e referimo-nos particularmente a Rosa Virgínia Mattos e Silva, afirmam, também, que no século XIII “ter” não recobria todas as dimensões de posse (no que respeita ao objecto possuído), nomeadamente à posse de tipo “QI”²⁶.

Poder-se-á afirmar que, ao longo de todo o período arcaico da língua, “ter” e “haver” recobriam todas as estruturas de posse. Contudo, e no que respeita ao verbo “ter”, este começou por ganhar maior vigor em estruturas AM, depois em configurações semânticas de tipo AI e só mais tarde apareceu em estruturas possessivas de tipo QI. O verbo “haver” teve sempre um maior equilíbrio no que concerne à cobertura de todos os tipos de posse. No entanto, no século XVI, período que consideramos “moderno”, “ter” supera “haver” em todos os tipos de posse. A análise do *corpus* mostra que (i) inicialmente, “ter” e “haver” não aparecem sintacticamente em variação livre, isto é, têm uma configuração sintáctico-semântica de distribuição complementar. Só no séc. XIV é que “ter” e “haver” se posicionam em variação livre; (ii) no séc. XIV “haver” sobrepunha-se a “ter”. Por sua vez, posteriormente, “ter” foi sobrepondo-se a “haver”; (iii) para além das estruturas de posse, “ter” e “haver” aparecem em configurações sintácticas de tempo composto (quando acompanhados de participio passado), bem como em perífrases de “ter de/a” + infinitivo ou “haver de/a + infinitivo”. Em ambas as estruturas sintácticas também é visível aquilo que afirmámos para as estruturas de posse, isto é, a partir do século XV, “ter” foi conquistando o espaço de “haver”.

Quantificação de dados. Uma visão sociolinguística

Quantificando os dados numéricos tratados, temos o seguinte enquadramento estatístico das ocorrências deste binómio ao longo da história do português. Assim:

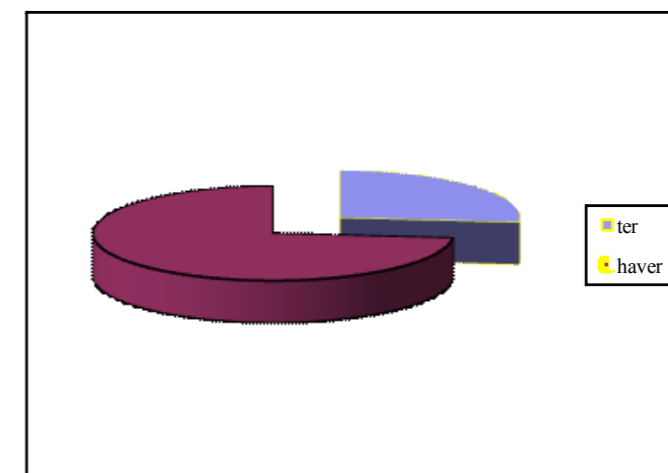


Gráfico 1 - Ocorrências de “ter” e “haver” no séc. XIV

26 A Professora da Bahia afirma que estruturas de posse tipo QI não apareciam no séc. XIII, «[...] já que ainda assim se comportava nos séculos XIV e XV». Cf. ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista. In: Estudos linguísticos e literários, nº19, Universidade Federal da Bahia, 1997, p. 283. Embora a Autora não o refira, no que respeita ao objecto possuído, a estrutura QI também está presente no século XVI.

O gráfico mostra-nos claramente o predomínio de “haver” (2077 ocs.) sobre “ter” (753 ocs.) em estruturas possessivas. No séc. XV, esta diferença é menor, no entanto, e ao contrário do que alguns linguistas vêm afirmando, “haver” continua a ser mais expressivo do que “ter”.

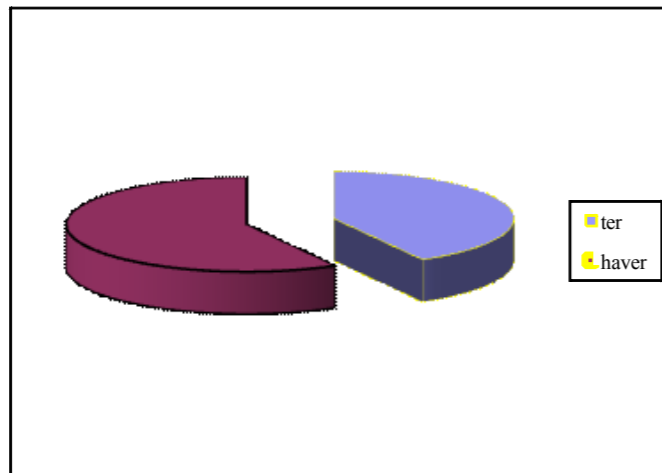


Gráfico 2 - Ocorrências de “ter” e “haver” no séc. XV

Só no século XVI é que “ter” tem nitidamente uma maior expressão do que “haver”, contabilizando-se para “ter” 644 ocs. e para “haver” 146 ocs..

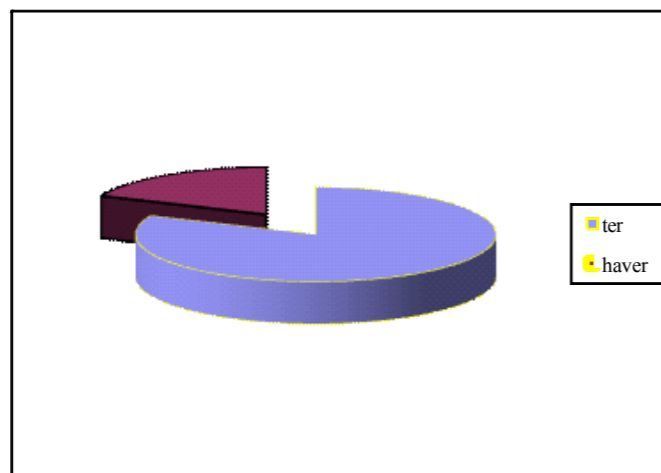


Gráfico 3 - Ocorrências de “ter” e “haver” no séc. XVI

Interessa, todavia, efectuarmos uma análise descritiva de índole sociolinguística, isto é, interligarmos estes dados (fruto de uma análise descritiva de teor sintáctico-semântico) aos dados recolhidos pela análise das três variáveis extralinguísticas. Vejamos, deste modo, a quantificação da variável “ano”:

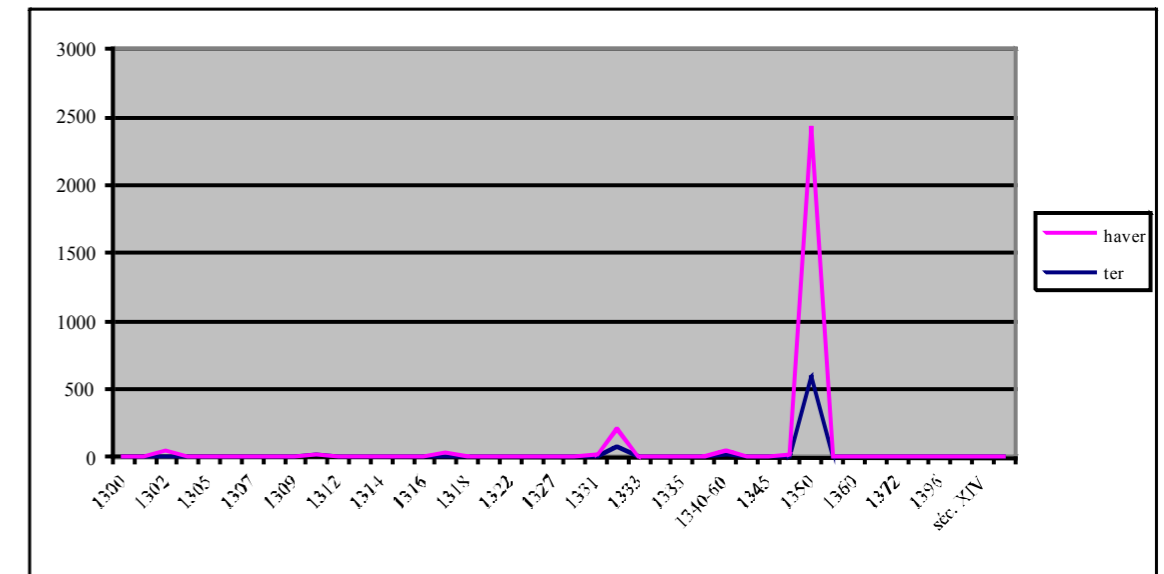


Gráfico 4 - “Ter” e “haver” no séc. XIV: a variável “ano”

Uma análise deste gráfico mostra-nos que entre 1345-1360, “ter” tem um maior significado em relação aos outros períodos temporais. Estamos numa fase anterior ao português arcaico médio.

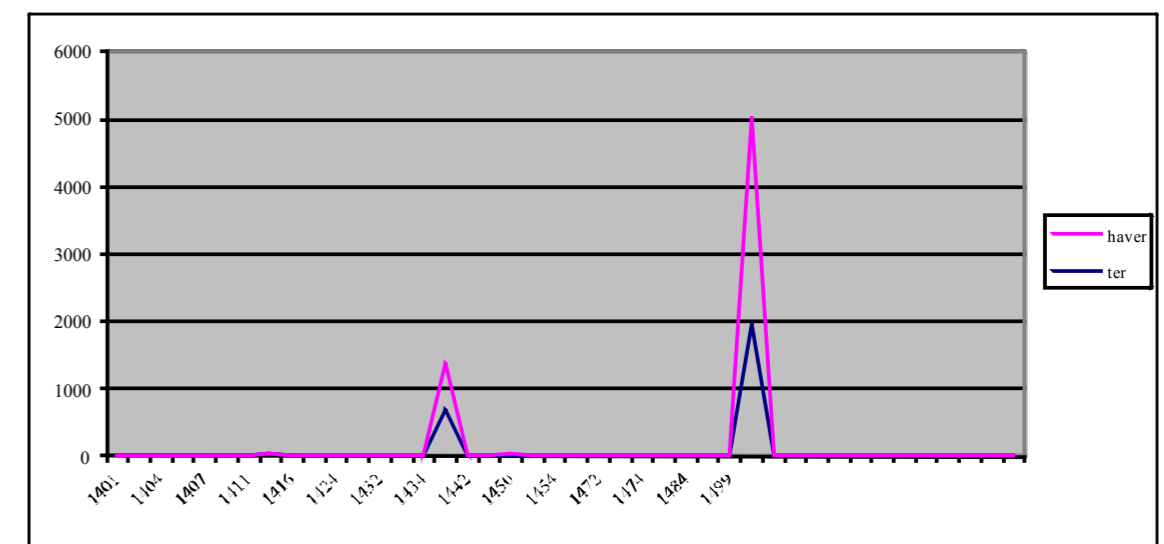


Gráfico 5 - “Ter” e “haver” no séc. XV: a variável “ano”

Mas, de facto, é a partir de 1437-38 que a fase galego-portuguesa parece ter chegado completamente ao seu termo, nascendo, deste modo, o português arcaico médio. Como qualquer fase de transição, assistimos, na época, a uma língua que tem vestígios arcaicos por um lado e, por outro, vestígios de modernidade.

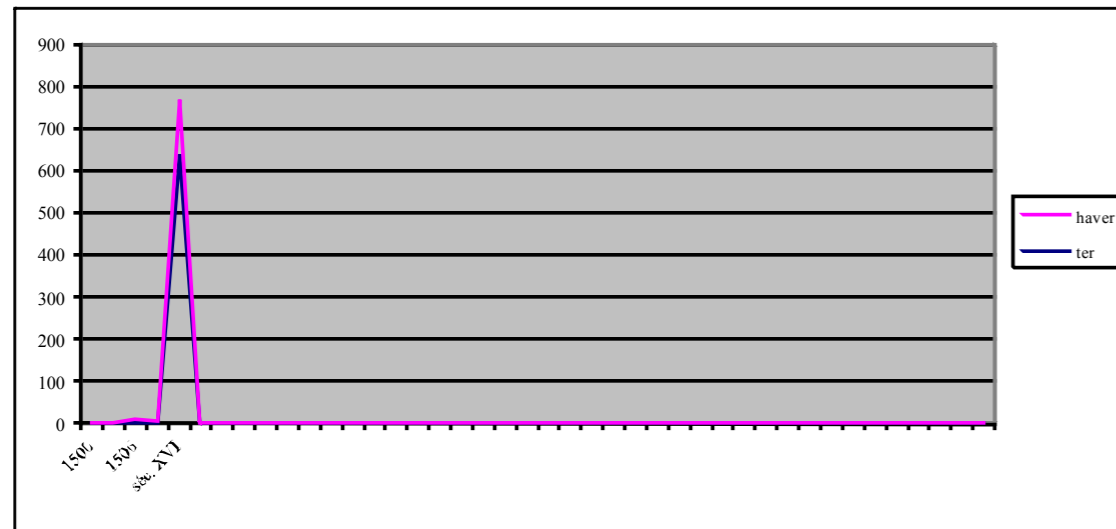


Gráfico 6 - "Ter" e "haver" no séc. XVI: a variável "ano"

À entrada do século XVI, já não temos o português arcaico médio. No que respeita a este fenómeno sintáctico, o português pode já ser adjectivado de moderno. Vejamos a quantificação da variável "tipologia textual":

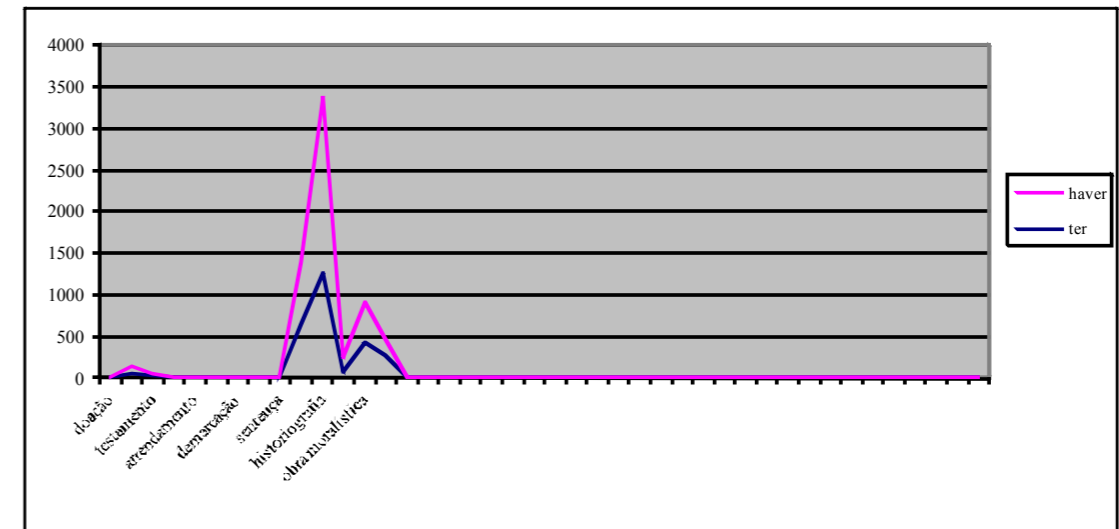


Gráfico 8 - "Ter" e "haver" no séc. XV: a variável "tipologia textual"

O século XV mostra igualmente nas diferentes tipologias textuais analisadas uma significativa expansão de "ter", nomeadamente na cronística, em obras moralísticas e em obras de carácter técnico.

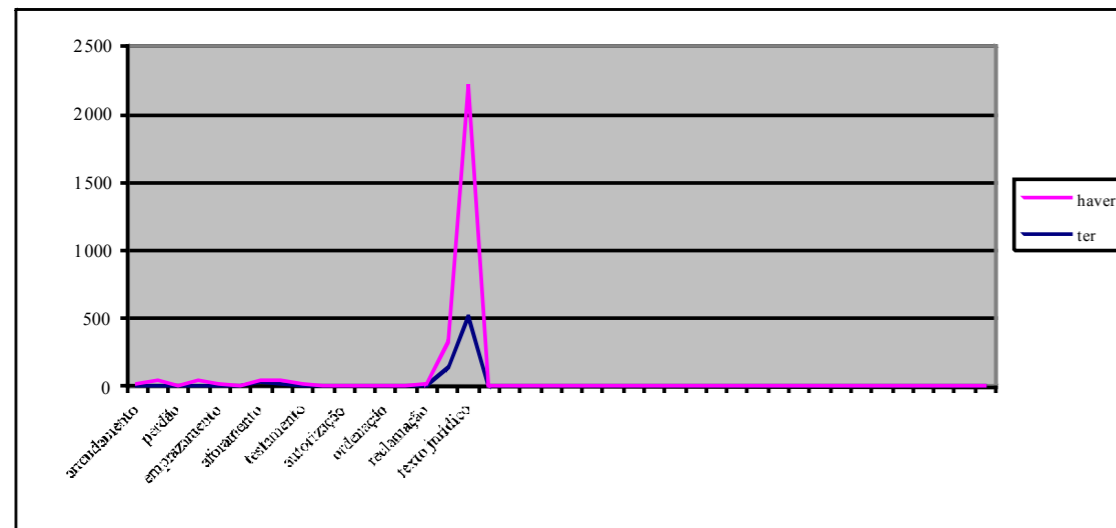


Gráfico 7 - "Ter" e "haver" no séc. XIV: a variável "tipologia textual"

De um modo geral, há um equilíbrio no que respeita à distribuição destas formas verbais perante os vários tipos textuais. Mas na documentação privada, nomeadamente nos documentos trazidos a público por Clarinda de Azevedo Maia em *História do galego-português*, nota-se um predomínio de "haver" em relação a "ter". Tal aspecto é igualmente visível nos textos do século XVI editados pela Autora.

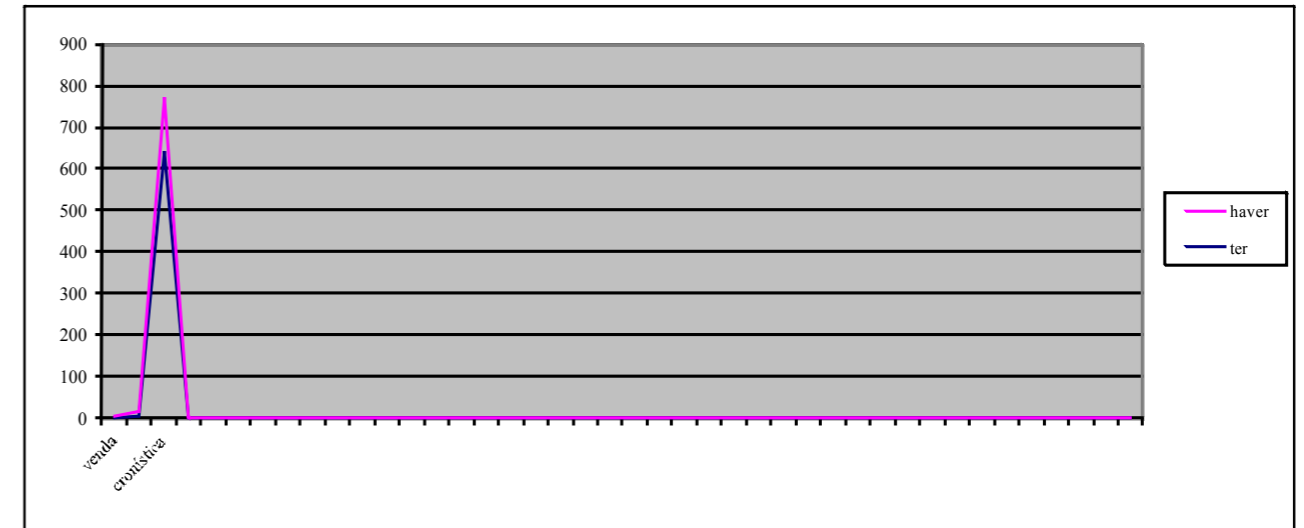


Gráfico 9 - "Ter" e "haver" no séc. XVI: a variável "tipologia textual"

A cronística apresenta uma completa proliferação da forma "ter" em todos os tipos de estruturas possessivas. Quanto à variável "local" temos a seguinte descrição:

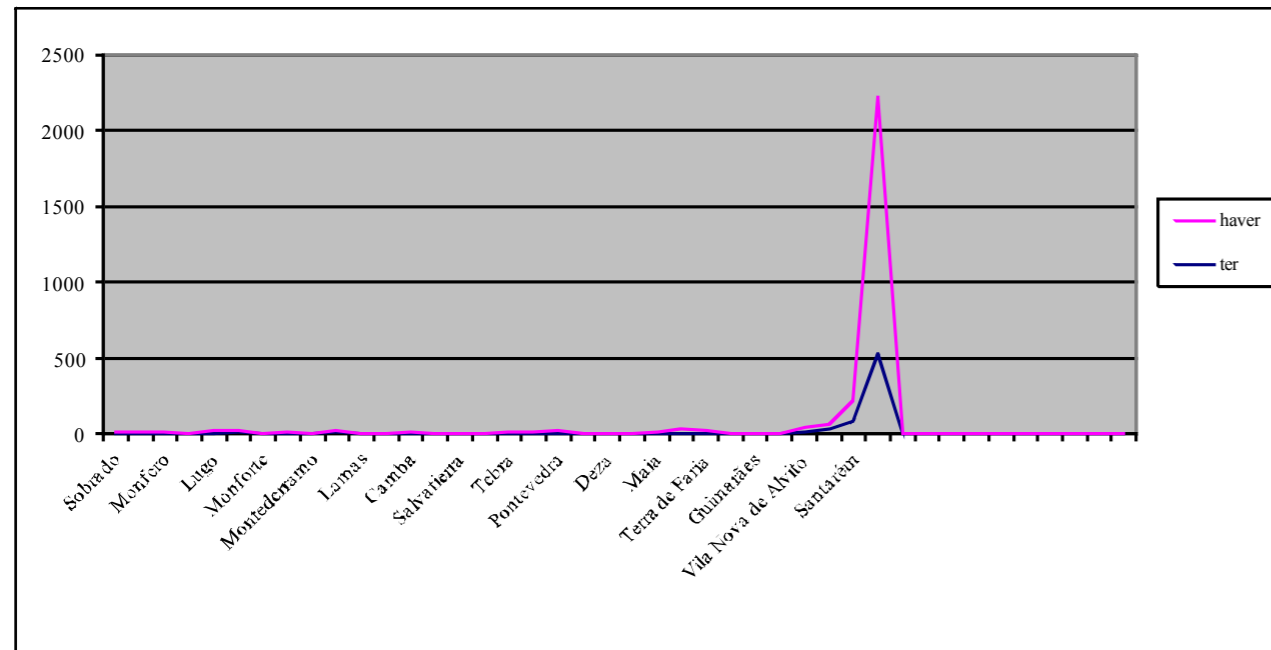


Gráfico 10 - "Ter" e "haver" no séc. XIV: a variável "local"

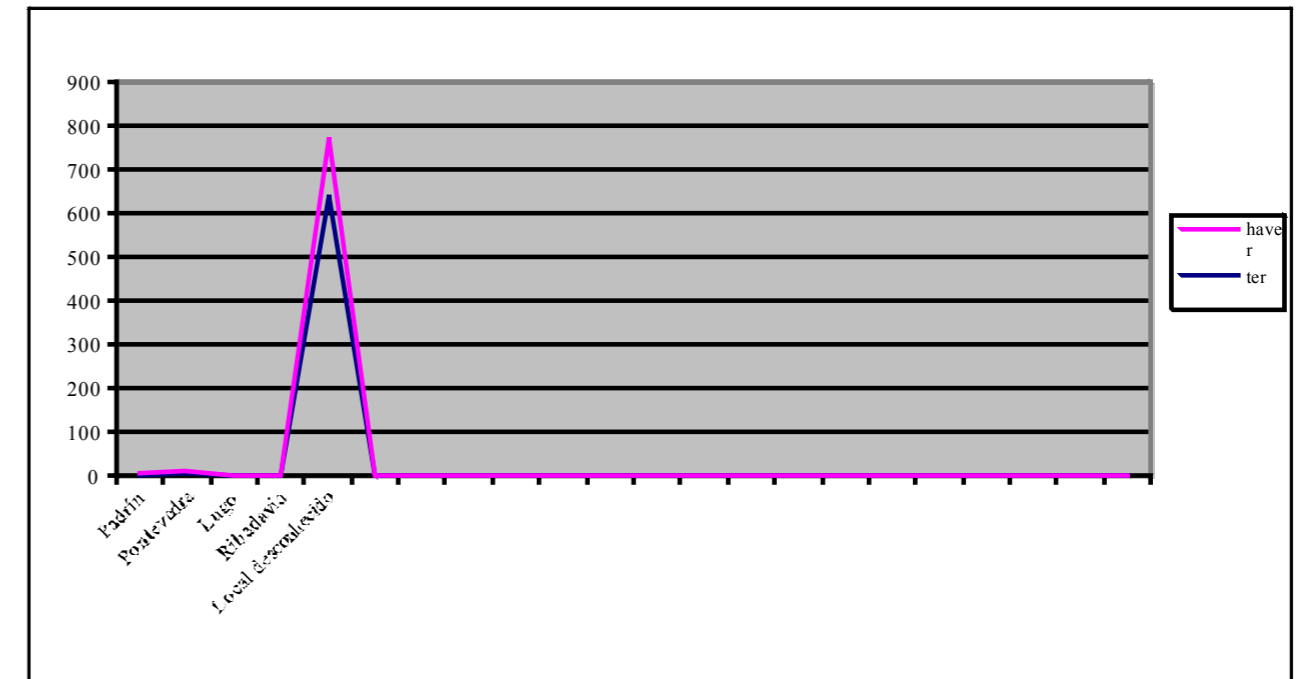


Gráfico 12 - "Ter" e "haver" no séc. XVI: a variável "local"

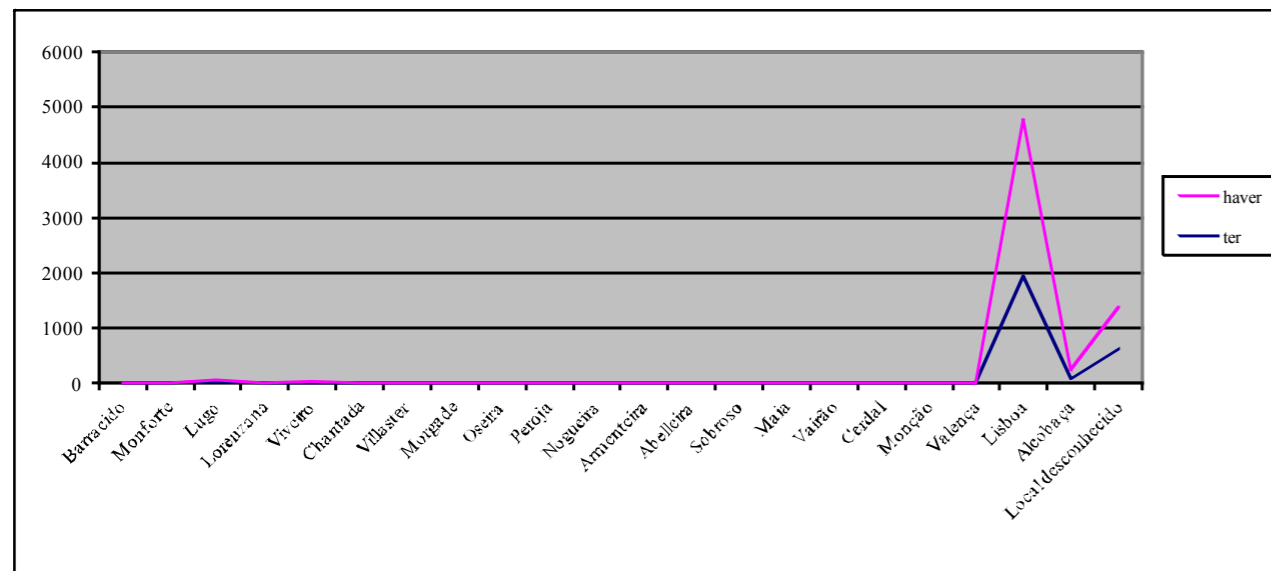


Gráfico 11 - "Ter" e "haver" no séc. XV: a variável "local"

Após esta breve descrição gráfica, aprez registar que é a partir de 1437-38 (com a produção dos príncipes de Avis) que se dá uma mutação linguística no que respeita ao binómio ter/haver. Trata-se, efectivamente, do período áureo do português arcaico médio. Assim, nesta altura temos a seguinte configuração:

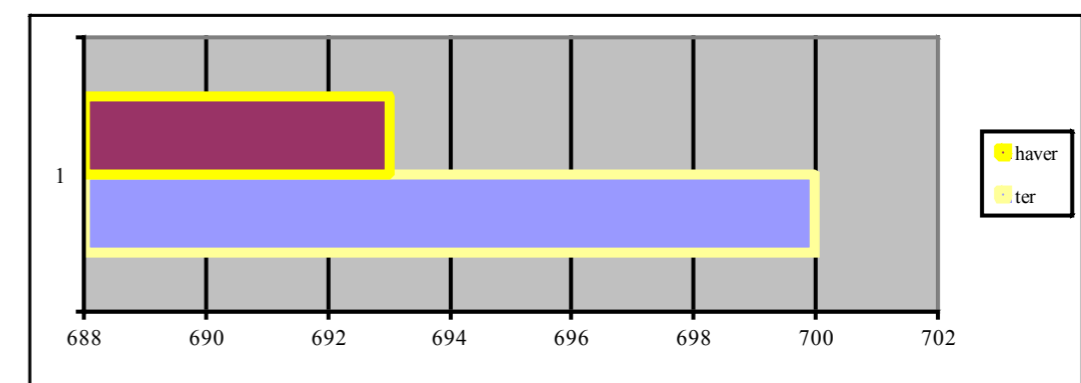


Gráfico 13 - "Ter" e "haver" em 1437-38

No que respeita a este fenómeno sintáctico-semântico, podemos afirmar que, em 1437-38, o português arcaico médio está em marcha, tendo-se iniciado há década e meia, sensivelmente. O português arcaico médio terá o seu termo em meados do século XV, uma vez que no século XVI, e segundo o que os dados revelam, a língua já tinha a nível

sintáctico adquirido os contornos da modernidade. O início do séc. XVI marca autenticamente uma fase de português moderno, pelo que recuamos alguns anos, em relação ao termo *ad quem* do português arcaico médio que tem, normalmente, sido defendido.

Quanto aos tipos textuais mais inovadores temos, logo no séc. XIV, o aforamento, no séc. XV as obras de carácter técnico e no séc. XVI a cronística. Analisando a variável extralinguística “local”, nota-se que já no século XIV, Lorenzana, Oseira e Borba foram centros onde já raiava alguma modernidade sintáctica. No séc. XV, Lugo foi o local que mais aderiu ao predomínio de “ter” sobre “haver” em estruturas de posse. No séc. XVI, os textos que apresentam maior inovação linguística são de proveniência geográfica desconhecida.

ELEMENTOS PARA A PERIODIZAÇÃO DO PORTUGUÊS

Esperança Cardeira²⁷ - FLUL

RESUMO: O português médio é um curto período em que se produzem transformações profundas e em que se inicia a elaboração da língua. Grande parte destas mudanças linguísticas concretiza-se na primeira metade do século xv mas algumas já se esboçavam desde finais do xiv e outras prolongam-se até meados do xvi. Parece, portanto, que a fase crítica de ‘modernização’ é ladeada por dois períodos de transição (ou duas ‘franjas de separação’): o primeiro separa o português antigo do médio e caracteriza-se por grande instabilidade, resultante do confronto entre variantes; após a fase de selecção (o português médio) uma nova transição, agora de estabilização das variantes seleccionadas, anuncia já o português clássico. O presente trabalho propõe-se contribuir para a caracterização destas duas fases de transição, recorrendo ao confronto entre a *Collecção Mystica de Fr. Hylario da Lourinhã*, códice alcobacense copiado na primeira metade do século xv, e o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, testemunho da poesia cortesã da segunda metade de Quatrocentos. As mudanças observadas dizem respeito a alguns aspectos da fonologia, da morfologia e do léxico e mostram como à variação da primeira franja de separação se sucedem uma fase de selecção e um patamar de estabilização.

PALAVRAS-CHAVE história do português; periodização; português antigo; português médio; português clássico.

Português médio e franjas de separação

Nos últimos anos têm surgido alguns trabalhos que incidem sobre o período médio (ou pré-clássico) do português. Podemos tomar como fronteiras na delimitação deste período as datas da batalha de Aljubarrota (1385) e da impressão da *Grammatica* de Fernão de Oliveira (1536), marcos da independência de Portugal e do início da reflexão metalinguística. Na realidade, estas referências simbólicas traduzem-se em períodos, mais ou menos longos, de transição entre estados linguísticos. Estudos recentes mostram que o limite entre português antigo e médio (final do século xiv, início do xv) deve ser entendido como uma franja de separação (um período de extrema variação linguística) e que as décadas iniciais do português médio podem ser encaradas como uma mudança de estado, já que na primeira metade do século xv o português sofre profundas transformações linguísticas que, transpostas para um gráfico, desenham uma curva sigmóide que representa uma transição de fase (Cardeira, 2010). Depois do período crítico da mudança linguística é previsível que exista uma segunda franja de separação, configurando um patamar de estabilização dos novos traços linguísticos, uma transição entre português médio e clássico. Para testar esta hipótese recorreremos a dois textos representativos das fases inicial e final do português médio: o códice alcobacense 462, *Collecção Mystica de Fr. Hylario da Lourinhã*, composto por textos hagiográficos copiados na primeira metade do século xv, e o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, testemunho da produção poética composta na corte portuguesa na segunda metade de Quatrocentos (Dias, 1990-93). O trabalho a desenvolver tem como objectivo analisar contrastivamente estes dois documentos, identificando, com base nas propostas de autores como Teyssier (1982), Bechara (1991) e Castro (2006), alguns processos de mudança linguística que permitam caracterizar estes momentos da história do português.

A *Colecção Mística* de Fr. Hilário de Lourinhã

O manuscrito que constitui a *Colecção Mística* encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional (Alc. 462).²⁸ Trata-se de um conjunto de textos hagiográficos e de pedagogia espiritual que se insere no início do período do português médio ou, mais especificamente, num período de transição entre o português antigo e o médio. De facto, se paleograficamente o manuscrito é datável do século xv apresenta, contudo, traços de uma linguagem mais antiga, o que o inculca como cópia de anteriores textos em português (Pereira, 1887-89:333; Williams, 1941:215; Allen, 1953:2 e 6-7; Castro,

²⁷ UL, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística Geral e Românica, Alameda da Universidade, 1600-214, Lisboa, Portugal, ecardeira@hotmail.com.

²⁸ Este códice pertencia ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota 2274. O presente trabalho é feito com base na observação de fotografias do manuscrito.

1985:5). O códice, composto por duas unidades codicológicas, foi copiado no *scriptorium* alcobacense no tempo de D. Estêvão de Aguiar (Cepeda, 1982:lv, Castro, 1985:6).

No trabalho de cópia são identificáveis três mãos. Na folha de rosto adicionada no século XVIII (fol. II) uma tábua parcial do conteúdo é precedida de um título geral: *Collecção mystica de Fr. Hylario de Lourinhã, Monge Cisterciense de Alcobaca, o qual transcreveo o seguinte no Idioma Portuguez*. No fol. 50v, depois da *Vida de Eufrosina*, encontramos, com tinta diferente mas pela mesma mão que copiou o texto, a seguinte inscrição: *Eu Farciso do Monte que esto spreví que aja gloria pera todo ssenpre. Ame. Assí sseja*. Quer Hilário quer Farciso do Monte são nomes que não aparecem citados em nenhum outro manuscrito alcobacense contemporâneo. Seria Hilário o tradutor e Farciso um dos copistas? Seja qual for o caso, estas são as únicas indicações explícitas fornecidas pelo códice. Com alguma segurança podemos, no entanto, identificar uma das mãos (fol. 97r-172r), como a de Frei Bernardo de Alcobaca: uma comparação destes fólhos com uma amostra de *O Segundo Livro que fala da Vida e Feitos dos Apóstolos*, em cujo fol. 206v encontramos um *explicit* em que se diz ter o copista, Frei Bernardo, executado o trabalho por ordem de D. Estêvão de Aguiar (Cepeda, 1982:lviii) revela idêntica morfologia e módulo da letra. Esta identificação confirma a produção do códice no período correspondente ao governo de Frei Estêvão de Aguiar, que foi abade do mosteiro de Alcobaca entre 1431 e 1446. Também a análise linguística indica que esta seria uma cópia efectuada em meados do século XV de um conjunto de textos anteriores a essa data. Um ensaio comparativo entre uma amostra textual recolhida na *Colecção Mística* e, por um lado, textos não literários datados entre 1375 e 1450 e, por outro, o conjunto de textos de natureza diversa que constitui o *Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte*, datável entre 1423 e 1438, revela algumas características da *Colecção Mística* como muito próximas de documentação dos finais do século XIV (Cardeira, 2005:273-5).

Em suma: é aceitável a hipótese de que o manuscrito da *Colecção Mística*, copiado no segundo quartel do século XV, reproduza textos mais antigos,²⁹ possivelmente do último quartel do século XIV. Entre original e cópia não mediarão, pois, mais de cinquenta anos, o que nos permitirá utilizar este texto como representante da transição (ou franja de separação) entre português antigo e médio.

O Cancioneiro Geral de Garcia de Resende

O *Cancioneiro Geral* é uma colectânea de aproximadamente um milhar de composições de quase 300 poetas da corte portuguesa da segunda metade do século XV e inícios do XVI. O seu compilador, Garcia de Resende (1470-1536), viveu nas cortes de D. João II, D. Manuel e D. João III e conhecia por dentro o ambiente da corte portuguesa: a vida intelectual concentrava-se na corte, reunindo em torno do rei uma aristocracia palaciana; nos serões da corte organizavam-se festividades em que os poetas se promoviam socialmente. É esta produção poética, espelho da presença crescente de uma corrente secular e encarada como uma forma de lúdico convívio cortesão - e que deveria circular em pequenos cancioneros dispersos, rolos avulsos de coplas, livros de mão - que Resende reúne. A compilação, impressa em 1516, revela o intercâmbio entre Portugal e Castela e a penetração da língua e cultura castelhanas na corte portuguesa, continuando o movimento editorial que se vinha materializando na moda de coleccionar a poesia cortesã em obras como o *Cancionero de Baena* (Juan Alfonso de Baena, 1445) ou o *Cancionero General* (Hernando del Castillo, 1511). A organização do *Cancioneiro Geral* não parece respeitar qualquer ordem (cronológica ou outra): abre com a tenção *Cuidar e Suspirar* a que se segue um conjunto de composições de autores individuais e outro de produção colectiva. Este segundo conjunto é subdividido consoante a natureza das composições: *Louvores* e *Cousas de folgar*. Finalmente, um novo conjunto de trovas ordenadas por autor fecha a compilação com as obras do próprio Resende. Perceber a lógica que presidiu a esta organização, identificar todos os autores, atribuir poemas a poetas e datar as composições é trabalho demorado e que não cabe aqui:³⁰ por ora, basta lembrar que uma das mais antigas composições é o “louvor de Juan

de Mena” (256),³¹ composto pelo Infante D. Pedro, que morreu em Alfarrobeira em 1449; as mais recentes terão sido elaboradas em data próxima da impressão.³² O *Cancioneiro Geral* reúne, portanto, documentos da segunda metade de Quatrocentos e inícios de Quinhentos e representará a transição (a franja de separação) entre português médio e clássico.

Análise de variáveis

Assumindo que a *Colecção Mística* e o *Cancioneiro Geral* podem ser encarados como documentos representativos das franjas que separam o português médio do antigo e do clássico, e entendendo o português médio como uma transição de fase, um período relativamente curto em que se verificam mudanças que ‘modernizam’ a língua, a hipótese que quero verificar é que a análise destes dois textos poderá revelar os momentos iniciais e finais desses processos de mudança. Isto é: na *Colecção Mística* espero encontrar algumas atestações das mudanças em curso, ainda em variação com as formas antigas; o *Cancioneiro Geral* deverá mostrar-nos, através do predomínio das novas variantes e da sua estabilização na língua escrita, o final do processo de mudança. Para análise contrastiva nestes dois textos escolhi variáveis que dizem respeito a alguns aspectos da fonologia, da morfologia e do léxico: a convergência em -ão das terminações nasais, a síncope de -d- no morfema número-pessoal, a substituição do singular paroxítono em -vil por -vel; a substituição dos participios passados em -udo por -ido, a selecção da forma da primeira pessoa singular do presente do indicativo do verbo *ser*, a regularização de género em formas nominais; a especialização de sentido dos verbos *descer* e *descender*; a substituição de *leixar* por *deixar*.

Terminação nasal: convergência em -ão

As terminações -ã-o, -ã e -õ do português antigo convergiram no ditongo -ão. Assim, formas nominais como *mão*, *cão*, *leão* e verbais como *amam* ou *são*, bem como palavras gramaticais como *tão* e *não*, tiveram, no português antigo, terminações que correspondiam à etimologia: *mã-o* <MANU, *cã* <CANE, *leõ* <LEONE; *amam* <AMANT, *sõ* <SUNT; *tã* <TAM, *nõ* <NON.³³ Nos finais do século XIV a correspondência entre etimologia e grafia deixa de ser sistemática, indiciando o início da convergência que Fernão de Oliveira (1536:cap. XLV) claramente descreve:

[...] dos nomes *que* mudão todo o ditogo: como lição lições. podão. podões. melão. melões: estes nomes posto *que* parece) mudar mais *que* nenhũs dessoutros *que* ja dissemos todauia se olharemos ao singular antigo *que* ja teuerão não mudão tanto como agora nos parece porque estes nomes todos os *que* se acabão em .ão. ditongo acabouãose em .om. como liçõ. podom. melõ. e acreçe)tando. e. e. s. formauão o plural. lições. podões: e melões: como ainda agora faze): e outro tanto podemos afirmar dos *que* faze) o plural em .ães como pães. cães. dos *quaes* antigame)te era o seu singular. pã. cã. cujo testemunho aindagora da antredouraminho. Os outros nomes *que* fazem o plural em ãos como cidadãos. cortesãos assi teuerão sempre o seu singular acabado e) ão. Como agora te) çidadão. cortesão. estes guardão sua antiguidade em tudo: e aquelloutros so no plural.

Na *Colecção Mística* as formas nominais de base -ANU apresentam-se exclusivamente com a grafia <ão> e nas de base -ANE regista-se apenas uma forma com grafia não etimológica (*pom* <PANE). É nos nomes de base -ONE (os mais frequentes) que encontramos oscilação: *rrelegyõ* ~ *religiã*, *visom* ~ *visam*, etc. Nas terminações da flexão verbal a percentagem de formas com grafia que não corresponde à etimologia não ultrapassa os 10% e nas palavras gramaticais apenas 0.7% da grafia não respeita a etimologia. No conjunto dos textos que constituem a *Colecção Mística* as terminações nasais que viriam a convergir em -ão, isto é, de base etimológica -ANE, -ANU, -ONE, -ANT e -UNT, conservam ainda correspondência etimológica em quase 95% das formas.

No *Cancioneiro Geral*,³⁴ pelo contrário, as terminações sem correspondência etimológica são abundantes, sendo a

²⁹ Poderia pensar-se que o grau de modernização ou conservação tenha dependido do exemplar copiado ou da mão responsável pela cópia. Comparando, contudo, a distribuição da frequência de algumas variáveis observadas nos diversos textos e nas três mãos não se verificam diferenças significativas: sobre as preferências individuais ou as características do texto copiado prevalece uma *scripta* alcobacense.

³⁰ Está em curso o projecto *Poesia e Poetas do Cancioneiro Geral* (ECHO) sediado no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (CEC/FL/UL). É objectivo deste projecto o estudo multidisciplinar (de natureza poética, histórica, histórico-literária e linguística) do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

³¹ Os números referem-se à numeração das composições na edição utilizada (Dias, 1990-93).

³² A composição 792, “Da caça que se caça em Portugal”, de Diogo Velho, é datada de 1516.

³³ Para uma descrição mais pormenorizada deste e de outros processos de mudança aqui observados vd. Cardeira 2005.

³⁴ Uma vez que o texto em análise é muito extenso, recolhi todas as grafias etimológicas e não etimológicas (nomes, flexão verbal e

grafia predominante <am>.³⁵ É significativo que na flexão verbal encontremos esta terminação <am>, alternando com <om> e <ão> em todos os tempos,³⁶ quer nas terminações átonas quer nas tónicas e independentemente do étimo: *chamam ~ chamão; dam ~ dão; faram ~ farão; deram ~ derão*, etc. A grafia <om> tornou-se, claramente, residual. Veja-se, por exemplo, o advérbio de negação, que surge ainda com a grafia etimológica *nom* (432 ocorrências) e já com a moderna grafia *não* (23 ocorrências) mas principalmente com a forma gráfica *nam* (2770 ocorrências). Ou seja, a grafia etimológica representa apenas 13.3% do total.

Na amostra observada encontrei um total de 459 grafias que respeitam a etimologia (31.6%) e 1453 grafias não etimológicas (68.4%). Das grafias não etimológicas apenas uma pequena parte (1.6%) corresponde à moderna grafia <ão>;³⁷ <om> representa somente 24% das etimológicas. Quer isto dizer que, de facto, a grafia mais frequente, independentemente da etimologia, é <am>. Formas como *veram* ou *mam* (por *verão* <VERANU e *mão* <MANU, 324) e rimas como *cortessam:mão; afeçam:razão:condicam; darão:poderão:paixam* (1) indicam que <am> representa já o ditongo.

Síncope de -d- no morfema número-pessoal

No que se refere à síncope do -d- intervocálico no morfema número-pessoal da flexão verbal, uma mudança morfológicamente condicionada que é, na opinião de Bechara (1991:70) «o fenómeno balizador por excelência» entre o português antigo e o médio, a *Colecção Mística* revela-se um texto bastante conservador e, provavelmente, cópia fiel de manuscritos anteriores ao século xv: apenas duas formas (*tiraay-vos* e *recordereis*), num total de 190 formas da 2ª pessoa plural apresentam síncope (menos de 2%). Vejamos o que ocorre no *Cancioneiro*: presença quase generalizada da síncope (99.9%). Excepções são, apenas: *fazede* (93); *gozedes* (802) e *levade ora levade* (589).³⁸ Fica confirmado, portanto, que a síncope de -d- se tornou regra estável ao longo da segunda metade do século xv.³⁹

Substituição do singular paroxítono em -vil por -vel

No português antigo existia alternância entre palavras paroxítonas terminadas em -vil (<-BĪLE) e em -vel (<-BĪLE). Decorrente do singular, o plural destas formas apresenta oscilação em -veis, -ves ou -viis, -vis. Parece ter-se tratado de uma variação opcional, dependente do estilo textual: o prestígio que a variante em -vel adquiriu devido à sua selecção em textos literários terá determinado o desaparecimento da antiga variante em -vil, que era a mais frequente no período do português antigo. A inversão da tendência verifica-se no primeiro quartel do século xv (Cardeira, 2010:86-7).

Na *Colecção Mística* registam-se 72 formas em -vel, correspondendo a 86% (somando singular e plural) e apenas 12 em -vil, o que mostra como o processo de substituição do antigo singular está em curso. Sirva de exemplo a forma *perduravel* (34), com o plural *perduravees* (7) ou *perduraves* (1), frente a *perduravil* (2), com os plurais *perduraviis* (3) e *perduravis* (1). É possível que, em formas como *perduraves* ou *perduravis* se tenha ensaiado a crase: terminações deste tipo surgem, contudo, raramente (apenas 4 ocorrências: *crues, perduraves, semelhaves* e *perduravis*).

No *Cancioneiro* já não se regista a antiga variante em -vil e as formas do plural terminam sempre em -veis, com uma

palavras gramaticais) numa amostra constituída por 25 fólhos (fls. xx r. – xxx v.; lxxx r. – xc v. e cl r. – clv v.). Desta amostra, como da restante análise, excluí, naturalmente, as composições em castelhano.

35 A grafia <am> ocorre em formas cuja terminação etimológica é -ANE (*pam* <PANE) mas, também, -ANU (*sam* <SANU), OU -ONE (*coraçam* <CORATIONE)

36 Um exemplo será suficiente para percebermos como a memória etimológica foi já apagada: a 3ª pessoa do plural do verbo *ser* surge apenas uma vez com a grafia antiga *som*, 21 vezes como *são* e 258 (92%) como *sam*. As grafias não etimológicas perfazem, portanto, 99.6%.

37 Note-se que <ão> ocorre em formas cuja terminação etimológica é -ANU (*mão* <MANU), -ANE (*pão* <PANE) OU -ONE (*sermão* <SERMONE).

38 A primeira ocorre em composição de Nuno Pereira e justifica-se por necessidade métrica; a segunda em trovas de Anrique da Mota para rimar com *vedes*; o último caso é uma glosa em composição de Nuno Pereira. Em todos estes textos, note-se, abundam as formas sincopadas.

39 É de notar que a síncope estava tão generalizada que atinge formas em que -d- sobreviverá: o presente *ides* e o imperativo *ide* não ocorrem no *Cancioneiro Geral* enquanto as formas sincopadas *i(s)* têm 25 ocorrências.

única excepção: *horrives* (102).⁴⁰

Substituição dos participios passados em -udo por -ido

No português antigo os participios fracos terminavam em -ado, -udo e -ido. A terminação -udo, da 2ª conjugação, foi substituída pela terminação -ido, após um longo período de oscilação entre os dois participios. Esta foi uma alternância admitida pelo português desde época remota e que se terá mantido como mera variação durante todo o século xiv; nos inícios do século xv a variante em -ido foi acolhida pela língua da corte, adquirindo um prestígio que conduziu à sua rápida expansão. Em meados do século xv a variante em -udo surge somente em determinadas fórmulas petrificadas, mais frequentes em documentos de tipo notarial do que em textos literários, como é o caso do participio *teudo*. A inversão da tendência verifica-se no início do segundo quartel do século xv (Cardeira, 2010:85).

Do total de 112 participios passados de verbos de tema em e registados na *Colecção Mística*, apenas 30 apresentam a antiga terminação -udo; 73% têm, portanto, a nova terminação -ido. A oscilação na escolha e a preferência pela nova terminação podem ser exemplificadas com formas que ocorrem com alguma frequência: *perduto* (1) ~ *perdido,a,s* (6); *ascondudamente* (1) ~ *ascondidamente* (3), *escondida* (3), *ascondido,s* (8); *vençudo* (1) ~ *vençido,s* (11), etc. A antiga terminação parece, pois, estar a cair em desuso.

No *Cancioneiro Geral* já só encontramos o novo participio, com, apenas, uma excepção, que se justifica por necessidade rimática: *sofruda* (:acuda).⁴¹

O processo de substituição de -udo por -ido pode, pois, considerar-se completo no momento da elaboração do *Cancioneiro*.

som/sam/são/sou

Em 1536, Fernão de Oliveira descreve a variação admitida pela língua do seu tempo (cap. XLVII) em relação à primeira pessoa singular do indicativo presente do verbo *ser*: “[...] hūs pronũciã em .om. como som. e outros em .ou. como .sou. e outros em .ão. como .são. e tãbẽ outros que eu mais fauoreço em .o. pequeno como .so. [...]”. E acrescenta Oliveira que foi criado em S. Domingos de Évora onde faziam zombaria da sua pronúncia da Beira, *som*. Esta descrição mostra que as variantes *som* ~ *são* ~ *sou* coexistiam ainda em meados do século xvi e que a forma mais antiga, *som*, era já vista como dialectal.

A convergência no ditongo não será, neste caso, a solução que acabará por fixar-se: a terminação nasalizada -om, derivada de SUM, virá a sofrer desnasalização e ditongação. A forma moderna *sou* tem sido explicada: (i) por analogia com *estou, vou* e *dou* (também no castelhano a forma primitiva *so(n)* foi substituída por *soy*, por analogia com *doy, estoy, voy*); (ii) por se ter acrescentado à antiga forma nasalada *sō* o morfema número-pessoal comum a quase todos os verbos na primeira pessoa do indicativo presente,⁴² tendo daí resultado uma forma dissilábica *são* que viria a desnasalizar e ditongar (Piel, 1945).

Na *Colecção Mística*, à primeira pessoa do singular do verbo *ser* (com um total de 70 ocorrências) corresponde a forma ainda próxima do étimo (SUM) *som*,⁴³ com 39 ocorrências. Esta forma maioritária alterna, contudo, com *soom* (18), com duplicação da vogal e *soo* (13), sem marca de nasalidade. Se a nasalidade é, em geral, conservada (encontramo-la em 81% das ocorrências), a duplicação da vogal, que ocorre em 44% das formas, poderá indicar uma articulação

40 No Livro das Obras de Garcia de Resende também estes plurais registam o ditongo (Verdelho, 1994:665-6 e n.31).

41 Na composição 31, de Fernão da Silveira.

42 A forma *sono* do italiano demonstra esta possibilidade.

43 Regista-se a alternância, meramente gráfica, *som* ~ *ssom* ~ *ssō*, *soom* ~ *soom* ~ *sōo* ~ *ssōo* e *soo* ~ *ssoo*.

dissilábica. Podemos, portanto, atestar aqui a evolução imaginada por Piel: *SUM* > *sō* > *sōo* > *soo*, já que as três formas parecem estar, na franja inicial do português médio, em variação.

No *Cancioneiro Geral* ocorrem ainda as formas com grafia etimológica *som* (10 ocorrências), *soom*, com nasalidade e duplicação vocálica (1) e, com convergência no ditongo, *são* (14) e *sam* (186). Além destas, surge já, também, a forma moderna *sou* (15 ocorrências); não se regista a forma *soo*.⁴⁴ Ou seja, a forma *sōo*, com duplicação vocálica e conservação da nasalidade, tornou-se residual e encontramos agora, em variação, as três formas referidas por Oliveira: *som* ~ *são* ~ *sou*. Uma vez que tudo indica que no *Cancioneiro* a grafia <am> corresponde já ao ditongo podemos concluir que a forma mais frequente na franja final do português médio seria a ditongada *são* (88%) que alternava, ainda, com a antiga *som* (4%) e, já, com a moderna *sou* (7%).

Regularização de género em formas nominais

O desaparecimento do género neutro latino no romance implicou a absorção das formas terminadas em -o (ou -u) no género masculino e a das formas terminadas em -a no feminino. Os substantivos que terminavam em outra vogal ou em consoante, ou tinham mais de um género em latim, originaram oscilação na escolha do género. Essa hesitação reflectiu-se na diferente escolha de género não só em romances diversos mas também dentro de cada romance. Assim, nomes como *fim*, *mar*, *planeta*, *aleijão*, eram femininos no português antigo; *linhagem* era masculino. Também os adjectivos, perdido o género neutro, foram integrados no masculino ou feminino quando de tema em -o ou em -a, subsistindo no português como biformes; os que terminavam em consoante (masculino e feminino) ou em -i (neutro) conservaram apenas a forma em consoante e tornaram-se uniformes. Dos biformes, alguns vieram a tornar-se uniformes (p. ex. *firme* e *contente*, antes *fermo* <FIRMU- e *contento* <CONTENTU-); dos uniformes, alguns tornaram-se biformes: é o caso dos terminados em -or,⁴⁵ -ol, -nte e -ês. A formação destes femininos começou muito cedo mas não se terá generalizado até ao século XVI; Mattoso Câmara (1985:84-5) diz que a tendência para a adjunção da desinência -a se fixou, como regra geral, a partir do português clássico nos nomes derivados pelos sufixos -(d/t)or e -ês susceptíveis de emprego como substantivo e adjectivo. Fernão de Oliveira (cap. XLIV) inclui, de facto, nos nomes de género comum aqueles terminados em -ês, mas faz já notar a possibilidade da adjunção de -a para formar o feminino: “de genero comu) como portugues.ingres.frãçes posto que tenham femininos em a como portuguesa”. Quanto aos nomes terminados em -agem, o português antigo conhecia formas femininas, autóctones, e formas masculinas, empréstimos. Assim, *imagem* (<IMAGINE-) era do género feminino; palavras que entraram através do francês ou do provençal, como *beberagem* (fr. *breuvage*), *linhagem* (fr. *lignage*), *mensagem* (fr. *message*), *passagem* (fr. *passage*), *plumagem* (fr. *plumage*), *vantagem* (fr. *avantage*) ou *corretagem* (prov. *corratage*) e *linguagem* (prov. *lenguatge*) eram do género masculino. Na opinião de Adolfo Coelho (1906) terá sido a influência analógica exercida pelas raras formas portuguesas, femininas, em -agem (<lat. -AGINEM) sobre as formas masculinas em -age (importadas do francês ou provençal, e representantes do sufixo latino -ATICUM)⁴⁶ que determinou a mudança de género destas últimas. As formas portuguesas reduziam-se a pouco mais de *imagem*, mas esta forma, bastante frequente, teria tido a capacidade de influenciar as importadas que já tinham penetrado no português desde o século XII e, por extensão, também as novas palavras portuguesas construídas sobre o tipo das estrangeiras. Para os nomes em -agem, deduz-se da descrição da gramática de Fernão de Oliveira (cap. XLIV) que o género feminino era já regra no século XVI: “as vezes são masculinos: como vintem.desdē.almazem.arreuem. e as vezes femininos: como linguagem.linhagē.borragē”.

Na *Colecção Mística* registam-se 10 nomes femininos terminados em -or (*pecador* 6, *guiador* 3, *ajudador* 1), com o género marcado pelo determinante e sem adjunção de -a. Por outro lado, este -a final está sempre presente nas 4 ocorrências de *senhora*. As formas com -a, portanto, atingem apenas 28.6% do total. Quanto aos nomes terminados em -nte, ocorrem *o(s) sergente(s)* (11), *a infante* e *contento/contenta*. Não se registam, ainda, nomes femininos em -ês com adjunção de -a. A palavra *fim* é sempre do género feminino (10 ocorrências) mas nos nomes terminados em -agem

registam-se, já, oscilação de género: *a beberagem*, *a mensagem*, *a linguagem* e *a linhagem* (3) / *o linhagem* (1). Ou seja: 71% das formas em -agem são já do género feminino.

No *Cancioneiro Geral* ainda ocorre *a infante* e *os sergentes* mas *(des)contente* tornou-se uniforme; já não se registam nomes femininos em -or sem a adjunção de -a; francês tem o feminino *francesa* e o de *portugueses é portuguesas*; o género de *fim* oscila entre o feminino (41 ocorrências) e o masculino (17), atingindo o masculino 29%; os nomes em -agem são, já, exclusivamente do género feminino: *corretagem*, *ferragem*, *passagem*, *prumagem*, *mensagem*, todos com uma ocorrência, *vantagem*, com 4 ocorrências, *viagem* com 2 e *linhagem* com 3.

descer / descendere

O português possui os verbos *descer* e *descender*. *Descer* tem o significado de ‘movimentar-se para baixo’; *descender* significa ‘provir, ter origem’.

Houaiss (2001, s.v. *descender*; s.v. *descer*) indica como origem de ambos o verbo latino *DESCENDERE*, considerando *descender* divergente erudita de *descer*, abonando as duas variantes desde o século XIII⁴⁷ e afirmando que “inicialmente *descer* e *descender* coocorrem, restringindo-se, depois, em *descender* o sentido específico” e que “prevalece em *descer* o sentido geral e preserva-se para *descender* apenas o sentido mais restrito e específico”.⁴⁸ Portanto, *descender* (*decender*) e *descer* (*decer*) foram, desde o século XIII, sinónimos quer para a acepção de ‘movimentar-se para baixo’ quer para a de ‘provir, ter origem’. A certa altura, porém, *descender* especializou-se na segunda acepção, enquanto *descer* conservou apenas a primeira. No século XVIII encontramos, em Bluteau, na entrada de *descer*,⁴⁹ apenas o significado de ‘passar de alto para baixo’ e na de *descender* ‘descer, baixar’ e ‘proceder, ser descendente, tomar sua origem’. Uns anos depois, Morais confirma que *descender* significa ‘descer’ e ‘proceder alguém de algum tronco’ mas *descer* apenas significa ‘abaixar’. Quando se deu esta especialização de *descender*?

Na *Colecção Mística* encontramos 15 ocorrências do verbo *descender* (12 *descender* e 3 *decender*) e apenas 4 de *decer*, sempre com o significado de ‘descer, baixar’:

Se tu es filho de Deus decende da cruz e creeremos em ty (fl. 107v);
E foram descendendo e virõ hu[u] u valle (fl. 129v);
E depois que o decerõ da cruz, poserom o corpo em terra no lançol (fl. 109r).

Por outro lado, no *Cancioneiro Geral* o verbo *descender* ocorre já com o sentido restrito actual:

Quem bem em nobreza entende /achará que a de Reesende /foi grande per sua lança, /ha muitos tempos em França, /donde s’ acha que descende (457);
Os principais reis d’ Espanha /de Portugal e Castela/e Emperador d’ Alemanha, /olhai, que honra tamanha, /que todos decendem dela (861).

Esta foi, portanto, uma mudança que ocorreu durante o período do português médio: na franja de separação inicial *descender* ocorre sempre como sinónimo de *descer* mas na franja de separação final já ocorre, apenas com o (moderno) sentido específico.

44 Também não se registam as formas *so* nem *sejo*, que ocorrem em Gil Vicente (Teyssier, 2005:96).

45 Os únicos adjectivos terminados em -or que não formaram feminino em -ora foram os comparativos *melhor*, *pior*, *menor*, *maior*.

46 Sufixo que evoluiu em português para -ádego, -ádigo.

47 Século XIII *descer* e *decender*; século XIV *descender*; século XV *descer*.

48 Opinião diferente tem Machado (1977, s.v. *descer*), que considera “ainda controversa” a origem de *descer*, acolhendo a hipótese de Garcia de Diego, *DISCIDERE (<lat. clas. DECIDERE ‘cair’).

49 Bluteau tem também uma entrada para *decer*, que remete para *descer*, mostrando claramente qual a sua preferência: a entrada *descender* não se regista.

leixar/deixar

Os dicionários de Machado, A. G. Cunha e Houaiss incluem o verbo *leixar* na entrada de *deixar*. *Leixar* (<LAXARE) está atestado desde o século XI; *deixar* atesta-se, com a forma *dexare*, no século XIII e com a grafia actual desde o XIV. Para este verbo não há étimo atestado.⁵⁰ Uma construção como DE+LAXARE seria aceitável para o galego-português, já que o -l- intervocálico cairia, provocando um hiato que iria sofrer crase. Estranho é que línguas que não se caracterizam pela síncope da lateral em contexto intervocálico tenham também formas sem o -l-. É o caso do castelhano *dejar*⁵¹ e do catalão *dexar*. Mas não é só nas línguas ibéricas que encontramos este verbo, já que o provençal (*desá*, no provençal oriental) e o siciliano (*dassari*) também o registam. Não podemos, portanto, presumir que esta tenha sido uma criação ibérica nem poderemos aceitar um étimo como DELAXARE que, a não ser no galego-português, manteria o -l- intervocálico. Uma vez que o castelhano *dejar* se encontra já atestado no final do século XII e que várias línguas românicas possuem este verbo, somos tentados a aceitar a proposta de Machado de que o latim vulgar teria uma forma (provavelmente *DAXARE), em variação com LAXARE, não atestada mas com alguma difusão. Se algumas línguas românicas têm derivados de LAXARE (fr. *laisser*, prov. *laisar*, it. *lasciare*, it. merid. *lassare*, logd. *lassare*, engad. *lascher*, friul. *lasa*, rom. *lăsa*) outras (sicil. *dassari*, prov. or. *desá*, cat. *dexar*) têm formas que supõem um étimo do tipo *DAXARE, com atestações suficientemente remotas para admitirmos a coexistência das duas formas no latim vulgar. Em algumas línguas, como o português e o castelhano, as duas formas estiveram em variação durante algum tempo. Parece haver um paralelismo na história destes verbos em ambas as línguas: tanto o português *leixar* (século XI) como o castelhano *lexar* (século X) registam as atestações mais antigas, mantêm-se em variação com *deixar* (século XIV; *dexare*, século XIII) ou *dejar* (século XII) e, finalmente, são suplantadas pela segunda forma. No século XVII, segundo Machado,⁵² *leixar* era já considerado vocábulo antigo. Uma breve pesquisa na base de dados *Corpus do Português* corrobora esta afirmação, mostrando o infinitivo *leixar* maioritário até ao século XV; no século XVI é *deixar* que se torna a forma mais frequente; no século XVII *leixar* ocorre apenas residualmente. Significa isto que a substituição se verifica no período que designamos como português médio. Tomando a *Colecção Mística* como representante da franja de separação entre português antigo e médio e o *Cancioneiro Geral* como espelho da transição entre português médio e clássico, uma comparação entre as ocorrências de *leixar/deixar* nos dois textos deverá mostrar a mudança. E, de facto, assim é: a *Colecção Mística* regista 96 ocorrências do verbo *leixar* e nenhuma de *deixar*. No *Cancioneiro Geral*, por outro lado, a substituição já está em curso: frente a 266 ocorrências de *leixar* surgem já 179 de *deixar* (40%).

Resta explicar esta substituição: após três séculos de convivência, o que teria determinado a selecção de *deixar* em detrimento de *leixar*? Uma hipótese a ter em consideração será a influência do castelhano. De facto, nas composições em castelhano do *Cancioneiro* o verbo *lexar* só regista uma ocorrência,⁵³ colocando *dexar*, com 48 ocorrências, em situação de quase exclusividade. Cabe, aqui, lembrar que desde o acordo de paz de Alcáçovas (1479) se verificou um significativo intercâmbio entre Portugal e Castela, proporcionando a penetração da língua e cultura castelhanas na corte portuguesa. Na viragem do século XV para o XVI, o *Cancioneiro Geral* é o mais claro testemunho de que a língua castelhana marcava presença na corte portuguesa. O bilinguismo dos portugueses, pelo menos da aristocracia portuguesa, prolongar-se-á por muitos anos e deve ser encarado como possível factor de mudança linguística. A poesia cortesã do *Cancioneiro*, moldada em modelos ibéricos, o bilinguismo e a utilização do castelhano como língua da poesia e da sociedade constituem cenário perfeito para o diálogo entre autores portugueses e castelhanos e propicia uma convergência linguística (uma ‘acomodação’) entre os interlocutores. No quadro da teoria da ‘acomodação’ do discurso (*speech accommodation theory*, Giles e Smith, 1979; Trudgill, 1986; Giles e Coupland, 1991; Giles, Coupland e Coupland, 1991; Giles e Powesland, 1997) a acumulação de interacções particulares em que se verifique ‘acomodação’ pontual (*short-term accommodation*) pode implicar a criação de novas variantes linguísticas. Poderá,

também, promover a selecção de uma forma que se encontrava, até então, em variação com outra. Será esse o caso da selecção de *deixar* em prejuízo de *leixar*: uma vez que no final do século XV o castelhano seleccionara já a variante *dejar* (*dexar*), a escolha portuguesa, recaindo sobre *deixar*, revela solidariedade, facilitando a comunicação. A clara aceitação desta variante no *Cancioneiro* indicia uma mudança linguística em curso; a sua posterior difusão virá a torná-la permanente (*long-term accommodation*) no dialecto da corte; como é sobre este dialecto particular que se elabora a standardização do português, a mudança acabará por integrar a norma.

Conclusões

Uma análise contrastiva dos conjuntos de textos que constituem a *Colecção Mística* e o *Cancioneiro Geral* mostrou que:

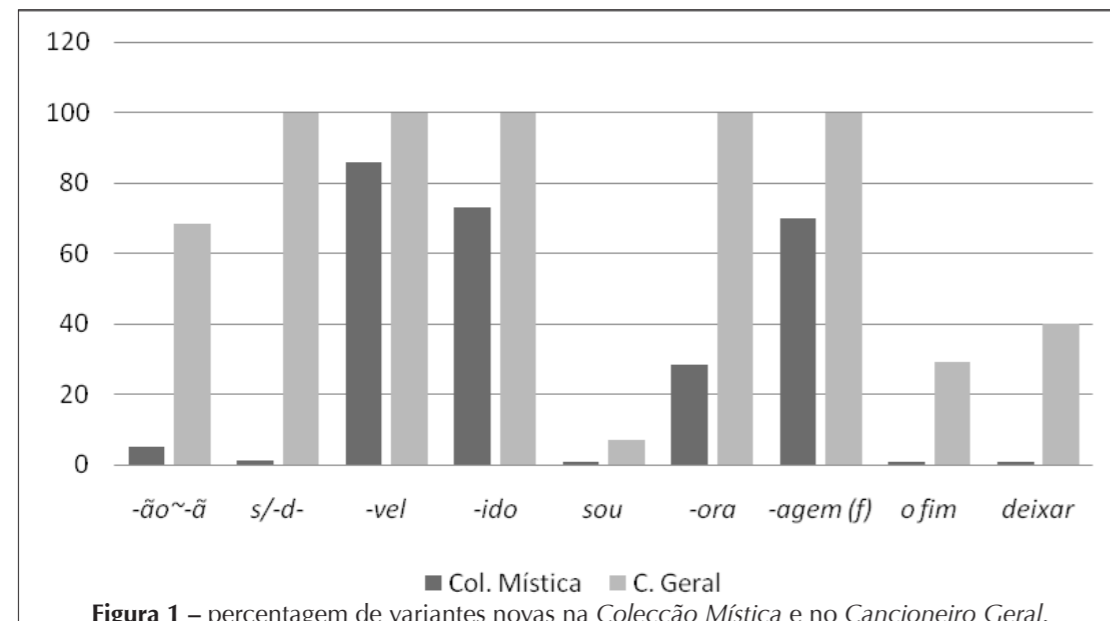
- (i) as terminações nasais que viriam a convergir em -ão conservam ainda no início do século XV grafias que correspondem à etimologia em cerca de 95% das formas; no final do século, pelo contrário, as grafias não etimológicas atingem já 68.4%. A mudança inicia-se, portanto, na transição entre português antigo e médio e tende a estabilizar na franja final do português médio;
- (ii) a síncope do -d- intervocálico no morfema número-pessoal da flexão verbal regista-se na *Colecção Mística* mas apenas esporadicamente; no *Cancioneiro*, pelo contrário, as formas com conservação de -d- são já residuais;
- (iii) o processo de substituição da terminação -vil por -vel está completo no final de Quatrocentos e o *Cancioneiro* já não regista a antiga variante;
- (iv) também o processo de substituição do antigo participio passado em -udo, já iniciado no século XIV (na *Colecção Mística* 73% dos participios têm a nova terminação -ido) pode considerar-se terminado no final do século seguinte (no *Cancioneiro*, a antiga terminação é já residual);
- (v) à primeira pessoa singular do presente do indicativo do verbo *ser* corresponde na *Colecção Mística* a forma ainda próxima do étimo *som*, alternando com formas com duplicação da vogal; no *Cancioneiro* (na franja final do português médio) a forma mais frequente é a ditongada *são* alternando já com a análoga *sou*;
- (vi) as formas nominais tendem a sofrer regularização do género: na *Colecção Mística* as formas femininas em -ora atingem apenas 28.6% do total, *fim* é sempre do género feminino e os nomes em -agem podem ser femininos ou masculinos; no *Cancioneiro* já não se registam nomes femininos em -or sem a adjunção de -a, os nomes em -agem são exclusivamente do género feminino e *fim* ocorre já no masculino;
- (vii) os verbos *descer* e *descender*, sinónimos na transição entre português antigo e médio, especializam-se (*descer* restringe-se a ‘movimentar-se para baixo’ e *descender* a ‘provir’);
- (viii) a variação *leixar* ~ *deixar* começa a dar lugar à selecção de *deixar* (*deixar*, que não ocorre na *Colecção Mística*, regista já 40% de ocorrências no *Cancioneiro Geral*).

50 A. G. Cunha (1986, s. v. *deixar*) fala de uma “transformação estranha de *leixar* em *deixar*”; Machado (1977, s. v. *deixar*) contesta Carolina Michaëlis e Augusto Magne, que imaginam uma interferência de DELAXARE; Houaiss (2001, s. v. *deix-*) refere a proposta de Ascoli de uma criação a partir de DELAXO.

51 Corominas (1990, s. v. *dejar*): “Alteración del antiguo *lexar*”.

52 Machado (1977, s. v. *deixar*) cita Rodrigues Lobo (*Corte na Aldeia*, diálogo IX, p. 180, ed. de 1945) que refere explicitamente *leixar* como ‘palavra antiga’. Lembra, também que Duarte Nunes de Leão, em 1600, não regista *leixar* entre os vocábulos antigos, “sinal de que no seu tempo continuava em uso”.

53 Na composição 675, de Jorge de Resende: *Oh males, males, leixadme /si non lo quereis hazer, /acabad y acabadme...*



Em suma, como se pode ver na Figura 1, o cotejo entre os dois conjuntos de textos, um correspondendo à viragem entre o século XIV e o XV e o outro à transição entre o século XV e o XVI, mostra como, para os fenómenos observados, a variação que caracteriza a transição entre português antigo e médio dá lugar, na separação entre português médio e clássico, à estabilização das variantes seleccionadas mas também ao nascimento de novos processos de mudança como é o caso da selecção do género masculino para *fim*, de *sou* para a primeira pessoa singular do presente do indicativo de *ser*, de *deixar* e da especialização de sentido de *descer/descender*. Significa isto que, se novas observações vierem corroborar estas, o curto período de mudança que faz do português médio uma fase crítica na história da nossa língua não é delimitado por ‘fronteiras’ mas por fases, mais ou menos longas, de transição, em que formas antigas se confrontam com o despontar de novas variantes e em que selecções recentes tendem à estabilização. Estas fases de transição serão, na verdade, momentos essenciais na evolução da língua uma vez que são elas que asseguram a continuidade da função primeira da língua, a comunicação. A ser assim, deveremos repensar a periodização do português, já que é possível que as tradicionais fronteiras entre períodos configurem, afinal, zonas de transição que merecem estudo mais aprofundado.

Referências Bibliográficas

Allen Jr, J. H. D. 1953. *Two old portuguese versions of the life of Saint Alexis - Códices Alcobacenses 36 and 266*. Urbana: University of Urbana.

Bechara, Evanildo. 1991. As fases da língua portuguesa escrita. In: Kremer, Dieter (Ed.). *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, v. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p. 68-75.

Bluteau, Rafael. 1712. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em: <<http://purl.pt/13969>>. Acesso em 20 jul. 2011.

Câmara Jr, Joaquim Matoso. 1975. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985⁴.

Cardeira, Esperança. 2005. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Cardeira, Esperança. 2010. Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?. *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, 24/1, p. 75-95.

Castro, Ivo. 1985. Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense. Separata da *Revista Lusitana*, Nova Série, 4/5.

Castro, Ivo. 2006. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.

Cepeda, Isabel. 1982. *Vidas e Paixões dos Apóstolos*. Lisboa: INIC.

Coelho, Francisco Adolfo. 1906. Casos de analogia na Língua Portuguesa. *Revue Hispanique*, 15, p. 28-57.

Corominas, Joan. 1973. *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Madrid: Gredos, 1990⁵.

Corpus do Português. Davies, Mark; Ferreira, Michael (Eds.). Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em 10 jul. 2011.

Cunha, Antônio Geraldo da. 1982. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986².

Dias, Aida Fernanda. 1990-93. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (iv vols). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Giles, H.; Smith, P. M. 1979. Accommodation theory: optimal levels of convergence. In: Giles, H.; St. Clair, R. (Eds.). *Language and social psychology*. Oxford: Blackwell, p. 45-65.

Giles, H.; Coupland, N. 1991. *Language, context and consequences*. Milton Keyn: Open University Press.

Giles, H.; Coupland, N.; Coupland, J. 1991. Accommodation theory: communication, context and consequences. In: Giles, H.; Coupland, N.; Coupland, J. (Eds.). *Contexts of accommodation: developments in applied linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-68.

Giles, H.; Powesland, P. 1997. Accommodation theory. In: Coupland, N.; Jaworski, A. (Eds.). *Sociolinguistics: A reader*. Basingstoke: Macmillan, p. 232-239.

Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva.

Machado, José Pedro (1952) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1977³.

Morais Silva, Antonio, 1789. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

Oliveira, Fernão de. 1536. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde. Lisboa: Biblioteca Nacional (ed. fac-similada 1988).

Pereira, F. M. Esteves. 1887-89. Vida de Santo Aleixo, *Revista Lusitana*, 1, p. 332-345.

Piel, Joseph-Maria. 1945. A flexão verbal do português (Estudo de morfologia histórica). *Biblos*, 20, p. 359-404.

Teyssier, Paul. 1982. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa. (1ª ed. 1980 *Histoire de la langue portugaise*).

Teyssier, Paul. 2005. *A Língua de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Trudgill, P. J. 1986. *Dialects in contact*. Oxford: Blackwell.

Verdelho, Evelina. 1994. *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Gulbenkian.

Williams, Edwin. 1941. The old portuguese versions of the life of Saint Alexis: a note based on the chronology of old portuguese orthography. *Hispanic Review*, IX, p. 214-215.

MUDANÇAS LINGUÍSTICAS EM CURSO NA COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

Isabel Rio NOVO⁵⁴

Célia VIEIRA

Manuel TOJAL

RESUMO: Considerando mudança linguística em curso toda a “Mudança que, no momento em que é observada, está ainda a produzir-se, não estando fixado o seu resultado final” (Xavier e Mateus, 1992: 252) e aceitando que “quando nas produções dos falantes cultos numa comunidade linguística numa dada época se verifica uma acumulação daquilo que é considerado erro na língua padrão, tal fenómeno constitui em geral um sintoma de que está em curso um processo de mudança num determinado subsistema da variedade padrão” (Duarte e Freitas, 2000: 25, 26), pretendemos apontar desvios à norma linguística observados na comunicação publicitária passíveis de apontarem para mudanças linguísticas em curso entre falantes de Português europeu.

Porque “Toute variation synchronique est en même temps à interpréter comme une phase possible d’une évolution diachronique, comme le premier moment d’un changement” (Marchello-Nizia, 2006: 21) e porque qualquer mudança linguística se desenrola de forma progressiva, existindo estádios intermédios, desde o momento em que uma inovação surge até ao momento em que esta é integrada na gramática, com base em *corpus* de anúncios publicitários publicados na imprensa periódica, definimos como objectivos gerais: i) assinalar desvios à norma linguística do Português europeu; ii) detectar nesses desvios prováveis mudanças linguísticas em curso no Português europeu; iii) apontar limites de gramaticalidade e de aceitabilidade de variantes não-estabilizadas, o mesmo será dizer, mudanças em curso, na gramática do Português europeu.

Esta comunicação resume ao mesmo tempo os primeiros resultados do projecto de investigação “Comunicação digital: novos usos da escrita e sua projecção noutros contextos comunicativos”.

PALAVRAS-CHAVE: mudança linguística; comunicação publicitária; português europeu.

1. Introdução

Esta comunicação apresenta os primeiros resultados da terceira fase de um estudo de desvios à norma linguística observados em produções escritas de falantes do Português europeu, passíveis de apontarem para mudanças linguísticas em curso nessa variante do idioma. Nas duas primeiras fases do estudo, a equipa de investigadores baseou-se em *corpora* de textos produzidos por alunos do primeiro ano de vários cursos do Instituto Superior da Maia, tendo apresentado parte desses resultados no II Simelp. Desde o início da investigação, os objetivos foram: i) assinalar desvios à norma linguística do Português europeu; ii) detetar nesses desvios prováveis mudanças linguísticas em curso no Português europeu; iii) apontar limites de gramaticalidade e de aceitabilidade de variantes não-estabilizadas, o mesmo será dizer, mudanças em curso, na gramática do Português europeu.

Para esta investigação, iniciada em 2008, partimos da definição de mudança linguística em curso apresentada por M. F. Xavier e M. H. Mira Mateus no *Dicionário de Termos Linguísticos*, como sendo uma “Mudança que, no momento em que é observada, está ainda a produzir-se, não estando fixado o seu resultado final.” (Xavier e Mateus, 1992: 252). O estudo de uma mudança linguística em curso implica, pois, captá-la “em processo e não, como nos estudos tradicionais de linguística histórica, nos seus pontos de partida e de chegada.” (*ibidem*: 252). Mantendo o pressuposto de que, como Inês Duarte e Maria João Freitas lembram, “quando nas produções dos falantes cultos numa comunidade linguística numa dada época se verifica uma acumulação daquilo que é considerado erro na língua padrão, tal fenómeno constitui em geral um sintoma de que está em curso um processo de mudança num determinado subsistema da variedade padrão”

⁵⁴ ISMAI, Centro de Estudos em Letras (CEL), UID 707-FCT e Centro de Estudos de Língua, Comunicação e Cultura (CELCC), inovo@ismai.pt

(2000: 25, 26), foi nosso intuito, nesta terceira fase da investigação, aferir essas mudanças no discurso publicitário, forma de “discurso criativo que vive num desafio de constante inovação” (Pinto, 1997: 11), constituindo, assim, um laboratório linguístico extremamente propício à experimentação, à criatividade, logo, inerentemente, à mudança, que simultaneamente inspira e reflete as dinâmicas dos dizeres quotidianos dos falantes.

Sabe-se hoje que “Toute variation synchronique est en même temps à interpréter comme une phase possible d’une évolution diachronique, comme le premier moment d’un changement” (Marchello-Nizia, 2006: 21), sendo que a passagem da inovação linguística, quer dizer, da aparição nas práticas de um falante de uma forma inovadora, à mudança linguística, isto é, à entrada dessa forma inovadora na gramática, na sequência da extensão progressiva da sua frequência em contextos de uso cada vez mais largos e diversos, dependerá de factores de diversa ordem.

Já que a mudança linguística se concretiza de forma lenta e gradual, num estudo sincrónico, como é o caso deste, é possível observar as variações de uso que podem ou não desencadear mudanças linguísticas. Em outras palavras, em sincronia, é possível identificar layerings, camadas de usos que convivem, mas com idades diferentes. (Lima-Hernandes, 2004: 184)

Seja como for, e porque qualquer mudança linguística se desenrola de forma progressiva, existindo estádios intermédios desde o momento em que uma inovação surge até ao momento em que esta é integrada na gramática, impõe-se a análise das ditas áreas críticas da língua, áreas que manifestam sintomas de uma crise, quer porque nelas se verificam movimentos de rutura — em geral prenunciadores de mutações da norma — quer porque muito facilmente nelas se insinua o puro desvio, a sugerir a existência de dificuldades por parte dos falantes. Como sublinha Maria João Marçalo,

Ao estudo diacrónico, que visa comparar diferentes estados sucessivos do mesmo objecto de estudo, parece-nos indicado opor uma sincronia dinâmica onde a atenção se concentre sobre um único estado da língua sem que se renuncie a tratar nessa descrição as variações e a avaliação do carácter progressivo ou não das mesmas. (Marçalo, 1994: 93)

Assim se justifica, no nosso entender, a atenção prestada aos desvios à norma do Português Europeu numa forma de discurso particularmente permeável à exploração de aspectos marginais às regras consignadas nas gramáticas.

Extravassando o âmbito do estudo das mudanças linguísticas em curso, e partindo do pressuposto de que a língua portuguesa está a passar por um processo de transformação muito rápido e brusco que decorre do facto de se falar e, sobretudo, escrever com ferramentas bem diferentes daquelas que eram utilizadas há duas décadas atrás (Reis, 2007), considerou-se pertinente caracterizar os novos usos da escrita decorrentes da comunicação digital, evidenciando até que ponto esta heterodoxia relativamente ao cânone da língua escrita, como evidenciam alguns estudos, vai seduzindo alguns discursos da comunicação utilitária e até alguns géneros da comunicação artística. Assim, acreditávamos que a constituição deste *corpus* forneceria dados relevantes para uma investigação da contaminação do discurso publicitário por novas formas de escrita, nomeadamente da linguagem utilizada em ambiente de SMS ou de conversação em rede, permitindo-nos refletir sobre a sua importância para o futuro da língua portuguesa (Araújo e Biasi-Rodrigues, 2005; Benedito, 2002; Teixeira, 2008).

2. Constituição do corpus

Tivemos a oportunidade de assinalar, em estudos publicados anteriormente (Rio Novo e Vieira, 2008, 2009) que, no acervo de *corpora* de Português europeu actualmente disponíveis, parecem prevalecer os *corpora* de Português falado relativamente aos *corpora* de Português escrito. Mesmo se alguns dos resultados obtidos na análise dos *corpora* de Português falado poderão sem grande dificuldade vir a ser atestados também em *corpora* de Português escrito (Marques, 1996), várias razões parecem justificar a selecção de um *corpus* constituído por produções escritas. Por um lado, sendo a língua escrita

muito mais conservadora que a língua falada, aquela mantém durante muito tempo características já não observadas, por vezes, na modalidade oral, muito mais viva e evolutiva; por outro lado, o menor grau de espontaneidade próprio do discurso escrito, sobretudo numa comunicação de carácter profissional, como é o caso da comunicação publicitária, pode ser significativo na identificação de fenómenos não justificáveis pelos aspetos que caracterizam o Português falado (Brauer-Figueiredo, 1996). Como sublinha José Teixeira, se à língua oral a tradição pedagógico-gramatical sempre admitiu variações e níveis, consoante os contextos situacionais e pessoais do falante (assim os conceitos de linguagem coloquial, linguagem familiar, linguagem formal, etc...), por tradição, no processo gráfico não são admissíveis defeitos da oralidade como cortes, repetições, não concordâncias, elisões... (Teixeira, 2003: 5)

Ao partirmos para esta investigação, em 2008, não só tínhamos presente a escassez de estudos sobre variação e mudança ao nível da língua escrita, como tínhamos a noção de verificar-se o privilégio do texto jornalístico como Português de referência, como sucede com o corpus REDIP (Mateus e Nascimento, 2005) ou com o material linguístico analisado por João Andrade Peres e Telmo Móia (1995). No que diz respeito a estudos assentes em *corpora* constituídos com base em textos produzidos com um fim publicitário, as obras mais relevantes têm explorado sobretudo a dimensão estética e poética desta tipologia textual, embora a ela subjaza também uma análise linguística, como é o caso da obra de referência de Alexandra Guedes Pinto (1997), *Publicidade: um Discurso de Sedução*.

Acreditamos, pois, que era fundamental dar continuidade ao estudo encetado em 2008 e confrontar os resultados já obtidos com os dados evidenciados por esta tipologia textual, constituindo uma amostra que ilustrasse o estado actual da variedade europeia do Português e, inerentemente, evidenciasse mudanças linguísticas em curso no nosso idioma. Assim, para a constituição do nosso corpus fizemos o levantamento de todos os anúncios publicitários presentes nas seguintes publicações periódicas editadas em Portugal nos meses de Abril, Maio e Junho de 2011: os diários *Jornal de Notícias*, *Público*, *Diário de Notícias*, *Metro* e *Destak*; as publicações semanais *Expresso*, *Sol*, *Visão*, *Sábado*, *Única*, *Notícias Magazine*, *Notícias Sábado*, *Grande Porto*, *Focus*; as revistas mensais *Tempo Livre*, *Happy*, *Cosmopolitan*, *Máxima*, *Maxmen*, *QC*. Posteriormente, efetuamos a leitura e a análise integral de todos os anúncios procurando destrinçar os usos desviantes que constituem meros erros dos que são passíveis de apontar para mudanças linguísticas em curso. Feita esta destrinça, procedemos à transcrição e ordenação taxonómica de todos os desvios que poderão constituir mudanças linguísticas em curso na variedade europeia do Português. Embora o número de ocorrências seja significativamente inferior ao que tínhamos verificado nos *corpora* anteriores, na verdade, os resultados apurados apresentam uma grande homogeneidade se comparados com os obtidos anteriormente, parecendo, pois, configurar as principais mudanças linguísticas em curso no Português europeu. Note-se, além disso, que o fato de o discurso publicitário publicado na imprensa ter destinatários vastos e de ser submetido a um filtro pela revisão pré-edição exponencia a importância de qualquer mudança detetada.

No que diz respeito ao objetivo de recolher e analisar materiais linguísticos que permitissem inventariar as principais características da linguagem utilizada em ambiente de SMS ou de conversação em rede, no intuito de tentar descortinar a sua importância para o futuro da língua portuguesa, o levantamento efetuado não permitiu corroborar a contaminação do discurso publicitário por estas novas formas de escrita.

Assim, da análise do *corpus*, salientaremos apenas as ocorrências que nos parecem configurar as principais mudanças linguísticas em curso no Português europeu.

3. Resultados: mudanças linguísticas em curso

3.1. Aspectos referentes ao uso de construções relativas

O *corpus* revela uma estratégia de formação de orações relativas que já tínhamos verificado nas fases anteriores do estudo e que não corresponde à estratégia canónica, que é, de um modo geral, a única referida nas gramáticas.

Canonicamente, quando os pronomes relativos surgem associados a constituintes com preposição, a preposição acompanha o movimento do pronome relativo, situando-se no início da oração relativa, juntamente com o pronome relativo. Não é, todavia, esta a estratégia utilizada nas situações a seguir descritas.

O *corpus* em análise confirma a tendência para a formação de orações relativas cujo sintagma preposicional em posição inicial foi suprimido e que assim se iniciam com a forma invariável *que*, no que se designa de estratégia cortadora na construção da relativa (Mateus et al., 2003: 667; Duarte, 2000: 26; Corrêa, 2001). No fundo, como referem Arim, Ramilo e Freitas, parece estar em causa a “reanálise do constituinte *que*”, verificando-se “uma tendência clara para a simplificação do complexo preposição-complementador, resultando no apagamento do elemento preposicional” (2005: 70).⁵⁵ Se alguns autores antes de nós vinham já sugerindo que a estratégia cortadora teria tendência a generalizar-se no discurso publicitário e na comunicação social, “sintoma de que a língua padrão poderá vir a aceitar, durante um certo período de tempo, ambas as estratégias [relativa preposicionada e relativa cortadora], até que uma delas se imponha relativamente à outra” (Duarte, 2000: 26), a análise do *corpus* confirmou a prevalência da construção de relativas cortadoras em textos publicitários, como se deduz dos seguintes exemplos:

(64) Office Box. Tudo o *que* precisa para o crescimento do seu negócio. » (PT Negócios, JN 23 de Maio)

(17) Com uma linguagem simples e acessível a todas as idades, este guia vai auxiliá-lo a encontrar tudo o *que* precisa para saber mais sobre a versão mais recente deste popular sistema operativo. (Descubra o windows 7, JN, 19 de Abril)

(45) É fantástico ter tudo o *que* precisa nas suas mãos. (Nexus Samsung, Visão, 21-27 Abril)

(34) A nova geração Classe C vem equipada com tudo o *que* precisa e com tudo o *que* pensava que não precisava. (Mercedes Classe C, Público, 5 de Abril)

(83) A Dercos proporciona uma gama de produtos para que mantenha todos os cuidados capilares *que* necessita para o seu tipo de cabelo e couro cabeludo. (Dercos, Sábado, 26 de Maio)

(35) Informe-se de tudo o *que* necessita para aumentar a produtividade e reduzir os custos. (A Beltrónica, Público, 5 de Abril)

(37) Informe-se de tudo o *que* necessita para acabar com os custos mensais elevados no seu telemóvel e aumentar a rentabilidade na Empresa. (A Beltrónica, Público, 7 de Abril)

(90) Aproveite os inúmeros serviços *que* dispomos, fique em forma no nosso ginásio ou relaxe nas nossas piscinas (interior e exterior) e jacuzzi. (Aquashow Park Hotel, JN, 2 de Junho)

(65) Textos onde [Rui Moreira] acompanhou o crescimento de uma crise política e económica, que não é mais que o resultado de um acumular de erros que o autor, a seu tempo, abordou, mas *que* infelizmente poucos deram atenção”. (obra *Rumo ao Abismo*, JN, 23 de Maio)

(28) Chegou a altura de fazer aquele corte de cabelo *que* nunca teve coragem (...). (Passatempo Coolgift, Metro, 28 de Abril)

A proliferação de exemplos como estes no *corpus* leva-nos a discordar parcialmente das considerações de João Peres e Telmo Mória, quando estes linguistas afirmam que as relativas resuntivas são muito frequentes no discurso oral e que as relativas cortadoras estão progressivamente a generalizar-se (cf. 2003: 288) De facto, os nossos dados parecem indicar que a estratégia cortadora é muito mais produtiva do que a estratégia resuntiva.⁵⁶

⁵⁵ No mesmo sentido das nossas conclusões aponta a investigação conduzida por Arim, Ramilo e Freitas (2005).

⁵⁶ Vários autores, incluindo os próprios Arim, Ramilo e Freitas (2005), justificam esta tendência com a crescente influência do Português do Brasil, que usa preferencialmente a estratégia cortadora.

Note-se que, nas fases anteriores da investigação, em que tomamos como objeto de análise produções escritas de alunos do ensino superior, os exemplos de relativas cortadoras encontrados correspondiam predominantemente à supressão da preposição *de*, tendo ficado então a dúvida sobre se a supressão de outras preposições ocorreria com a mesma facilidade. Ora, o *corpus* atual documenta, como se depreende dos exemplos acima apresentados, que, se é verdade que a preposição *de* é a mais frequentemente suprimida no início de orações relativas, outras preposições como *a* ou *para* também o são ocasionalmente.

Nos enunciados analisados, encontramos ainda uma ocorrência do constituinte relativo *onde* com um cambiante de sentido que não se encontra legitimado pela norma linguística. Referimo-nos ao uso que a seguir se encontra exemplificado, no qual esse constituinte relativo não assume um valor propriamente locativo:

(11) A sua edição fica imediatamente disponível antes de chegar às bancas, *onde* poderá usufruir de todas as funcionalidades, tais como personalizar, visualizar, efectuar download, partilhar por e-mail, blogue e redes sociais. (e-paper, JN, 6 de Abril)

(108) Este programa oferece manutenção e reparação efetuada por profissionais especializados, *onde* apenas são utilizadas peças originais BMW, a preços fixos muito atrativos”. (BMW, DN, 24 de Abril)

(104) O Paulo visitou o fornecedor dos hambúrgueres MacDonald’s através da iniciativa “Auditores da Qualidade MacDonald’s”, *onde* se certificou da origem da carne do rigor dos procedimentos de qualidade e segurança alimentar. (MacDonald’s, Revista Única, 18 de de Junho)

Recorde-se que o pronome relativo *onde* está com efeito associado a um valor de locativo, mesmo se este não implica necessariamente a dimensão de espaço físico (Peres e Mória, 2003: 302). Sobrelevando o modo como a língua diverge dos usos espontaneamente criados pelos falantes, nos casos citados, o constituinte relativo, originalmente adjunto adverbial de carácter locativo, adquire valores polissémicos, tanto podendo equivaler a um lugar virtual, como a um uso dos pronomes *que* ou *o qual* precedidos de um constituinte preposicionado, que confeririam a essa expressão um sentido globalmente consecutivo ou causal. A gramaticalidade poderia, assim, ser restabelecida através de estruturas como:

(11) A sua edição fica imediatamente disponível antes de chegar às bancas, [graças ao *que*] poderá usufruir de todas as funcionalidades, tais como personalizar, visualizar, efectuar download, partilhar por e-mail, blogue e redes sociais. (e-paper, JN, 6 de Abril)

(108) Este programa oferece manutenção e reparação efetuada por profissionais especializados, [além de *que*] apenas são utilizadas peças originais BMW, a preços fixos muito atrativos”. (BMW, DN, 24 de Abril)

104) O Paulo visitou o fornecedor dos hambúrgueres MacDonald’s através da iniciativa “Auditores da Qualidade MacDonald’s”, [no âmbito da *qual*] se certificou da origem da carne do rigor dos procedimentos de qualidade e segurança alimentar.” (MacDonald’s, Revista Única, 18 de Junho)

Este fenómeno observado alerta-nos para a necessidade de considerar aspectos contextuais na descrição semântica dos conectores (Trigo, 1994: 267,8), evidenciando o modo como a mudança invade categorias morfológicas menos permeáveis. Assim, mesmo se a descrição das estruturas argumentativas aponta para uma relativa homogeneidade na sua categorização semântica, “não seria de modo algum de descurar a descrição de tipos de uso distintos na sua variação “linguístico-discursiva” (Trigo, 1994: 268). Assim, parece haver uma possível migração categorial *item adverbial* > *conector clausal* > *operador discursivo*. Este fenómeno de extensão semântica observou-se também, por exemplo, no locativo *aí*, no Português do Brasil que, via gramaticalização, passou a assumir o valor de conector causal. O *corpus* em análise confirma, pois, uma tendência dos falantes para atribuir valor explicativo, causal, conclusivo, etc. a *onde*, uma tendência que já há vários anos vínhamos observando empiricamente no registo oral e em camadas não

cultas e que parece agora integrar a variante culta. Recordemos, no entanto, que, em diferentes fontes documentais do português medieval, é possível constatar que a multifuncionalidade de onde – tida por alguns estudiosos como um fenómeno actual – já se mostrava produtiva na fase de formação da língua portuguesa, como concretização e ampliação de tendências já observadas no latim, sua língua matriz (Oliveira, 1997, Bittencourt, 2006)

3.2. Problemas de Regência

É possível que a tendência crescente para a formação de relativas cortadoras, acima apontada, se inscreva numa tendência mais ampla para a supressão da preposição em vários casos de regência preposicional. Com efeito, no que diz globalmente respeito à regência preposicional, ou seja, a “relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento a outra” (Cunha e Cintra, 1989: 512), quando esta relação entre a palavra dependente (regida) e a palavra a que aquela se submete (regente) é indicada pelo uso de preposições, o *corpus* em análise regista desvios recorrentes no sentido da supressão da preposição, como atestam os seguintes exemplos:

(66) Num só local tudo o que espera do seu jornal. Classificados de emprego, imobiliário, automóvel e tudo o mais *que necessitar* comprar e vender. (JN 24-05-2011)

(107) Porque a Pullmantur pensa em ti este é o momento para *desfrutar* o Mediterrâneo e o Atlântico.” (Pullmantur, in DN 22 de maio)

(21) Bom Karácter celebra o vinho como a melhor forma de contemplar a generosidade da natureza e de *desfrutar* a companhia dos amigos. (Garrafeira da Laje, JN 22 Abril 2jpg)

3.3. Problemas com o uso do clítico

Como sabemos a posição proclítica no Português Europeu, i.e. posição de adjacência à esquerda do verbo (CL-V) é, geralmente, motivada pelo operador de negação em posição pré-verbal, pela sua integração em orações dependentes, pela presença de quantificadores, advérbios (ainda, bem, já, raras vezes, etc.) antes do verbo. No *corpus* em análise identificámos o fenómeno de subida do clítico, isto é, a ocorrência de um pronome átono junto de um verbo auxiliar ou principal que antecede o verbo de que o pronome depende. Tal é o caso do exemplo seguinte:

(68) A sua virilidade exacerbada *vai-se manifestar* numa vida sexual ardente e desinibida». X-Man, JN 25-05-2011

A análise do *corpus* permite-nos, pois, concordar com Inês Duarte, quando a linguista afirma que “no Português europeu contemporâneo, falantes cultos mais idosos aceitam dificilmente o fenómeno denominado Subida do Clítico com verbos modais, enquanto os das gerações mais jovens o aceitam e produzem (e.g., gerações mais velhas: *podes dar-me*; gerações mais jovens: *podes dar-me* ou *podes-me dar*).” (Duarte, 2000: 25). Na verdade, estudos realizados apontam a subida de clíticos como intensificador da modalidade, isto é, as perífrases verbais, com ou sem Subida do Clítico manifestam diferenças semânticas (Luján, 1980; Martins, 2000). Com a SC, o verbo auxiliar ganha proeminência, isto é, o verbo modal ou aspectual recebe uma interpretação mais marcada e intensificada. Nessa medida, a mudança decorre muito frequentemente de uma pressão de ordem pragmática: o desejo de expressividade e o desejo de produzir um efeito.

3.4. Contração da preposição de, regente de infinitivo, com um artigo regente de nome

O *corpus* apresenta alguns exemplos de contração da preposição *de*, quando regente de infinitivo, com um artigo regente de nome, numa estratégia de admissibilidade questionável, na medida em que pode ser geradora de ambiguidades (Telmo e Mória, 1995: 220).

(33) Depois *do* seu sonho se tornar um sucesso, o que faz em seguida? (Barclays Wealth, Público 2 Abril)

Parece, em todo o caso, tratar-se de uma mudança linguística massificada, inclusive junto das camadas cultas da população⁵⁷, uma vez que, já em 1984, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra comentavam que não faltavam exemplos daquela aglutinação na “prática dos melhores escritores” (Cunha e Cintra, 1984: 211).

4. Perspectivas e conclusões

Quando alargamos o âmbito da nossa investigação, passando da análise das produções escritas de falantes do ensino superior para a análise de anúncios publicitários publicados nos títulos de imprensa que possuem uma receção mais generalizada em Portugal, pretendíamos tentar compreender até que ponto as mudanças relevadas se encontravam também estabilizadas neste contexto comunicativo. Mesmo considerando que esta nova fase do estudo carece de um mais amplo desenvolvimento, através de um alargamento do *corpus* de análise, os resultados permitiram corroborar que as mudanças detetadas manifestavam uma grande uniformidade relativamente ao levantamento efetuado em anos transatos. Estando ainda aquém do cumprimento destes objetivos, este projeto de investigação, apesar de algumas insuficiências metodológicas que revela, permite desde já, a partir dos resultados obtidos, avançar algumas considerações.

As mudanças que fazem evoluir a língua começam por ser consideradas desvios e, à medida que se vão impondo, acabam por ser aceites e por entrar na norma. Face a desvios linguísticos que se generalizam, as mudanças linguísticas em curso, poderemos colocar a questão sobre quando é que uma mudança linguística deixa de ser considerada, à luz da norma, um desvio de linguagem? Poderemos, em abstracto, responder que tal ocorre quando a classe sócio-culturalmente dominante integra essas mudanças e quando estas atingem um uso massificado como foi o caso vertente. Que dirá isso da legitimidade ou da possibilidade de estabelecer limites de gramaticalidade e de aceitabilidade de variantes não-estabilizadas, mas que apontam para mudanças em curso, na gramática do Português europeu?

⁵⁷ O incidente que seguidamente relatamos documenta bem o quanto uma maioria de falantes, inclusive cultos, tende a aceitar como regra a contração da preposição *de*, regente de infinitivo, com um artigo regente de nome e não, como ainda recomendam as gramáticas, precisamente o contrário. Durante as provas de uma tese de Doutoramento em Engenharia Civil decorridas há poucos meses numa conceituada universidade portuguesa, o candidato foi unanimemente elogiado pelo facto de a sua dissertação estar muito bem escrita, e isso apesar de, como todos os membros do júri fizeram questão de ressaltar, seguir a “moda recente” (sic) de não contrair a preposição *de*.

Referências Bibliográficas

- Araújo, Júlio César e Biasi-Rodrigues, Bernardete (orgs.). 2005. *Interação na Internet: Novas Formas de Usar a Linguagem*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Arim, Eva, Ramilo, Maria Celeste e Freitas, Tiago. 2005. Mudanças em curso e os média: o caso das relativas. In: Mateus, Maria Helena Mira e Nascimento, Fernanda Bacelar do (org.). *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Editorial Caminho. pp. 67-80.
- Benedito, Joviana. 2002. *Que Língu@ Portugues@ no Ch@t da Internet*. Lisboa: Editora Colibri.
- Bittencourt, Vanda de Oliveira. 2006. Variação e mudança no português arcaico: um antigo e novo onde nas Cantigas de Santa Maria. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 178-192, 1º sem. 2006.
- Brauer-Figueiredo, Maria de Fátima Viegas. 1996. O Português falado. Descrição sistemática dos seus aspectos. In *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 1. Lisboa, s.n. (Colibri). pp. 323-348.
- Corrêa, Vilma Reche. 2001. Variação sintáctica em Portugal e no Brasil: Orações Relativas. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. pp. 615-626.
- Cunha, Celso e Cintra, Lindley. 1989. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa (16ª ed. 2000).
- Duarte, Inês e Freitas, Maria João. 2000. *Língua portuguesa: instrumentos de análise*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Lima-Hernandes, Maria Célia. 2004. Estágios de gramaticalização da noção de tempo - processos de combinação de orações. In: *VEREDAS - Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.183-194, jan./dez. 2004.
- Luján, M. 1980. Clitic promotion and mood in Spanish verbal complements. In *Linguistics*, 18. pp. 381-484.
- Marçalo, Maria João. 1994. A dinâmica da língua – implicações num estudo sincrónico. In Marques, Maria Lúcia Garcia. 1996. “Os Bordões da Língua falada e variação”, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 1, Lisboa: s.n. (Colibri), 1996. pp. 307-322.
- Marchello-Nizia, Christianne. 2006. *Grammaticalisation et changement linguistique*. Bruxelles: De Boeck.
- Marques, M. L. G. 1996. Os Bordões da Língua falada e variação: In *Actas do XI Encontro Nacional da A. P. L.* Lisboa: Colibri. pp. 307-322.
- Martins, A. M. 2000. A Minimalist Approach to Clitic Climbing. In Costa (org.) 2000. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press. pp. 169-190.
- Mateus, Maria Helena Mira et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mateus, Maria Helena Mira e Nascimento, Fernanda Bacelar do (org.). 2005. *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Oliveira, Leonor. *A trajetória de gramaticalização do onde: uma abordagem funcionalista*. Natal: UFRN, 1997.
- Peres, João Andrade e Mória, Telmo. 2003. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- Pinto, Alexandra Guedes. 1997. *Publicidade: um Discurso de Sedução*. Porto: Porto Editora.
- Reis, Carlos. 2007. Novos desafios que se colocam ao ensino do Português (entrevista conduzida por Elsa Barros). In *Noesis*, nº71, Outubro/Dezembro 2007. pp. 16-21.
- Rio Novo, Isabel e Vieira, Célia. 2008. Mudanças linguísticas em curso em alunos do ensino superior. In *Estudos de Língua, Comunicação e Cultura I*. Maia: Edições ISMAI.
- Rio Novo, Isabel e Vieira, Célia. 2009. Mudanças linguísticas em curso em alunos do ensino superior – II parte. In *Estudos de Língua, Comunicação e Cultura II*. Maia: Edições ISMAI.
- Teixeira, José. 2003. O Q É Q É + IMPORTTT N1 MSG? (Mensagens SMS e novos usos da escrita). In *Diacrítica Série Ciências da Linguagem*, nº 17/1. Braga: Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/4522>. Acesso em Novembro de 2010.
- Teixeira, José (2008). Língua Portuguesa e as novas tecnologias de Comunicação: as dinâmicas da(s) escrita(s). In *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem*, nº 22/1. Braga: Universidade do Minho. pp. 107-127.
- Trigo, Helena. 1994. Conectores argumentativos e variação linguística. In *Variação Linguística no espaço, no tempo e na sociedade, Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística*. s/l: Associação Portuguesa de Linguística/ Edições Colibri. pp. 263-270.
- Xavier, M. F. e Mateus, M. H. Mira (orgs.). 1992. *Dicionário de Termos Linguísticos* (vols. I e II). Lisboa: Ed. Cosmos.

A DINASTIA DE AVIS E O PROCESSO DE INOVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: O PIONEIRISMO DE FERNÃO LOPES

Susana Nunes⁵⁸

Resumo: Na História da Língua Portuguesa, muitos são os momentos considerados de viragem, tornando-se por isso áureos e incontornáveis pelo contributo que dão à afirmação da língua e da identidade nacional. Um desses momentos é o período genericamente denominado como a *Dinastia de Avis*, quer pelo processo de unificação patriótica nele vivenciado, quer pelo processo de inovação e consolidação linguísticas nele verificado. Não obstante a singularidade deste período no que concerne à afirmação da identidade nacional, esta foi uma época marcada por importantes mudanças a nível linguístico que fizeram da língua portuguesa o que ela é hoje. E, neste (duplo) processo de afirmação de identidade (nacional e linguística), há um nome incontornável: Fernão Lopes. Acérrimo defensor da sua pátria, Fernão Lopes foi também um escrivão do seu tempo, atento a todas as mutações culturais e linguísticas, tendo dotado a sua escrita de um carácter inovador que fez dele um prenunciador do muito que haveria de ser a língua portuguesa. É nosso objectivo, com esta comunicação, sublinhar a importância do contributo de Fernão Lopes não só no que diz respeito à defesa da identidade nacional por ele encetada, mas também, e sobretudo, ao processo de mutação e inovação linguística levada a cabo na sua escrita, especialmente nas suas crónicas. Para isso, faremos, com base nos fenómenos linguísticos contemplados numa das mais célebres propostas de periodização da língua portuguesa (Bechara, 1991), a análise linguística da sua primeira crónica, a *Crónica de D. Pedro*, centrando a nossa abordagem no estudo de fenómenos fonético-fonológicos (o hiato), morfo-fonológicos (o morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural e o particípio passado dos verbos da segunda conjugação) e morfo-sintácticos (o sistema de possessivos femininos) considerados balizadores do que diz respeito à caracterização dos períodos de mutação do Português. Esta análise, ainda que sumária, permitir-nos-á sublinhar o contributo de Fernão Lopes enquanto representante máximo da consciência nacional, corroborando, pela inovação linguística que enceta nas suas crónicas (sobretudo na *Crónica de D. Pedro*, de que aqui nos ocuparemos), o relevo do seu contributo e o seu pioneirismo no panorama linguístico português.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Geração de Avis; Fernão Lopes; identidade nacional; inovação e consolidação linguística.

Objetivos e estrutura

Com esta comunicação, pretendemos dar a conhecer o resultado da análise de alguns parâmetros, presentes na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, considerados balizadores na periodização da língua portuguesa. A análise empreendida permitir-nos-á sublinhar a modernidade e o pioneirismo de Fernão Lopes e corroborar o papel da Dinastia de Avis no processo de unificação e consolidação da língua portuguesa.

Para o efeito, procederemos, num primeiro momento, após uma breve introdução, à explanação da proposta de periodização da língua portuguesa defendida por Bechara (1991) e que servirá de suporte à nossa análise. De seguida, proceder-se-á, na *Crónica de D. Pedro*, à análise de quatro parâmetros considerados por Bechara como fenómenos balizadores ((i) o hiato, (ii) o morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural, (iii) o particípio passado dos verbos da segunda conjugação e (iv) o sistema de possessivos femininos) para, a partir dos seus resultados, inserir a obra numa das fases propostas pelo autor, sublinhando o pioneirismo da escrita de Fernão Lopes no quadro da literatura medieval portuguesa.

⁵⁸ UC – Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada
IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Departamento de Línguas e Literaturas.
Rua Dr. João Soares, Apartado 4045, 2411 – 901 Leiria, Portugal.
E-mail: susana.nunes@ipleiria.pt

Introdução

Como é sabido, a Dinastia de Avis foi, sob diversos pontos de vista, um período áureo na afirmação da identidade nacional. Efetivamente, apesar de ter tido como precedente uma crise (a crise de 1383-1385), e ainda que tenha tido como representante máximo um rei bastardo (D. João I, Mestre de Avis), esta dinastia consolidou a independência política de Portugal e a expansão da sua influência pelo mundo, graças, em muito, ao fenómeno das descobertas. Nesta época, se a nível político-social se evidenciou um claro reforço da identidade nacional, o mesmo se verificou a nível linguístico, já que, como veremos, foi neste período que a língua portuguesa mais rápida e essencialmente se transformou.

Não obstante o papel determinante desempenhado por D. João I e pelos Infantes de Avis na consolidação da identidade nacional e da unificação e maturação da língua, esta dinastia carecia, à época, de uma necessidade de legitimação, em virtude do seu representante máximo (D. João I) ser filho ilegítimo do rei D. Pedro. É neste contexto que surge a prosa cronística de Fernão Lopes, que se revelará um dos maiores escritores e cronistas de todos os tempos. Nascido entre 1380 e 1390, em Lisboa, onde faleceu por volta de 1460, Fernão Lopes, na sua existência de quase 80 anos, teve a oportunidade não só de vivenciar a crise político-social de 1383-1385, mas também de assistir à governação de quatro monarcas de duas dinastias diferentes (D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. Afonso V), o que, a par da sua ligação à Coroa (foi guardador-mor das escrituras da Torre do Tombo e tabelião-geral do reino), terá sido, certamente, determinante para a tença anual de 14000 reais que lhe fora atribuída por D. Duarte para «poer em crónica os feitos dos reis» até ao reinado de D. João I. Esta tarefa, que se revelará como um marco fundamental da historiografia nacional, teve como objetivo máximo o de legitimar a Dinastia de Avis e é neste contexto que aparece a crónica que nos propusemos estudar: a *Crónica de D. Pedro*.

Considerada a primeira da trilogia de crónicas de Fernão Lopes, a *Crónica de D. Pedro* foi redigida na quarta década do século XV e pretende:

- 1) dar a conhecer o reinado de D. Pedro, o *Justiceiro* (através, por exemplo, de relatos de pequenas histórias que ilustram a aplicação da virtude da justiça por parte do monarca);
- 2) legitimar a Dinastia de Avis: Fernão Lopes pretendia provar que o Mestre de Avis era filho de D. Pedro e que, ainda que bastardo, estaria em igualdade de circunstâncias relativamente aos filhos de Inês de Castro no que respeita à sucessão de D. Fernando. Para colocar o Mestre numa posição superior face a estes últimos, Fernão Lopes socorre-se sobretudo da estratégia de colocar em causa o casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro, aludindo a algumas incoerências, o que leva o leitor a inquirir-se sobre a realização deste matrimónio.

Quer pela temática quer pela inovação linguística nela presentes, a *Crónica de D. Pedro* é, assim, considerada por muitos críticos literários como o prólogo da *Crónica de D. João I*. Efetivamente, para cumprir a tarefa de que tinha sido incumbido (a de legitimar o monarca enquanto rei), Fernão Lopes teve de remontar ao passado, de forma a tornar o seu relato coerente e fidedigno. Como veremos, o cronista fá-lo-á utilizando construções linguísticas que, à época, eram consideradas inovadoras. É disso que daremos conta nesta comunicação.

Proposta de periodização da língua portuguesa

Como o objetivo máximo desta comunicação é o de sublinhar, através da análise de algumas características da *Crónica de D. Pedro*, o papel de Fernão Lopes e da Dinastia de Avis na consolidação e maturação da língua, importa, em primeiro lugar, fazer uma breve alusão à proposta de periodização de Bechara (1991), que servirá de suporte à análise que nos propusemos fazer e que se caracteriza por considerar, na história da língua portuguesa, a existência de 4 fases:

1) fase arcaica

Bechara estabelece como limites temporais o século XIII e o final do século XIV e aponta como características principais:

- . a existência de um número considerável de encontros vocálicos em hiato (resultantes da síncope de uma consoante intervocálica);
- . o participípio passado dos verbos da segunda conjugação em *-udo*;
- . a conservação do *-d-* etimológico da desinência de segunda pessoa do plural (no presente do indicativo, no futuro do indicativo, no presente do conjuntivo e no imperativo);
- . a uniformidade genérica dos nomes em *-or*, *-ol*, *-ês* e *-nte*;
- . a existência de possessivos átonos (*ma*, *ta*, *sa*) e tónicos (*mha*, *miá*, *tua*, *sua*) sem que a língua usasse a distinção com rigor de emprego;

2) fase arcaica-média

Bechara estabelece a primeira metade do século XV e a primeira metade do século XVI como limites temporais da mesma. Esta fase caracteriza-se sobretudo por ser uma fase de transição, uma vez que nela alguns fenómenos da fase anterior denunciam já uma acentuada tendência de mudança. Relativamente à fase arcaica, afirma o autor que o fenómeno balizador das duas fases é, sem dúvida, a síncope do *-d-* intervocálico no morfema de segunda pessoa do plural. São também características deste período:

- . a eliminação (pela crase) dos hiatos constituídos por encontros vocálicos resultantes da síncope de consoantes intervocálicas;
- . a normalização da variedade de género nos nomes em *-or/-ora* e em *-ês/-esa*;
- . a eliminação dos participípios em *-udo* nos verbos da segunda conjugação (que aparecem assim em *-ido*);
- . a eliminação das formas possessivas átonas *ma*, *ta*, *sa*.

3) fase moderna

Bechara insere esta fase entre a segunda metade do século XVI e o final do século XVII e aponta como características desta fase:

- . a fixação do plural dos nomes em *-ão* (*mãos*, *cães*, *leões*);
- . a fixação do feminino dos adjectivos em *-ão* (*são/sã*).

4) fase hodierna

Segundo Bechara, esta fase «vai do século XVIII aos nossos dias» (Bechara, 1991:74) e tem como ponto culminante a publicação do *Diccionario da Língua Portuguesa*, por António de Moraes e Silva. Esta fase caracteriza-se por apresentar:

- . a progressiva eliminação do pronome *vós*;
- . a fixação da ditongação dos grupos *-eo*, *-ea* em *-eio* e *-eia*.

A Crónica de D. Pedro: delimitação e caracterização dos parâmetros de análise

Na sua proposta de periodização da língua portuguesa, Bechara (1991) lança um repto no sentido de ser levado a cabo um estudo minucioso sobre vários fenómenos linguísticos, que considera balizadores da fase arcaica portuguesa. Entre eles, a síncope do *-d-* na desinência de segunda pessoa do plural de formas verbais afigura-se-lhe o fenómeno balizador por excelência, e é por este facto que merecerá aqui algum destaque, aplicado à *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Um outro parâmetro considerado, por Bechara, importante para qualquer tentativa de estabelecimento de uma periodização da língua portuguesa diz respeito à evolução das terminações participiais dos verbos da segunda conjugação da forma *u+do* para a forma *i+do*. Dada a representatividade do fenómeno, ele será também por nós considerado na análise que aqui apresentamos da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Consideraremos também,

neste estudo, o sistema dos possessivos femininos que no português antigo se apresentavam com as grafias *mha(s)*, *mia(s)* (pronunciadas como uma só sílaba com ditongo crescente: *miá(s)*), *ma* (forma contracta, mais rara), *ta(s)* e *sa(s)*). Com estas formas coexistiam as formas dissilábicas *mia* e *minha*, usadas geralmente como pronomes absolutos ou como pronomes adjuntos pospostos a substantivos. Caracterizava-se assim este sistema pela existência de uma dupla série, cujo emprego dependia do lugar que uma e outra ocupavam no sintagma. No entanto, porque na fase arcaica esta distinção já não era utilizada com rigor de emprego, ela foi progressivamente caindo em desuso sendo que na fase arcaica média já não observamos a utilização das formas átonas *mha(s)*, *mia(s)*, *ma(s)*, *ta(s)* e *sa(s)*. Finalmente, mencionamos em último lugar o parâmetro que analisaremos primeiramente. Trata-se do hiato resultante da síncope de algumas consoantes intervocálicas (o que se verificou entre os séculos X e XIV). Estes hiatos, característicos da fase arcaica, serão posteriormente resolvidos (através da assimilação, da crase ou pela formação de um ditongo) na fase arcaica média. Dada a especificidade da questão e a representatividade que esta encerra na *Crónica de D. Pedro*, tratá-la-emos em primeiro lugar neste trabalho.

Antes de passar à apresentação dos resultados da nossa análise, cumpre-nos, contudo, sublinhar que a análise empreendida foi realizada tendo como suporte o facto de «os limites entre os diversos períodos não poderem ser traçados com rigor», já que «as alterações linguísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa» (Said Ali, 1964:8). Foi então considerando o carácter paulatino da mudança linguística e o carácter artificial que qualquer corte linguístico encerra que procedemos à análise da *Crónica de D. Pedro*, que passaremos a apresentar.

1. O hiato

1.1. *status quaestionis*

O hiato é genericamente definido nas gramáticas portuguesas como um «encontro de duas vogais pertencentes a sílabas diferentes, resultante da síncope de uma consoante em posição intervocálica» (Cunha e Cintra, 1996:50). Paul Teyssier (1997) destaca, de entre as consoantes que sofreram síncope, o *-l-*, *-n-*, *-g-* e *-d-* intervocálicos, destacando, contudo, pelas implicações que terão ao nível da morfologia do substantivo e do adjectivo (na flexão em número), a síncope do *-l-* e *-n-* intervocálicos.

No que concerne à síncope do *-l-* intervocálico, o autor considera que esta «ocorreu possivelmente em fins do século X» (Paul Teyssier, 1997:15) e que «incidiu sobre um grande número de palavras e contribuiu para criar vários grupos de vogais em hiato. Ex.: *palatiu>paaço*, *voluntate>voontade*, *dolore>door*» (Paul Teyssier, 1997:15). Clarinda de Azevedo Maia (1986) refere que «no que se refere ao tratamento de *-l-* intervocálico, os textos da zona portuguesa a norte do Douro oferecem de modo uniforme e regular formas com síncope da referida consoante. Mesmo nos documentos dos últimos anos do século XIII é já esse o resultado habitual» (Maia, 1986:569).

Quanto à síncope do *-n-* intervocálico, Paul Teyssier (1997) afirma que «este fenómeno produziu-se no século XI e provavelmente ainda estava em curso no século XII, nas vésperas do aparecimento dos primeiros textos escritos» (Paul Teyssier, 1997:15). Já Clarinda Maia (1986) afirma que o fenómeno «ocorreu em época anterior ao século IX, pois há alguns exemplos desse século que documentam o fenómeno» (Maia, 1986:579). Trata-se, pois, de um fenómeno posterior à síncope do *-l-* em posição intervocálica e bastante mais complexo que este, já que exige a prévia nasalização da vogal que precede o fonema nasal, condição *sine qua non* para que se verifique posteriormente a síncope da consoante nasal e o conseqüente hiato (ex.: *corona>corõna>corõa*). Assim sendo, o *-n-* intervocálico sofreu síncope somente após ter nasalizado a vogal precedente. Esta síncope gerou um hiato caracterizado pela existência de uma vogal nasal (previamente nasalizada numa fase anterior à síncope do *-n-*) e por uma vogal oral.

Mas se Paul Teyssier (1997) insere estes dois fenómenos no período temporal compreendido entre o século VIII e o século XII, o autor não descarta, também, o período seguinte (de 1200 a 1350 e que denomina de *galego-português*), já que é

justamente nesse período que, segundo o autor, ocorre a síncope do -g- e -d- em posição intervocálica (por exemplo em *legere* ou em *mercede*), o que contribuiu, em muito, para aumentar a amplitude de um fenómeno já considerável que era o das vogais em hiato. Assim, neste período, o galego-português passou a ter um número muito maior de palavras a comportar vogais em hiato, tendo-se desenvolvido, no século XV, estratégias para a sua resolução, de que destacamos:

- a) o desenvolvimento de uma consoante anti-hiática entre as duas vogais, como em *vinu>viñu>vio>vinho* (a nasal palatal separa as duas vogais, suprimindo assim a sequência instável);
- b) a crase de duas vogais, como em *lana>lãna>lãa>lã*;
- c) o desenvolvimento de um ditongo (seja oral seja nasal), como em *sinale>sinæ>sinais* ou em *manu>mānu>mão*.

Ao mesmo tempo que, no século XV, se verifica a resolução de alguns hiatos, outros, entretanto, se formavam. Efetivamente «enquanto algumas evoluções vocálicas se desenvolviam, uma nova série de encontros vocálicos foi produzida pela queda, ocorrida na primeira metade do século XV, do -d- intervocálico da desinência da segunda pessoa do plural dos verbos» (Teyssier, 1997:44). A síncope do -d-, neste contexto e em posição intervocálica, parece, assim, ter sido aquela que mais tardiamente teve lugar. De facto, no mesmo período em que verificamos a síncope do -g- e do -d- em contexto intervocálico (como em *legere* ou em *mercede*), verificamos a conservação do -d- intervocálico no morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural *-des*. Parece-nos pois que, no que respeita à síncope do -d- e segundo informação veiculada por Paul Teyssier (1997), devemos considerar a mesma de acordo com o contexto em que a consoante dental se afigura: ora como fazendo parte do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural (síncope mais tardia), ora noutra qualquer contexto (sendo que, neste último, a síncope terá ocorrido numa etapa anterior à síncope do -d- em posição intervocálica do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural).

Assim, em jeito de síntese, parece-nos exequível estabelecer uma ordenação relativamente à síncope das consoantes -l-, -n-, -g- e -d- em contexto intervocálico. A consoante que mais cedo sofreu a síncope em contexto intervocálico foi, sem dúvida, o -l-, a que se seguiu o -n-. A síncope destas duas consoantes revelou-se de uma extraordinária importância, já que distingue o português do castelhano e do leonês e, além disso, teve repercussões ao nível da morfologia dos substantivos (flexão do plural). À síncope do -l- e do -n- em contexto intervocálico, segue-se a síncope do -g- e do -d- no mesmo contexto, ocorrida entre 1200 e 1350. Mais tarde, por volta do século XV, observamos o aparecimento de algumas soluções para a resolução dos hiatos resultantes da síncope do -l-, -n- -g- e -d- supramencionada. Temos, assim, a resolução pelo desenvolvimento duma consoante anti-hiática, pela crase ou pelo desenvolvimento de um ditongo. Aproximadamente na mesma altura, observamos a síncope do -d- intervocálico do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural (síncope mais tardia que as restantes já mencionadas).

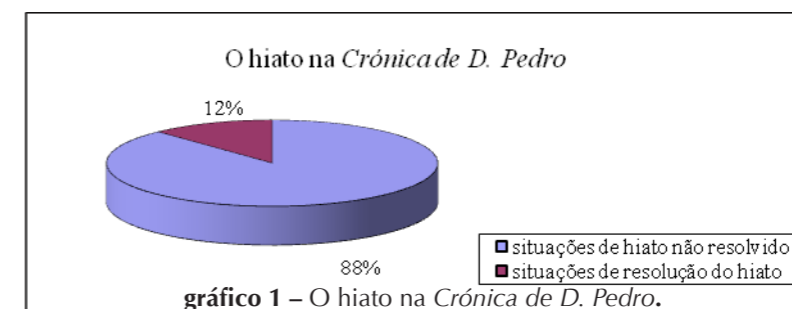
1.2. O hiato na *Crónica de D. Pedro*

No que respeita à presença de hiatos na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, há que, em primeiro lugar relembrar a cronologia deste fenómeno na proposta de Bechara (1991): na fase arcaica (que compreende os séculos XIII e XIV) encontramos «encontros vocálicos átonos ou tónicos em hiato resultantes da queda de consoante intervocálica (ex.: *moesteiro, diaboo, seer*)» (Bechara, 1991:69); na segunda fase, a fase arcaica média (que compreende a primeira metade do século XV até à primeira metade do século XVI) verificou-se a «eliminação dos hiatos constituídos por vogais iguais através da crase» (Bechara, 1991:70).

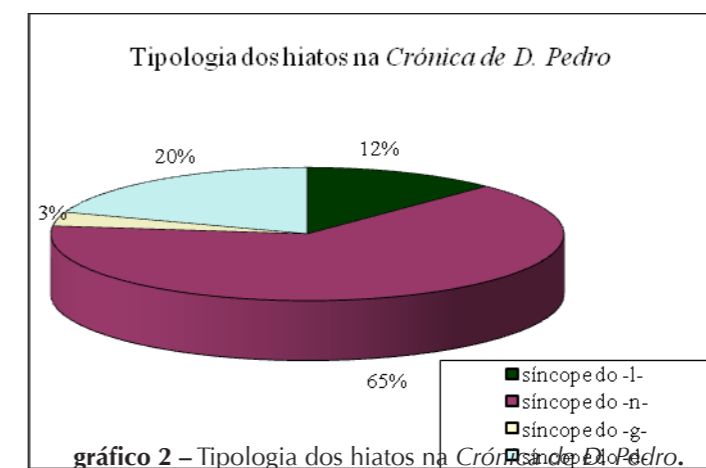
Na análise deste parâmetro na *Crónica de D. Pedro*, tivemos em conta, em primeiro lugar, a questão da manutenção ou da resolução do hiato. De seguida, procurámos diferenciar, no caso da manutenção do hiato, as diferentes tipologias do mesmo. No caso de formas com o hiato resolvido, procurámos também diferenciar as soluções apresentadas: assimilação, crase, formação do ditongo ou desenvolvimento de uma consoante anti-hiática.

O gráfico 1 mostra-nos que, na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, grande parte dos hiatos não estão resolvidos. De facto, das 2262 ocorrências, 1989 (88%) dizem respeito a situações de hiato não resolvido e somente 273 ocorrências

(12%) concernem a situações de resolução do hiato.



Dos hiatos existentes, verificamos (cf. gráfico 2) a existência de 189 ocorrências (12%) de hiato resultante da síncope do -l- intervocálico, 993 ocorrências (65%) de hiato resultante da síncope do -n- intervocálico, 52 ocorrências (3%) de hiato resultante da síncope do -g- intervocálico e 303 ocorrências (20%) de hiato resultantes da síncope do -d- intervocálico (incluindo as situações de síncope do -d- intervocálico pertencente ao morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural). A propósito das situações de hiato resultantes da síncope do -d- intervocálico (303 situações, o que equivale a 20% das formas de verdadeiro hiato), é de sublinhar que, destas, 39 ocorrências (13%) registam o hiato no morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural, verificando-se os restantes 87% (264 ocorrências) noutros contextos.



Passando à análise das situações com o hiato resolvido, registamos (cf. gráfico 3), das 273 situações de resolução de hiato presentes na *Crónica de D. Pedro*, 94 ocorrências (34%) de resolução do hiato através da assimilação, 15 ocorrências (6%) pela crase (antecedida por vezes da assimilação), 16 ocorrências (6%) pela formação de um ditongo e 148 ocorrências (54%) que apresentam o desenvolvimento de uma consoante anti-hiática.

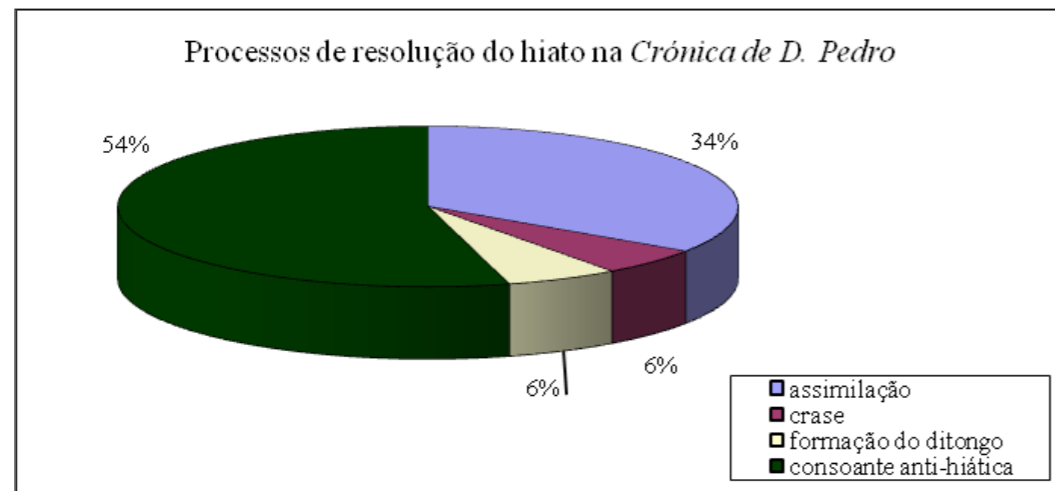


gráfico 3 – Processos de resolução do hiato na *Crónica de D. Pedro*.

Procurando inserir, no que respeita à questão dos hiatos, a *Crónica de D. Pedro* numa das fases da proposta de periodização estabelecida por Bechara, somos levados considerar esta obra como pertencente à primeira fase, a fase arcaica, onde observamos «encontros vocálicos átonos ou tônicos em hiato resultantes da queda de consoante intervocálica» (Bechara, 1991:69). No entanto, apesar de esta crónica apresentar 1989 ocorrências (88%) de hiato não resolvido (face às 273 ocorrências de hiato resolvido), há que matizar este resultado devido à presença, inovadora para a época, de ocorrências em que o hiato já está completamente resolvido (sobretudo pela crase e pela formação do ditongo, soluções mais tardias que a assimilação ou que o desenvolvimento de uma consoante anti-hiática).

2. O morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural

2.1. *status quaestionis*

De entre todos os parâmetros aludidos por Bechara (1991), a configuração do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural, oriundo do sufixo latino *-tis* e *-te* (no caso do imperativo), é um dos mais importantes a considerar no que concerne à transição da fase arcaica (em que há conservação do *-d-* etimológico do morfema de segunda pessoa do plural no presente do indicativo, no futuro do indicativo, no presente do conjuntivo e no imperativo) para a fase arcaica média (em que já teria havido a síncope do *-d-* intervocálico da desinência número-pessoal de segunda pessoa do plural). Segundo Teyssier (1997), «a síncope do *-d-* intervocálico na desinência de segunda pessoa plural é o fenómeno balizador da situação lingüística entre o período arcaico e o arcaico médio» (Teyssier, 1997:70).

Relativamente a este morfema, José Joaquim Nunes (1989) constata que «as desinências *-des* e *-de* persistiram inalteradas até começos do século XV, [...] desaparecendo por completo nos finais do mesmo século, mantendo-se apenas em casos em que está precedido de consoante ou nos verbos de infinitivo monossilábico, nos quais da sua queda resultaria confusão com a segunda pessoa do singular» (Nunes, 1989:280). Na mesma linha, também E. B. Williams (1961) traça uma possível cronologia para a síncope do *-d-* intervocálico entre os dezasseis anos que medeiam 1418 e 1434. Deste modo, os historiadores da língua portuguesa são unânimes ao situar a síncope do *-d-* intervocálico do morfema número-pessoal no século XV.

2.2. O morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural na *Crónica de D. Pedro*

Na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, das 50 ocorrências por nós consideradas, contabilizam-se, conforme se verifica no gráfico 4, três ocorrências (6%) que apresentam a manutenção do *-d-* em contexto intervocálico, sendo que as restantes 47 ocorrências (94%) apresentam já a síncope do *-d-* intervocálico (ou mesmo a resolução do hiato).

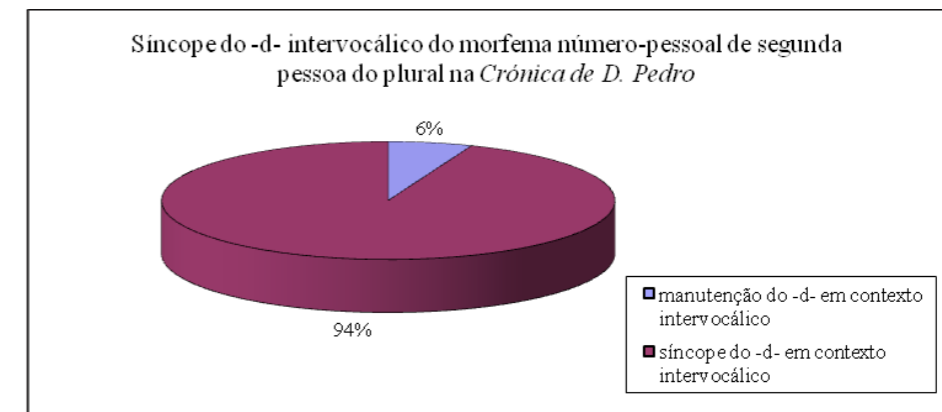


gráfico 4 – Síncopa do *-d-* intervocálico do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural na *Crónica de D. Pedro*.

No que diz respeito às formas verbais que ainda não sofreram a síncope do *-d-* intervocálico do morfema número-pessoal (3 ocorrências), sublinhe-se o facto de se tratar de formas verbais proparoxítonas que são, de acordo com Carvalho (1996) as formas verbais que maior resistência oferecem à mudança.

Relativamente às formas verbais que apresentam já a síncope do *-d-* intervocálico do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural, contabilizámos (cf. gráfico 5) 47 ocorrências, de que destacamos: 38 ocorrências (81%) sem resolução do hiato; 4 ocorrências (8%) que apresentam a assimilação de uma das vogais em hiato; e 5 ocorrências (11%) que apresentam a resolução do hiato pela formação de um ditongo. Note-se que não encontramos nenhuma forma com a resolução craseada do hiato formado pela síncope do *-d-* intervocálico do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural.

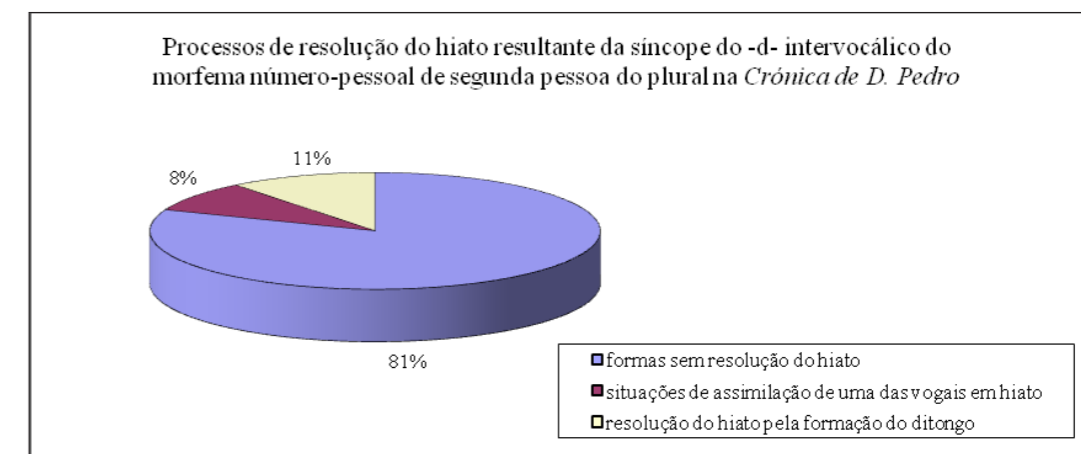


gráfico 5 – Processos de resolução do hiato resultante da síncope do *-d-* intervocálico do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural na *Crónica de D. Pedro*.

Verificando-se que a maior parte das formas verbais encontradas na *Crónica de D. Pedro* apresenta a síncope do -d- intervocálico do morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural (94%) e que, destas, 81% (38 ocorrências) se apresentam com uma situação de hiato por resolver, podemos concluir, de acordo com a proposta de periodização de Bechara (1991), e no que a este parâmetro diz respeito, que a *Crónica de D. Pedro* se situa, sem dúvida, na segunda fase (a fase arcaica média). Na mesma linha, corroboramos as posições de E. B. Williams (1961) e de Paul Teyssier (1997) que consideram que a síncope do -d- intervocálico ocorreu na primeira metade do século XV.

3. O particípio passado dos verbos da segunda conjugação

3.1. *status quaestionis*

Como já referimos, outro parâmetro considerado por Bechara (1991), na sua proposta de periodização da língua portuguesa, diz respeito à evolução das terminações participiais dos verbos da segunda conjugação, que no português arcaico apresentava a forma constituída pela vogal temática *u*+do e que, desde cedo, começou a aparecer em variação com a forma *i*+do.

Segundo Adolfo Coelho (1870), «os participios em *-udo*, ainda muito usados no século XV caíram em desuso no século XVI e foram substituídos por participios em *-ido*, pela analogia com a terceira conjugação portuguesa» (Coelho, 1870:130). Na mesma linha, também E. B. Williams (1961) constata que «pelo século XVI, *-ido* (...) havia inteiramente substituído *-udo*» (Williams, 1961:189).

3.2. O particípio passado dos verbos da segunda conjugação na *Crónica de D. Pedro*

Poucas são as ocorrências de particípio passado de verbos da segunda conjugação na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, já que nela encontramos apenas 64 ocorrências de formas participiais de segunda conjugação. Das 64 ocorrências apresentadas, encontramos (cf. gráfico 6) 23 ocorrências (36%) de formas participiais em *-udo* e 41 ocorrências (64%) de formas participiais em *-ido*.

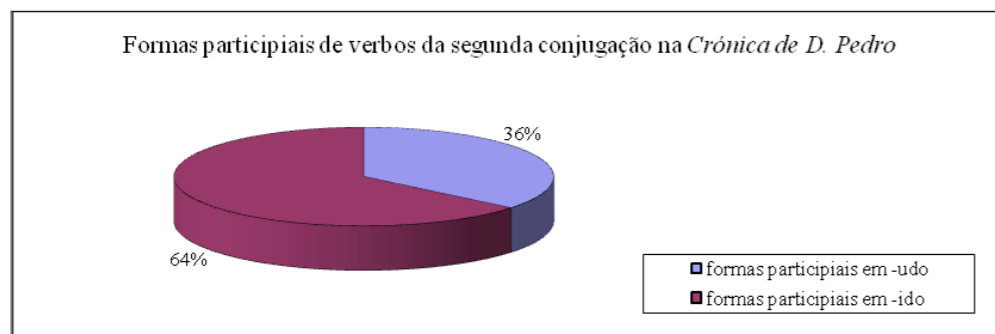


gráfico 6 – Formas participiais de verbos da segunda conjugação na *Crónica de D. Pedro*.

Assim, tendo em conta a cronologia traçada para a transição dos verbos deste grupo (segundo quartel do século XV) e considerando a possível data de redação da *Crónica de D. Pedro* (entre 1418 e 1442), a análise deste parâmetro permite-nos constatar que Fernão Lopes seguia o ritmo evolutivo da língua. Efetivamente, trata-se de um fenómeno que coincide com a redação da crónica que apresenta, como vimos, 64% de ocorrências modernas (sendo as variantes mais antigas aquelas que maior resistência ofereceram à mudança).

A partir da análise deste fenómeno podemos, pois, em primeiro lugar, situar a *Crónica de D. Pedro* na segunda fase (arcaica média) estabelecida por Bechara (1991), já que 64% das formas participiais dos verbos da segunda conjugação são em *-ido*. Além disso, a observação deste fenómeno na *Crónica de D. Pedro* permite-nos confirmar o ritmo evolutivo mais célere dos verbos incluídos no primeiro grupo (que apresentam sempre o particípio em *-ido*), face ao ritmo evolutivo mais lento dos verbos incluídos no terceiro grupo (que apresentam sempre o particípio em *-udo*).

4. O sistema dos possessivos femininos

4.1. *status quaestionis*

No português antigo (cf. tabela 1), as formas proclíticas dos possessivos femininos apresentavam a grafia monossilábica *mha(s)*, *mia(s)*, *ma(s)*, *ta(s)* e *sa(s)*. Com elas, coexistiam as formas dissilábicas *minha(s)*, *tua(s)* e *sua(s)*, usadas geralmente como pronomes absolutos ou como adjuntos pospostos a substantivos. Caracterizava-se assim o sistema pela existência de uma dupla série, cujo emprego dependia do lugar que uma e outra ocupavam no sintagma.

	Forma tónica	Forma átona
meu	mia, minha	mia, mha, ma
teu	tua	ta
seu	sua	sa

Tabela 1 – O sistema dos possessivos femininos no português antigo.

No entanto, conforme salienta José Joaquim Nunes (1989), «esta distinção entre formas átonas e tónicas nem sempre era rigorosamente observada, já que por vezes se empregavam formas tónicas no lugar de formas átonas, ou seja, quando antepostas a um substantivo» (Nunes 1989:106).

Este fenómeno da distribuição do sistema dos possessivos femininos é, como referimos anteriormente, um dos parâmetros a considerar na inserção de um dado texto numa dada época da história da língua portuguesa. Assim, na primeira fase (a fase arcaica), Bechara (1991) considera como parâmetro a «existência de possessivos femininos de formas proclíticas (*ma*, raríssimo *ta*, *sa*) ao lado de formas normais (*mha*, *miá*, *tua*, *sua*), sem que a língua arcaica usasse a distinção com rigor de emprego» (Bechara, 1991:69). Na segunda fase (a fase arcaica média), Bechara (1991) considera como parâmetro a «eliminação das formas possessivas femininas *ma*, *ta*, *sa*» (Bechara, 1991:71). Esta eliminação terá, segundo Bechara (1991) ocorrido no século XV e deu-se em virtude do uso não sistemático das formas átonas e tónicas dos possessivos e, conseqüentemente, da concorrência das formas *minha*, *tua* e *sua*, que acabaram por se fixar no português moderno (Bechara, 1991:71).

Podemos então concluir que a eliminação das formas átonas do possessivo feminino terá ocorrido entre o século XIII (data da generalização de formas) e o século XV (data da eliminação de formas átonas em proveito das formas tónicas).

4.2. O sistema de possessivos femininos na *Crónica de D. Pedro*

No que respeita à análise do sistema de possessivos femininos na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, há que sublinhar, em primeiro lugar, a proliferação de formas de terceira pessoa (282 das 290 encontradas) face às formas de segunda pessoa (apenas 8 ocorrências em 290), o que não é de estranhar se atentarmos no facto de grande parte dos capítulos da crónica serem capítulos descritivos, constituídos sobretudo pelo discurso do narrador que alude ao monarca D. Pedro e às características do seu reinado. As únicas formas que encontramos de segunda pessoa (8

ocorrências em 290) inserem- -se sobretudo em discursos de uma terceira pessoa que dá conselhos ao rei (pelo diálogo ou através de epístolas).

Além disso, e como podemos inferir da observação do gráfico seguinte, 97% das formas presentes na *Crónica de D. Pedro* são tónicas, havendo apenas 3% de formas átonas.

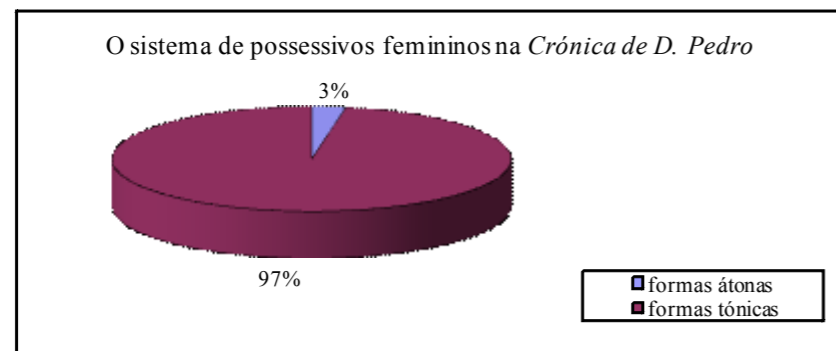


gráfico 7 – O sistema de possessivos femininos na *Crónica de D. Pedro*.

No que à análise das formas tónicas diz respeito, verificámos que 276 ocorrências (98%) apresentavam o possessivo anteposto ao substantivo, tendo as restantes 6 ocorrências (2%) o possessivo posposto, como se verifica no gráfico 8.

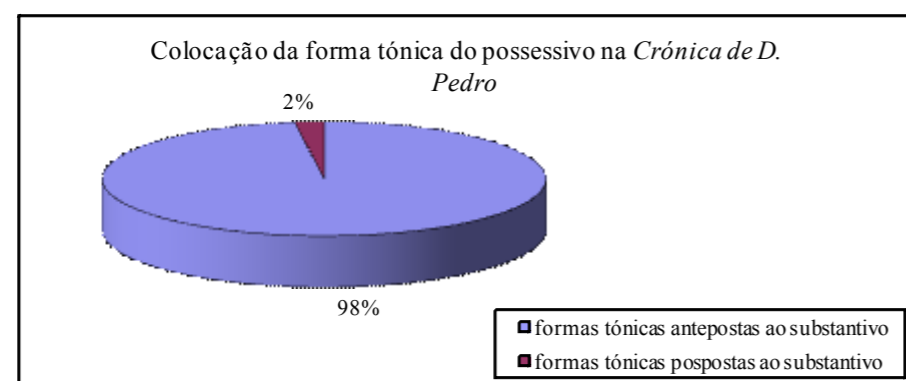


gráfico 8 – Colocação da forma tónica do possessivo na *Crónica de D. Pedro*.

Podemos concluir que na *Crónica de D. Pedro* a tendência é para o aparecimento de formas tónicas, antepostas ao substantivo (tendência que se começou a verificar na língua portuguesa no século XIII). Além disso, das 276 ocorrências de formas tónicas antepostas ao substantivo, 6 ocorrências (2%) apresentam o artigo definido a anteceder o possessivo, o que não deixa de ser uma característica inovadora, sobretudo se tivermos em conta que Bechara (1991) considera este fenómeno como característica da quarta fase (a fase hodierna) da língua portuguesa.

Tendo em conta a cronologia anteriormente referenciada no que concerne à eliminação das formas átonas (ocorrida entre o século XIII e o século XVI), a *Crónica de D. Pedro* vem não só confirmar esta cronologia, mas também afirmar-se como uma obra inovadora. De facto, redigida na primeira metade do século XV, a crónica apresenta apenas 8 formas átonas (3% do total do *corpus* analisado), apresentando 282 ocorrências (97%) de formas tónicas. Destas, 276 precedem o substantivo. Inovadora é, de facto, esta crónica, não só pela baixa percentagem de formas átonas de pronome possessivo (3%), mas também devido à presença de (6) ocorrências de artigo definido a preceder o possessivo (característica marcadamente moderna tendo em conta que Bechara a insere somente na «fase hodierna» da língua portuguesa).

A análise deste parâmetro (e sobretudo o facto de 98% das formas serem tónicas) permite-nos inserir a *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, na segunda fase da proposta de Bechara (1991): a fase arcaica média.

Conclusão

Sendo o objectivo deste trabalho inserir a *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, numa das duas fases da história da língua portuguesa estabelecidas por Bechara (fase arcaica ou fase arcaica média), propusemos-nos analisar esta obra com base nos seguintes parâmetros:

- 1) o hiato;
- 2) o morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural;
- 3) o particípio passado dos verbos da segunda conjugação
- 4) o sistema dos possessivos femininos.

Relativamente ao fenómeno do hiato, vimos que a crónica apresenta 88% de ocorrências com encontro vocálico, face a 12% de ocorrências com o hiato resolvido. Estes dados levaram-nos a inserir a crónica, no que respeita a este fenómeno, na fase arcaica, ou seja, na primeira fase da língua portuguesa.

No que respeita ao morfema número-pessoal de segunda pessoa do plural, verificámos que em 94% das ocorrências este aparece já com o -d- intervocálico sincopado, sendo que, destas, 19% das ocorrências nos oferecem já soluções para a resolução de hiato (através da assimilação, ditongação ou formação de ditongo). Assim sendo, este fenómeno (que é, segundo Bechara, um fenómeno balizador) permite-nos inserir a *Crónica de D. Pedro* na segunda fase, a fase arcaica média.

No que respeita ao terceiro item por nós analisado, as formas participiais dos verbos da segunda conjugação, verificámos que 64% das ocorrências oferecem-nos a terminação moderna para o particípio passado dos verbos da segunda conjugação (ou seja, a terminação em -ido). Mais um factor que nos permite inserir a crónica na segunda fase, a fase arcaica média.

Finalmente, e no que concerne à análise do sistema dos possessivos femininos contabilizámos, na *Crónica de D. Pedro*, 98% de ocorrências de formas tónicas (face a 2% de formas átonas), sendo que, destas, 2% apresentam já o artigo definido a preceder o possessivo (característica da fase hodierna da língua). De novo, a crónica a apresentar características da fase arcaica média.

Da nossa análise, concluímos que a *Crónica de D. Pedro* se insere, predominantemente, na segunda fase estabelecida por Bechara (a fase arcaica média que «vai da primeira metade do século XV à primeira metade do século XVI»). No

entanto, se cronologicamente (no que respeita à redação) a *Crónica de D. Pedro* se insere no início da segunda fase (a fase arcaica média), ela apresenta, já quase em pleno, as características dessa segunda fase (características que, supostamente, só seriam percebidas desta forma em obras do final desta fase). Tendo em conta a data de redação da crónica (entre 1418 e 1442), sublinhamos, deste modo, o carácter inovador de Fernão Lopes, visível não só através dos parâmetros que elencámos (à exceção do hiato), mas também na precoce utilização do artigo definido antes de possessivo ou em algumas situações de resolução de hiato como a assimilação, a crase ou a formação do ditongo. São, sem dúvida, indícios de uma inovação que terá possibilidade de ser desenvolvida mais tarde pelo autor (nas crónicas seguintes), e que faz dele, pelo conteúdo e expressividade da sua prosa crónística, não só um representante único da consciência nacional, mas também uma figura estelar da literatura medieval portuguesa, precursora do muito que havia de vir a ser a literatura nacional.

Bibliografia

ALI, Said. 1964. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos

BECHARA, Evanildo. 1991. As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 68-76.

CARVALHO, Maria José Simões Pereira. 1996. *Do Português Arcaico ao Português Moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Maria José. 1998. Cronologia(s) da substituição da terminação participial *-udo* por *-ido* no português medieval (sécs. XIII-XVI). *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII. p. 381-409.

COELHO, Francisco Adolfo. 1870. *Teoria da conjugação em latim e português*. Lisboa.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. 1996. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

MAIA, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

MAIA, Clarinda de Azevedo. 1999. Periodização na história da língua portuguesa: “status quaestionis” e perspectivas de investigação futura. *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main: Teo Ferrer de Mesquita. p. 21-39.

NUNES, José Joaquim. 1989. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

TEYSSIER, Paul. 1997. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

WILLIAMS, Edwin B. 1961. *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro).

Corpus

Crónica de D. Pedro [Fernão Lopes]. Edição crítica por Giulano Macchi. Roma, Edizione dell’Ateneo, 1966.

O MANUAL DA CIÊNCIA POPULAR DE WALTERCIO CALDAS E OS NÍVEIS LINGÜÍSTICOS DE SEUS COMENTÁRIOS

Marcelo Lins de MAGALHÃES⁵⁹

RESUMO: Esta proposta pretende abordar a língua portuguesa em seus níveis sintático-semântico e pragmático, a partir do exame do livro *Manual de ciência popular*, produzido pelo artista plástico brasileiro Waltercio Caldas (1946-). Embora se trate de um livro de arte, as obras plásticas impressas em suas páginas são apresentadas ao leitor por enunciados verbais, na forma de títulos e comentários, que almejam delinear uma determinada ocorrência em âmbito visual. Todavia, estes comentários impõem-se às imagens dos objetos apresentados (bem como de seus próprios títulos) como enunciados metonímicos de agregação, que não se sobrepõem perfeitamente em significado às suas decifrações. Deste modo, em um nível pragmático, a reciprocidade entre os signos (título e obra) apresentados e os leitores do *Manual da ciência popular* está atravessada por uma indagação, resultante deste deslocamento que o comentário sobre a obra produz. Tal obra está assim identificada com contextos concretos e comuns de uso na história da língua portuguesa, na medida em que os objetos apresentados no livro estão circunstanciados por advérbios (tais como: por quê, antes, entre, etc) que indicam tanto a aproximação do leitor quanto o seu grau de incerteza diante destes mesmos objetos.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Língua; Portuguesa; Imagem; Signo.

Caro leitor: todos os prefácios se assemelham. Insinuem alguma ironia, resumem rapidamente o que vai acontecer e desaparecem antes do assunto principal. Este não é uma exceção. Tudo o que aqui é dito pode ser lido em outros preâmbulos, introduções etc. O prefácio é um não-lugar, espécie de estágio acima das orelhas (Caldas, 2007:5).

Tratamos aqui de um livro, o *Manual da ciência popular* de Waltercio Caldas. E logo de imediato assinalamos para o seu princípio, aquele gesto inaugural que costuma dar coesão aos acontecimentos de uma publicação: o prefácio. Tal palavra introdutória se põe a contar antes de uma escrita e logo sai de cena reconhecendo o vão entre a primeira entrada do leitor e o que se delinea ao longo das páginas.

Com efeito, temos assim uma hierarquia na leitura que de meandro em meandro contém o caminho de uma abertura ao livro. Em um *estágio acima das orelhas*, o prefácio constitui uma espécie de zona de descompressão por atuar entre o mundo da vida e o que se acolhe no livro como tal. Essa palavra introdutória é uma espécie de forma atravessada que ajusta o isolamento da obra. E cumpre uma função no espaço de uma sucessão, de um intervalo, o que quer dizer transitivamente um *não-lugar*. Entretanto, no *Manual da ciência popular*, tal prefácio desde já nos adverte dos sinais de seu desaparecimento. Circunstancia logo a sua própria atuação coadjuvante: “uma presença que jamais esteve presente, uma origem pela qual nada começou” (Derrida, 2002:74).

Assim, a ideia que se move a partir do prefácio de um livro de arte como o *Manual da ciência popular*, seria de que uma indeterminação atravessa o conjunto de relações do sistema que realiza a obra plástica apresentando-a. Deste modo, aquilo que se espera de um livro de arte, a indexação formal e a circulação impressa das ocorrências artísticas, constitui neste manual uma dimensão irrealizável. Temos então em mãos um livro que se faz como jogo, cuja escritura caminha à beira de funcionalidades. Sua existência sustenta-se na rarefação dos enunciados e na produção da desconfiança, que ironiza sob o signo de manual as funções normativas de um livro de arte. Gesto este que se opõe ao fetiche da visão teleológica presente nos catálogos de arte.

⁵⁹ UERJ/ Instituto de Letras/ Rua Viúva Lacerda, 249, Bl 2, apto: 808, Humaitá, CEP 22261-050/ Rio de Janeiro/ RJ/ Brasil/ e-mail: marclins@superig.com.br

Estamos diante da reprodução impressa, este hábito contemporâneo, superfície onde se passa grande parte da arte de nossa época. Aqui, em nosso caso particular, o que vai acontecer? Serão utilizados objetos do conhecimento de todos para apresentar significados estéticos em circulação no cotidiano ou, em outras palavras, passearemos pelos campos do sentido. É nessa superfície, neste volume chamado Manual da ciência popular, que suas dúvidas jamais serão esclarecidas, pois gostaria o autor que estivéssemos em um livro sem fundo (Caldas, 2007:5).

Em um nível pragmático deste manual, os termos pelos quais as coisas estão habitualmente estabelecidas nas publicações de arte convertem-se em desapontamento para aqueles que veem imagens exclusivamente sob a concordância de uma legenda. Deste modo, aquilo que está impresso nestas páginas torna inadequada a legenda como genuíno elemento tradutor de uma existência plástica. Tais fenômenos de âmbito visual, reproduzidos ao longo do livro, apresentam-se apoiados em condicionais inconclusas de títulos e comentários paralelos que realizam um deslocamento metonímico. Desta maneira, na ocorrência de um livro de arte, e pela arte, tal como este *Manual da ciência popular*, aquilo que se conta ou se apresenta não requisita o sentido de sinalização que se põe contiguamente ao lado dos fenômenos. E se assim puder ser, em defesa da arte, este manual aperfeiçoa o desconhecimento de um livro de arte, entre outras coisas.

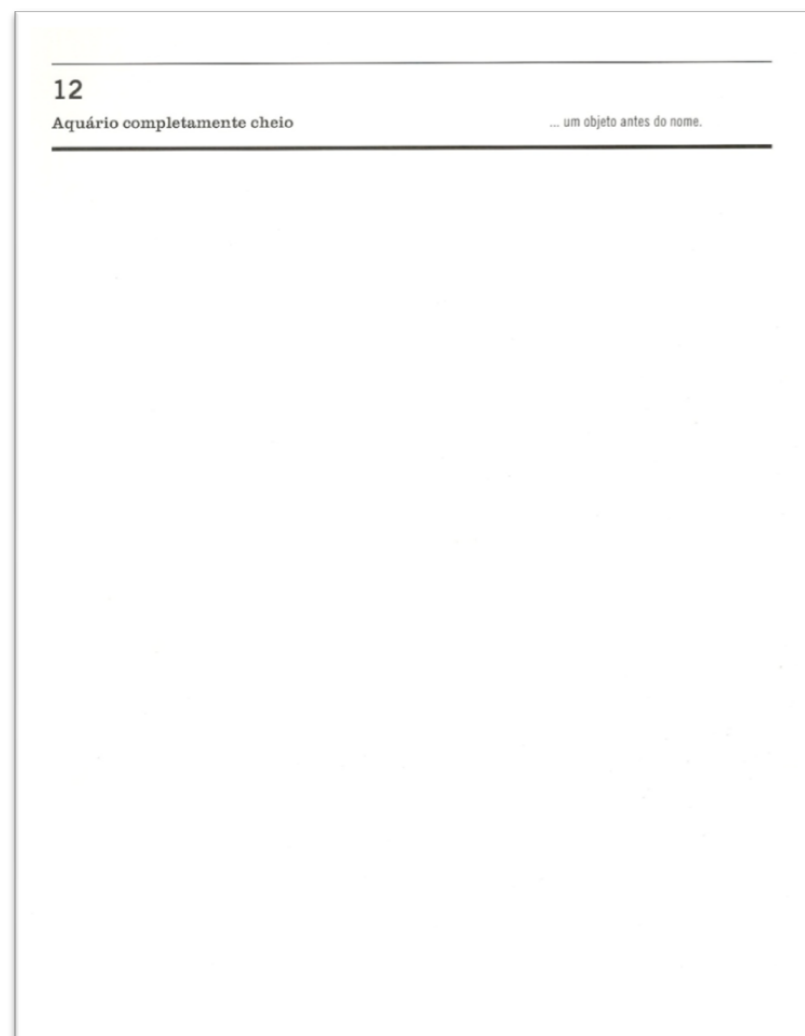


Figura I: Aquário completamente cheio (título e comentário)

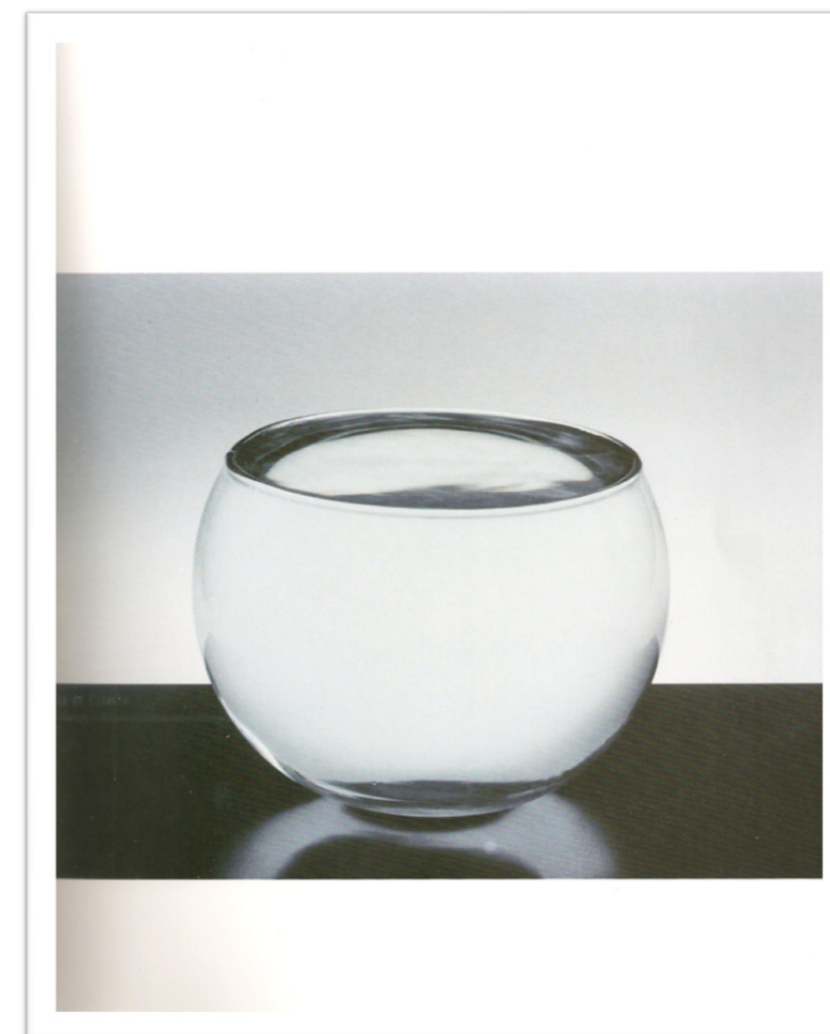


Figura II: Aquário completamente cheio

Prosseguimos então na leitura do manual e deparamo-nos com a fotografia de um recipiente de vidro, acompanhado de dois enunciados verbais distintos: “*Aquário completamente cheio*” e “*...um objeto antes do nome*”. O primeiro enunciado assemelha-se ao título, explicita a condição de um determinado objeto comum que comunga com a própria evidência da imagem fotográfica. O segundo enunciado, entretanto, coloca um problema de inteligibilidade para o que se diz de um objeto comum, como rebatimento da exemplificação habitual sustentada na relação imagem/título. O atravessamento deste comentário produz uma especulação acerca da dificuldade ou da desconfiança daquilo que dizemos sobre um objeto e sua condição. Pois se em um nível descritivo o recipiente está exemplificado na realização de sua função de preenchimento, por outro lado, aquilo que se coloca “antes do nome” tende a estabelecer um tipo de desacordo, como se algo que estivesse esquecido na base da linguagem rejeitasse as condições de emprego das palavras, ou seja, o seu próprio título.

Assim como o recipiente de vidro, os demais objetos circunscritos no *Manual da ciência popular* são de uso comum: um prato, um algodão ou um espelho, entre outros tantos ordinários. Não há nada sobre neles que escape da dimensão familiar dos membros amadurecidos de uma cultura, pois são signos conhecidos mediante o emprego de critérios gramaticais, ou podem ter suas existências explicadas por estes mesmos critérios. Para estes indivíduos, poderíamos arriscar que um manual sobre como encher um recipiente com água seria por demais redundante.

Todavia, este livro de arte se efetiva na divergência da experiência ordinária, como suspeita ou confiança de que aquilo que dizemos dos objetos não confere marcas de existência aos mesmos. Caminhamos então por uma experiência de arte, um livro, cujos objetos impressos parecem ter sido colocados antes dos critérios pelos quais os relacionamos – logo *antes* de seus nomes. E se assim puder ser, reconhecemos que as nossas nomeações, as formas como assentamos as coisas em significados, sustentam-se apenas arbitrariamente no modo como contamos ou recontamos os fenômenos. É que ao serem conduzidas para uma direção conhecida, na transição de um contexto para outro, os critérios desapontam por relacionar vários conceitos com os conceitos de algo. E por essa maneira, os critérios (a cognição relacionada ao conhecimento de como nomeamos algo) pelos quais o volume de um aquário é afirmado não contam como evidência de sua existência.

Temos assim com *O Manual da ciência popular* um tipo de exercício que conduz a expectativa de leitura, bem como nossas convenções e sentidos, para uma dimensão improvável que age em favor da arte como abertura. Na indistinção entre acontecimentos plásticos e literários, Waltercio Caldas promove situações como esta do aquário, nas quais a aparência das coisas tende ao grau mais transparente, o que acarreta em um problema de inteligibilidade para o que se diz delas neste livro. Não há nada mais que possamos conhecer de tais coisas comuns, mas persistem as indagações acerca das provas de existência delas, bem como as indeterminações entre materiais e objetos, ou mesmo entre água e recipiente neste caso de “casualidade natural das superfícies” (Caldas, 2007:4).

Todos nesta vida fazemos jogos, uns de uma forma, outros de outra, uns bem, outros mal [...] Jogos?
Sim, mas de outro tipo e com outras regras, que agora desconfiam de suas funções normativas, sorrindo nos limites do útil, e que sabem que a arte não está pronta, que a arte ainda se faz (Ibid:5).

Prosseguimos na declaração de Waltercio Caldas que comporta o ceticismo que se desdobra ao longo deste manual, como indagação das condições que garantem as formas de contar ou exemplificar sob a dinâmica imagem/enunciado. Tal passagem abriga o reconhecimento de uma atividade de jogo, na qual as situações prosaicas da língua podem ser então derivadas.

Se esta aspiração ao campo da prosa dos objetos comuns é válida, os jogos de incertezas que o delineiam encontram também uma ambiência concreta e comum de uso na história da língua portuguesa. Assim, no sentido de uma errância, boa parte das apresentações das ocorrências plásticas está circunstanciada por advérbios (tais como: por quê, antes, entre, etc) que assinalam para a suspeita ou confiança nas marcas de existência dos objetos comuns. Esta sintaxe, característica da língua portuguesa, deixa entrever um caráter especulativo nos enunciados, que por sua vez garantem o olhar oblíquo em relação aos fenômenos e assim figura-os como relevo em nossa esfera mais habitual e ordinária. Há neste vocabulário, em tais expressões, um tipo de ocupação no limiar das circunstâncias, que por sua vez se torna uma ameaça ao que declaramos sobre algo. Ao mesmo tempo, por estas expressões de uso comum é que as particularidades caminham ao universal, pois o manual trata de um mundo de exterioridades que sempre reconhecemos como único.

Neste sentido, os acontecimentos situados no livro de Waltercio Caldas não estão habitados por entidades suprassensíveis que demandam olhares erguidos para além das coisas. Pois aquilo que o manual se refere é algo da ordem do reconhecidamente *ocupável*, tomados aqui como insinuação de função e lugar comuns. Podemos dizer: a presença destes advérbios nos títulos e comentários realiza uma desinstalação das palavras nas coisas, ou seja, uma experiência cindida de usos e funções. Essa experiência apartada dos fenômenos revela-se assim como declínio de uma legibilidade, na translação entre signos verbais e visuais. Deste modo, os objetos no manual expõem-se ao inconciliável de uma leitura, o que por sua vez aponta para a autonomia dos mesmos. Tal autonomia corresponde à pronúncia absurda destes objetos, como possibilidade de existência na divergência de uma experiência com o comum. Pela presença eles remetem ao mais prosaico de nossa existência, embora escapem sempre para além do prescrito. Assim, na indistinção entre o âmbito plástico e literário que o *Manual da ciência popular* compreende, prosseguimos nas palavras de Derrida acerca desta pronúncia absurda:

Escrever é retirar-se. Não para a sua tenda para escrever, mas da sua própria escritura. Cair longe da sua linguagem, emancipá-la ou desampara-la, deixá-la caminhar sozinha e desmunida. Abandonar a palavra. Ser poeta é saber abandonar a palavra. Deixá-la falar sozinha, o que ela só pode fazer escrevendo (Derrida, 2002:61).

Enquanto jogo, há evidentemente algo de charada ou enigma pela lei que move o manual, que de algum jeito pode conduzir o leitor para um tipo de resposta forçada, como o único fim que lhe caberia diante da autonomia de tais objetos. Porém, nas palavras do próprio autor, trata-se de um livro sem fundo, que apenas sugere algum reconhecimento aos sentidos na medida em que as próprias nomeações e delimitações dos enunciados estão à margem de uma concordância. E nessa distância, as ocorrências plásticas desprendem-se no fio dos enunciados, convencem-se que existem e recomendam a sua própria indeterminação.

Waltercio Caldas insiste nesta possibilidade que reitera a dimensão ordinária animada pelo ceticismo: “Terão estes objetos algum dia a suficiente autonomia para duvidar de suas versões impressas” (Ibid:5)? Há nisso algo da ordem de um risco: o escape da exigência de apreensões simbólicas e das convenções no mundo em que a linguagem habita. Como se a dúvida de tais objetos resistisse como acontecimento anterior ao assentamento que prescreve significações aos mesmos.



Figura III: Convite ao raciocínio

Em *Convite ao raciocínio*, a fotografia de um casco animal trespassada por um tubo encontra-se também atravessada pelo seguinte comentário: *Não se deixe enganar pela sugestão do título. Observe com atenção esta imagem e compreenda por quê.* Tal enunciado verbal adverte acerca da leitura e afirma a precariedade da condição de leitor de legendas, constantemente sucumbida pela redução que a forma de um título pode impor.

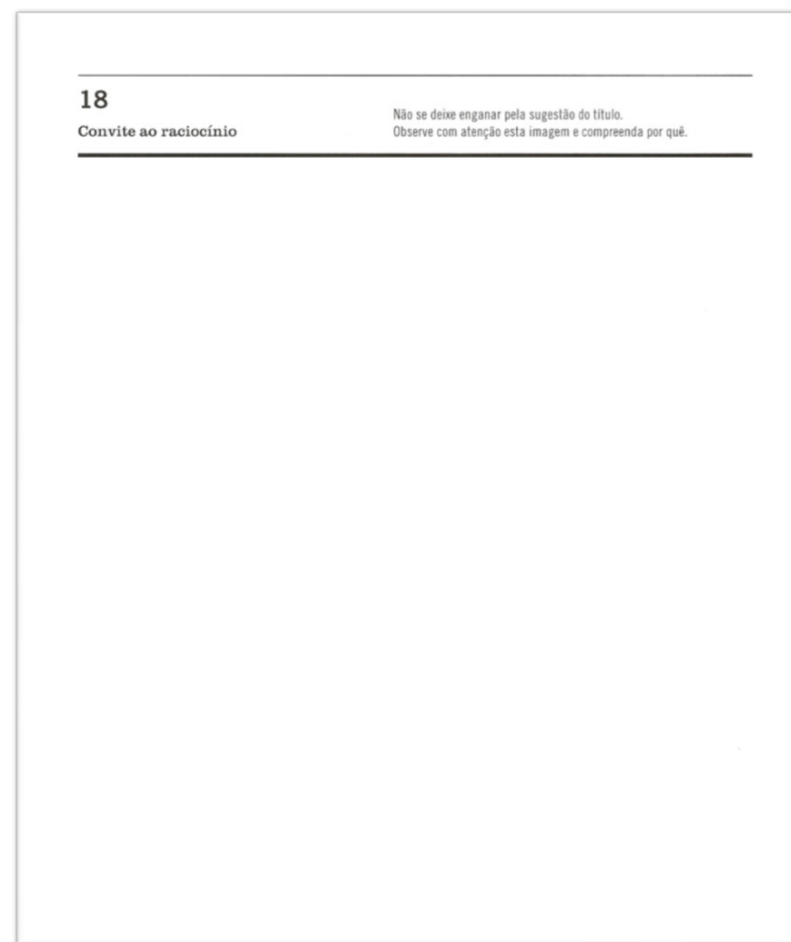


Figura IV: Convite ao raciocínio (título e comentário)

É recomendado então que nos debruçemos sobre a imagem da página ao lado, mas na presença imediata de tal visualidade o que se eleva é nossa indagação diante de um *por quê* que não encerra seu ciclo, como se a trama título/comentário/imagem guardasse continuamente algo de um não saber, deixando-se levar sem a obrigação de um telos. O *por quê* nomeia o gesto da indagação, produz na língua portuguesa o que está encerrado como possibilidade especulativa do ilegível/legível que tal expressão conserva.

O título desta ocorrência, ou quem sabe qualquer outro título, seria por demais instituidor de uma convenção. Assim, o comentário da obra sugere uma compreensão que se deixe levar pela presença da imagem. É que não cabe neste *“por quê da imagem”* uma análise última ou um parecer definitivo. Tão pouco, diante deste *“por quê da imagem”*, será possível barrar as impressões que ocorrerão sem nenhuma esforço no encontro com um casco de animal trespassado por um tubo.

No quadro de dilemas da contemporaneidade/modernidade que este manual enreda, a emissão de um juízo estético não compreende uma exclusividade, mas a todos pertence pela universalidade que um *convite ao raciocínio* recomenda. Afinal, não existe neste livro uma reivindicação capaz de falar verdades inteiras, mas sim um tipo de potência avessa à luz que um acontecimento da arte como *convite ao raciocínio* suscita em todos nós. Tal imagem pode sugerir aos sentidos uma essência violada, o fim de um mundo harmonioso ou até o desejo da própria retirada do humano em uma existência que tende ao inorgânico. Podemos seguir cada uma destas trajetórias impulsionadas pela indeterminação da imagem de um casco de animal trespassado por um tubo e nem mesmo assim permaneceremos certos que estamos lendo-a. Aparentemente, ler uma imagem já pressupõe inclusive uma tradução.

Mas se aceitamos o convite aos nossos sentidos de que por esta imagem possamos aprender algum sentido e com isso pôr em marcha o raciocínio, então como não podemos nos enganar pela sugestão do título? Há nisto alguma coisa de perdido, que reflete na ação humana o modo como ressoa a própria natureza ao espírito, como coisa natural que nos é dada a conhecer somente pelo natural que a arte reproduz. Ou seja, pelo que a arte gera de realidade ao emprestar sentido à natureza. Há também qualquer coisa vaga e perdida na chegada do leitor pela partida de um enunciado verbal (capaz de enganá-lo), que faz mover a roda deste manual sem fundo. Assim, se for possível falar a respeito de um denominador comum entre título/imagem/comentário, o que estas instâncias fazem convergir é uma experiência com o vazio, desestabilizadora pelas contínuas remissões que não se assentam.

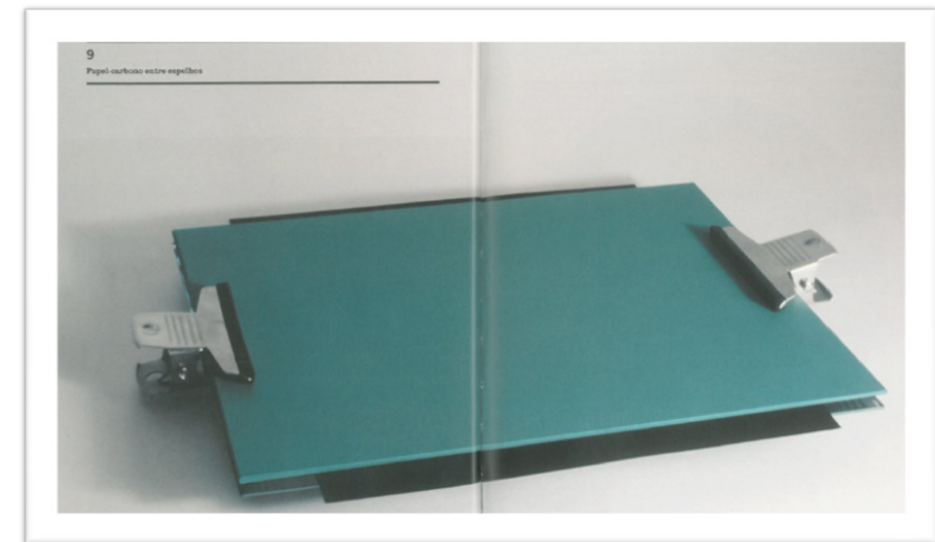


Figura V: Papel-carbono entre espelhos

Também a própria ideia de reprodução afina-se com o ceticismo que se inscreve neste manual. Em *Papel-carbono entre espelhos*, o título caminha ao lado das coisas apresentadas em uma fotografia: dois espelhos na superfície de uma folha de papel carbono. Nesta ocorrência não registramos nenhum comentário que imponha o atravessamento de um sentido e nessa perspectiva título e obra coincidem. Mas *entre* estes mecanismos de reprodução - papel-carbono e espelhos - algo se posiciona como coisa críptica. Como se tal posição - *entre* - exigisse o hermetismo de um saber sobre arte. Pois a evidência fotográfica das superfícies dos mecanismos de reprodução voltadas para si é o testemunho derradeiro de algo já perdido de vista. É que a inviabilidade de algo ocorrido *entre* conserva o fenômeno para além de sua apreensão, tornando-o incapaz de estar em favor de uma evidência, de uma primeira entrada ou saída. Pois no *entre* nada se enxerga, apenas reconhecemos as coisas como atravessamentos, nas emissões/recepções *entre* as superfícies apresentadas.

Há neste caso um tipo de cesura diante das superfícies impermeabilizadas dos mecanismos de reprodução, algo que supre a contínua natureza de um acontecimento como imagem. A retração da evidência, a opacidade ali *entre*, requisita a reconstrução do nosso conhecimento acerca destes fenômenos, como se a dimensão *entre* em sua constituição intervalada impusesse um pensamento de abandono. Assim, por *entre* espelhos e papel-carbono, algo se produz como diferença sem requisitar nenhuma tradução.



Figura VI: Objeto de arte sobressalente (título, comentário e imagem)



Figura VII: Objeto de arte sobressalente

Prosseguimos mais adiante por duas imagens de uma estrutura, que segue acompanhada do título *Objeto de arte sobressalente* e também do seguinte comentário: *As fotos mostram o objeto concebido especialmente para esta finalidade. Em tempo: todo objeto é sobressalente.* No domínio da língua portuguesa, o deslocamento metonímico de uma expressão como *em tempo*, constitui uma maneira incerta e vaga na apresentação da qualidade sobressalente de um objeto. Neste caso, a explicação de um fenômeno por ganha contornos de certa equivocidade, como aversão ao tautológico por uma espécie de vontade negativa que uma coisa sobressalente poderia comportar em si. Nas palavras de Derrida: “é preciso visar uma certa impotência da linguagem a sair de si para dizer a sua origem, e não o pensamento da força” (Derrida, 2002:48).

Assim, um objeto como este figura uma tensão acerca da distinção ou indistinção da categoria arte. É que a qualidade sobressalente reitera tanto uma existência conjugada com o que se entende como arte, assim como produz diferença com a mesma, por passar rente ao mundo da vida. A dimensão mais prosaica do ordinário, presente em algo como um objeto sobressalente, informa então de uma existência desprendida, como movimento de abandono e até mesmo como uma ameaça ao que se compreende como arte. Pois na contemporaneidade de uma obra como o *Manual da ciência popular*, a existência manifesta-se no pacto com o comum e com o baixo, em um mundo abjetamente possível, capaz de tomar as evidências da existência no mundo como um problema de conhecimento.

Sendo assim, aqui se agrava o termo popular no título desta publicação de arte. Pois se a dimensão mais prosaica da língua portuguesa nos conta a respeito de uma casualidade de superfícies no mundo que reconhecemos, por tais expressões comuns e concretas é também possível admitir que nos encontramos apartados, separados dos conteúdos que dizemos, tal como a má finitude do prefácio - incapaz de dar coesão aos acontecimentos.

Referências Bibliográficas

Caldas, Waltercio. 2007. *Manual da Ciência Popular*. São Paulo: CosacNaify.

DERRIDA, Jacques. 2002. *A Escritura e a Diferença*. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva,

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

Cavell, Stanley. 1997. *Esta América nova, ainda inabordável*. Tradução Heloisa Toller Gomes. São Paulo: Ed.34.

_____. 1999. *The Claim of Reason*. Oxford: Oxford University Press.

De Man, Paul. 1996. *Alegorias da Leitura*. Tradução Lenita R. Esteves. Rio de Janeiro: Imago.

Jakobson, Roman. 1969. *Linguística e Comunicação*. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Ed. Cultix.

(Footnotes)

1 Quando referimos "sem que haja interferências do outra ordem", queremos dizer que a relação entre o léxico e o sujeito é tão objectiva quanto possível, cingindo-se o falante apenas ao "facto" – léxico.

2 Todos os números que se encontram nas células representam o número de ocorrências da palavra.

3 Relativamente a muitos dos textos em análise, vide GIULIA LANCIANI e GIUSEPPE TAVANI (org. e coord.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa (Caminho), 1993.

4 Esta contagem não foi efectuada a partir do Word, mas do MICRO-OCP (Oxford Concordance Program), contagem amavelmente cedida pela FCSH da UNL.

5 Servimo-nos apenas de dois textos do séc. XIV de Foros de Garvão que são documentos régios, editados e estudados por MARIA HELENA MARTINS INÊS GARVÃO, *Foros de Garvão*. Edição e estudo linguístico. Lisboa (Faculdade de Letras), 1992. (Dissertação de Mestrado).

6 Apesar de na edição de que nos servimos aparecer indicado como um texto do século XIV, incluímo-lo na produção documental do séc. XV, uma vez que este texto é fruto de uma refundição.

7 Ivo Castro classifica este texto como obra de espiritualidade. Cf. IVO CASTRO (com a colaboração de Rita MARQUILHAS e J. Léon ACOSTA), *ob. cit.*, p. 191.

8 Número de textos.

9 Significado.

10 Desvio.

11 Erro.